

Marcio Pedroso Juliani

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DO POSICIONAMENTO, DA PERSPECTIVA E DO
ENFOQUE EPISTEMETODOLÓGICO NAS TESES
EM EDUCAÇÃO (2013-2022)

Passo Fundo

2025

Marcio Pedroso Juliani

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DO POSICIONAMENTO, DA PERSPECTIVA E DO
ENFOQUE EPISTEMETODOLÓGICO NAS TESES
EM EDUCAÇÃO (2013-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências,
Educação e Criatividade, da Universidade de Passo
Fundo, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Educação, sob a orientação do professor
Dr. Altair Alberto Fávero.

Passo Fundo

2025

CIP – Catalogação na Publicação

J94n Juliani, Marcio Pedroso

Neoliberalismo e financeirização do ensino superior no Brasil [recurso eletrônico] : uma análise de posicionamento, da perspectiva e do enfoque epistemológico nas teses em educação (2013-2022) / Marcio Pedroso Juliani. – 2025.

3.6 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Altair Alberto Fávero.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2025.

1. Ensino superior - Brasil 2. Neoliberalismo - Educação.
3. Financeirização. 4. Educação e Estado. I. Fávero, Altair
Alberto, orientador. II. Título.

CDU: 378(81)

Catalogação: Bibliotecário Juliana Langaro Silveira – CRB 10/2427

Marcio Pedroso Juliani

Neoliberalismo e financeirização do Ensino Superior
no Brasil: uma análise do posicionamento, da
perspectiva e do enfoque epistemológico nas teses
em Educação (2013-2022)

A banca examinadora abaixo APROVA, em 30 de julho de 2025, a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação, na linha de pesquisa Políticas Educacionais.

Dr. Altair Alberto Fávero – Orientador
Universidade de Passo Fundo – UPF

Dra. Edite Maria Sudbrack
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – URI/FW

Dr. Aristeo Santos López
Universidad Autónoma del Estado de México – UAEM

Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Universidade de Passo Fundo – UPF

Dr. Telmo Marcon
Universidade de Passo Fundo – UPF

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha Bruna Bueno Juliani, que me incentivou a cursar o doutorado em Educação.

Agradeço à minha esposa Loreni e ao meu filho Gustavo pela compreensão e pelo apoio durante esses quatro anos de estudo.

Agradeço ao meu orientador Dr. Altair Alberto Fávero por ter me aberto as portas do doutorado, e pela compreensão e pelo apoio dispensado durante todo o período de estudos.

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), pela parceria na escrita e nas discussões que muito elevaram o meu nível de conhecimento na área da Educação.

Agradeço à secretária do PPGEduc Chaline Barbosa, pela parceria de sempre, por sua cordialidade e seu profissionalismo.

Um agradecimento especial às colegas que batalharam juntas durante a V Meduc, Daniela de David Araújo e Caroline Maria Ghiggi, e aos colegas, aos professores e à coordenação do PPGEduc, que participaram das comissões tornando a V Mostra de Pesquisa em Educação um grande sucesso.

Um agradecimento especial aos membros da banca examinadora, Professora Doutora Edite Maria Sudbrack, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões de Frederico Westphalen; Professora Doutora Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, da Universidade de Passo Fundo; Professor Doutor Aristeo Santos López, da Universidad Autónoma del Estado de México; Professor Doutor Telmo Marcon, da Universidade de Passo Fundo; Professor Doutor Luiz Marcelo Darroz da Universidade de Passo Fundo; e Professor Orientador Doutor Altair Alberto Fávero, da Universidade de Passo Fundo; pela disponibilidade em apreciar o meu trabalho de conclusão do doutorado, pelas excelentes e fundamentais contribuições e pelos direcionamentos acerca da escrita.

Agradecimento especial à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos. Sem esse incentivo, seria impossível cursar o doutorado em Educação.

Aos meus pais, Paulo Erni Alves Juliani (*in memoriam*) e Margarida Pedroso Juliani, agradeço por sempre me incentivarem a trilhar o caminho do conhecimento.

“O segredo da sabedoria, do poder e do conhecimento
é a humildade”.

Ernest Hemingway

RESUMO

Este estudo examina de que maneira as categorias relacionadas à financeirização, ao neoliberalismo, à mercantilização e à expansão do Ensino Superior foram tratadas em teses de doutorado na área da Educação no Brasil no recorte temporal de 2013 a 2022. O escopo do estudo é identificar e analisar posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos presentes nessas produções acadêmicas. A partir de uma metapesquisa envolvendo 30 teses selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a análise revela uma predominância de abordagens críticas, principalmente de base marxista, que apontam a transformação da Educação em um bem comercial e os efeitos das políticas neoliberais no setor educacional. A pesquisa utiliza o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) e alia métodos qualitativos, análises de conteúdo e a construção de uma rede de teses e referências citadas. Os achados indicam fragilidades teóricas em algumas teses, mas também marcam avanços importantes em termos de coerência analítica e compromisso social. A construção da rede elaborada com os autores referenciados sinaliza que os pesquisadores têm buscado oxigenar o arcabouço teórico, abrindo espaço para novas discussões e novos resultados, porém sem descuidar da base teórica clássica nas suas investigações. O presente estudo oferece uma contribuição significativa ao campo da Política Educacional ao sugerir um modelo analítico que une teoria e método de maneira harmônica, além de enfatizar a necessidade de aprimorar a formação epistêmica na pós-graduação como um passo para fortalecer a produção de conhecimento crítico e libertador.

Palavras-chave: Educação Superior. Expansão. Financeirização. Neoliberalismo. Rede.

ABSTRACT

This study examines how categories related to financialization, neoliberalism, commodification and expansion of Higher Education were treated in doctoral theses in the field of Education in Brazil in the time frame from 2013 to 2022. The scope of this study is to identify and analyze the positions, perspectives and epistemological approaches present in these academic productions. Based on a meta-research involving 30 theses selected from the CAPES Theses and Dissertations Catalog, the analysis reveals a predominance of critical approaches, mainly Marxist-based, which point to the transformation of Education into a commercial good and the effects of neoliberal policies on the education sector. The research uses the Approach to Epistemologies of Educational Policy (EEPE) and combines qualitative methods, content analyses and the construction of a network of theses and cited references. The findings indicate theoretical weaknesses in some theses, but also mark important advances in terms of analytical coherence and social commitment. The construction of the network elaborated with the referenced authors indicates that the researchers have sought to ventilate the theoretical framework, opening space for new discussions and results, but without neglecting the classical theoretical basis in their investigations. This work offers a significant contribution to the field of Educational Policy by suggesting an analytical model that unites theory and method in a harmonious way, in addition to emphasizing the need to improve epistemic formation in postgraduate studies as a step towards strengthening the production of critical and liberating knowledge.

Keywords: Higher Education. Expansion. Financialization. Neoliberalism. Network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa das regiões do Brasil e temas de estudo	89
Figura 2 –	Análise da rede de autores citados nas teses sobre neoliberalismo.....	109
Figura 3 –	Análise da rede de autores citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior	111
Figura 4 –	Análise da rede de autores citados nas teses sobre financeirização do Ensino Superior	114
Figura 5 –	Análise da rede de autores citados nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produções por ano – mestrados e doutorados acadêmicos.....	34
Gráfico 2 – Quantidade de IES privadas – 2000-2010.....	43
Gráfico 3 – Quantidade de matrículas em IES privadas – 2000-2010	43
Gráfico 4 – Quantidade de IES privadas – 2011-2020.....	44
Gráfico 5 – Número de matrículas em IES privadas 2011-2020.....	45
Gráfico 6 – Número de IES privadas x comunitárias – Brasil 2023	46
Gráfico 7 – Evolução dos polos EaD – 2018-2024	50
Gráfico 8 – Número de matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino – Brasil 2009-2019	51
Gráfico 9 – Quantidade de financiamentos com recursos do FIES (2010-2023).....	55
Gráfico 10 – Amostra das teses -- objeto do estudo	84
Gráfico 11 – Teses defendidas por região e por tema	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As dez recomendações do Consenso de Washington.....	28
Quadro 2 – Universidades e institutos federais criados entre 2003 e 2013.....	40
Quadro 3 – Ensino à distância no Brasil 1922-1995.....	47
Quadro 4 – Possíveis combinações entre perspectiva e posicionamento epistemológico	74
Quadro 5 – Tipos de enfoque epistemológico.....	77
Quadro 6 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre neoliberalismo no Ensino Superior.....	90
Quadro 7 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre expansão do Ensino Superior	94
Quadro 8 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior	99
Quadro 9 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre financeirização do Ensino Superior.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de teses, objeto da pesquisa. Período 2013-2022.....	17
Tabela 2 – Número de IES públicas e privadas e matrículas no ano-base 2000.....	41
Tabela 3 – Número total de teses pesquisadas por tema e por ano de defesa	82
Tabela 4 – Quantidade de teses por tema, linha de pesquisa e IES	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problema, justificativa e objetivos	19
1.2	Percurso metodológico	21
2	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: SOB O MANTO DO NEOLIBERALISMO	26
2.1	O pensamento neoliberal	27
2.1.1	<i>O neoliberalismo e o Ensino Superior: o aluno como moeda de troca</i>	30
2.1.2	<i>A influência neoliberal na construção das políticas educacionais de nível superior stricto sensu</i>	33
2.2	A Teoria do Capital Humano e a expansão do Ensino Superior no Brasil: uma breve digressão do contexto histórico	35
2.2.1	<i>Uma avaliação da expansão das universidades públicas e dos institutos federais no Brasil</i>	39
2.2.2	<i>A expansão do Ensino Superior nas universidades privadas (2000-2020)</i>	40
2.2.3	<i>Nas universidades privadas – modalidade à distância</i>	47
2.3	A financeirização do Ensino Superior – compras e vendas no mercado da Educação	51
2.3.1	<i>A mercantilização do Ensino Superior</i>	57
2.3.2	<i>A privatização do Ensino Superior</i>	60
2.3.3	<i>A terceirização do Ensino Superior</i>	63
3	A PESQUISA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM NÍVEL DE DOUTORADO E A ÊNFASE NO POSICIONAMENTO, NA PERSPECTIVA E NO ENFOQUE EPISTEMETODOLÓGICO	68
3.1	Contextualizando a perspectiva epistemológica	71
3.2	Contextualizando o posicionamento epistemológico	74
3.3	Contextualizando o enfoque epistemológico	76
4	O CORPUS DO ESTUDO: AS TESES EM EDUCAÇÃO SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2013 A 2022	81
4.1	Descrição da quantificação de teses em Educação por temas e cronologia	81
4.2	Descrição dos temas de pesquisa e quantificação de teses e linhas de pesquisa	82

4.3	Composição do objeto de estudo – características das teses em Educação no período compreendido entre 2013-2022	83
5	A ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS, DAS PERSPECTIVAS E DOS ENFOQUES EPISTEMETODOLÓGICOS NAS TESES EM EDUCAÇÃO SOBRE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2013 A 2022	86
5.1	Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre neoliberalismo	90
5.2	Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre expansão do Ensino Superior	93
5.3	Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior	98
5.4	Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre financeirização do Ensino Superior	102
6	ANÁLISE DA REDE DE AUTORES MAIS CITADOS NAS TESES SOBRE A TEMÁTICA QUE ENVOLVE A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	108
6.1	Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre neoliberalismo.....	108
6.2	Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior	110
6.3	Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre financeirização e mercantilização do Ensino Superior	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE A – Relação das teses sobre mercantilização do Ensino Superior	143
	APÊNDICE B – Relação das teses sobre financeirização do Ensino Superior	144
	APÊNDICE C – Relação das teses sobre expansão do Ensino Superior.....	145
	APÊNDICE D – Relação das teses sobre neoliberalismo	146
	APÊNDICE E – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede de teses sobre expansão do Ensino Superior	147
	APÊNDICE F – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede de teses sobre financeirização do Ensino Superior	148

APÊNDICE G – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede sobre mercantilização do Ensino Superior	149
APÊNDICE H – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede sobre neoliberalismo	150
APÊNDICE I – Autores mais referenciados nas teses sobre neoliberalismo....	151
APÊNDICE J – Autores que se destacaram nas teses sobre neoliberalismo	154
APÊNDICE K – Autores mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior	157
APÊNDICE L – Autores mais referenciados nas teses sobre financeirização	163
APÊNDICE M – Autores mais referenciados nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior	167

1 INTRODUÇÃO

Para entender determinado acontecimento histórico, torna-se necessário um referencial teórico que, além do aprofundamento, fornece-nos um conjunto de conceitos que são basilares para a construção de uma pesquisa. No contexto contemporâneo, quando se busca conceituar sobre o Ensino Superior, muitos são os aspectos a serem observados, visto que a Educação parece estar mais inclinada para a perspectiva mercantil, na qual é associada a uma mercadoria, em detrimento de sua perspectiva social, dando origem à conceitualização de mercantilização da Educação. Nesse contexto, a Educação passou a se tornar um bem a ser disputado pelos capitalistas, pelos empresários do setor da educação e de outros setores e por investidores privados, dada sua rentabilidade atrelada a benefícios disponibilizados pelas políticas públicas oriundas do Governo Federal.

A mercantilização da Educação pode ser percebida na expansão de instituições privadas de ensino, na proliferação de cursos e programas voltados para a demanda do mercado de trabalho, na ênfase da empregabilidade e na remuneração como indicadores de sucesso educacional e na crescente comercialização de conteúdos educacionais por meio de plataformas digitais e outras formas de ensino à distância. Esse movimento privatista mercantil na educação brasileira, iniciado em meados de 1990 e intensificado em anos posteriores, pode ser atribuído aos interesses de instituições internacionais com agendas neoliberais, como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial do Comércio e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tiveram forte influência nas políticas educacionais do Brasil, estimulando a lógica mercadológica no âmbito educacional (Fávero; Bechi, 2020; Consaltér, 2021).

O neoliberalismo é uma abordagem política e econômica que ganhou destaque nas últimas décadas do século XX e continua a influenciar o cenário global até os dias atuais. O princípio básico do neoliberalismo se baseia no liberalismo clássico, propondo uma redução significativa da intervenção do Estado e uma maior valorização do livre mercado como mecanismo regulador das atividades econômicas e sociais. As políticas neoliberais têm sido implementadas ao redor do mundo, influenciadas por organismos internacionais que promovem medidas de ajustes estruturais em muitos países, como condição para a liberação de recursos financeiros. Para Bertolin (2009), tais medidas influenciam profundamente as políticas sociais, impactando diretamente as áreas da Educação no que se refere ao aumento da competição entre instituições de ensino, ao aumento de mensalidades, ao surgimento de novas instituições de

ensino com objetivo principal de lucro financeiro e à desigualdade social. A mercantilização da Educação pode ser vista como uma manifestação prática do neoliberalismo no ambiente educacional. À medida que o neoliberalismo prega uma maior abertura à lógica de mercado, a mercantilização se torna uma tendência, em que a Educação é tratada cada vez mais como uma *commodity* a ser comercializada, portanto sujeita às leis de oferta e demanda.

O tema da mercantilização da Educação se torna objeto de estudo por várias questões fundamentais que impactam diretamente o sistema educacional e seus objetivos sociais. Pode-se vincular o tema às indagações referentes à equidade educacional, à vulnerabilidade socioeconômica e ao aprofundamento das desigualdades; à busca pelo lucro que pode levar à priorização dos aspectos comerciais em detrimento da qualidade da educação; ao desvio do foco na formação integral dos indivíduos; à promoção do desenvolvimento humano; e à formação de cidadãos críticos. O interesse no debate crítico sobre mercantilização do Ensino Superior está potencialmente ligado à compreensão dos impactos que essa exteriorização do neoliberalismo pode gerar na finalidade do Ensino Superior.

O campo de pesquisa em Educação é multidisciplinar, envolvendo Ciências Sociais, Economia, Ciência Política, Sociologia da Educação e outras áreas. A pesquisa nessa área é fundamental para orientar a formulação de políticas governamentais, melhorar a qualidade da educação e promover a equidade e a inclusão nos sistemas educacionais. Além disso, uma pesquisa que envolve a área da Educação também contribui para o avanço dos conhecimentos teórico e prático nas suas diferentes linhas de pesquisa, oferecendo *insights* importantes para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e adequadas às necessidades da sociedade. A fragilidade teórica nas pesquisas em Políticas Educacionais, evidenciada pelo recuo da teoria, apontada por Tonieto e Fávero (2020), vem ratificar a necessidade de aprofundar e incrementar as pesquisas teórico-metodológicas na área da Educação, buscando com isso uma maior robustez, visibilidade e relevância do estudo nos meios acadêmico e social.

Na área da Educação, o tema da mercantilização da Educação associada ao neoliberalismo e à expansão tem sido amplamente explorado, demonstrando que o assunto ainda permanece latente no meio acadêmico. Diversos olhares podem ser direcionados para analisar essa problemática de pesquisa. Os estudos desenvolvidos entre os anos de 2013 e 2022 (Tabela 1), nas teses em Educação, envolvendo os temas em voga, produziram um considerável material teórico, porém direcionado às discussões sobre conceitos e à utilização desses termos na área da Educação. Muitos dos escritos foram construídos com o intuito de respaldar teorias defendidas por autores que são os principais pensadores na área de Educação.

Tabela 1 – Quantidade de teses, objeto da pesquisa. Período 2013-2022

Tipo	Assunto	Quantidade
Tese	Neoliberalismo	138
Tese	Mercantilização	11
Tese	Financeirização	5
Tese	Expansão	48

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (c2023a).

Ao se referir aos estudos sobre mercantilização da Educação, pode-se citar as teses de Silva (2015), Lopes (2019), Seki (2020), Barbosa *et al.* (2020) e Trevisol (2020). Quando se aponta para o tema do neoliberalismo, pode-se citar as teses de Lockmann (2013), Machado (2015), Moretti (2017), Silva (2018), Bechi (2019) e Costa (2021). Sobre o tema da expansão da Educação, há também um número expressivo de teses produzidas entre 2013 e 2022. Autores como Moreira (2013), Moreira (2016), Araújo (2019), Neves (2021) e Fachinetti (2022) teorizam a respeito dessa temática, contribuindo com farto material para apoio às discussões e à produção e ampliação do conhecimento.

Embora a academia tenha uma quantidade significativa de obras a respeito dos temas abordados, as discussões ainda não podem dar-se por encerradas. Vários são os caminhos que o pesquisador pode trilhar antes da palavra final ou do esgotamento acerca das temáticas que envolvem o campo acadêmico. Na busca de uma nova abordagem sobre os temas citados nas teses, a presente pesquisa, que tem como objeto de estudo as teses produzidas nos programas de pós-graduação em Educação no decênio 2013-2022 no Brasil, trilhará o caminho que vai ao encontro de quais são o posicionamento, a perspectiva e o enfoque epistemológico que os autores das teses demonstraram em seus escritos.

Assim como os temas relacionados à financeirização da Educação são objetos de estudo de vários pesquisadores, o posicionamento, a perspectiva e o enfoque epistemológico também o são. Tonieto (2018), Tello e Mainardes (2015), Mainardes (2016) e Rosa e Trojan (2019) discutem os seus conceitos e apontam algumas reflexões quanto às pesquisas em Política Educacional. A direção da nossa pesquisa vai ao encontro de tratar todos esses temas concomitantemente e não de forma isolada como apresentam os autores citados anteriormente. Essa discussão, associada ao período de corte de dez anos, ainda não foi apresentada na literatura existente no Catálogo de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tornando-a um objeto único de investigação.

Neste estudo específico, o enfoque será nas teses relacionadas à questão da mercantilização do Ensino Superior no contexto brasileiro, concentrando a análise na dimensão epistemológica que está presente nessas pesquisas. Para a construção de um pensamento lógico

e embasado em um referencial teórico pujante e amplo, serão buscados nas teses os referenciais teóricos que as fundamentam, a abrangência desses estudos e os tipos de pesquisa mais utilizados, aliados a um recorte temporal ainda não contemplado na literatura sobre o tema.

Nesse contexto, justificam-se a importância da pesquisa proposta e a relevância dos temas abordados para a área do Ensino Superior. Para tanto, o trabalho se propõe a: (i) expor a produção acadêmica no tocante às teses já mencionadas em um período ainda não analisado pela academia, sendo elas as pesquisas que ressaltam o termo neoliberalismo, como a de Melo Neto (2020), que faz jus ao período de 2014-2019, a de Ximenes (2020), que abrange o período de 2013-2019, e a de Montanuci (2020), que remete ao período de 2008-2018; as que ressaltam o termo financeirização, como a de Costa (2016), que remonta ao período de 2007-2012, e a de Seki (2020), que abrange o período de 1990-2018; e as pesquisas que ressaltam o termo expansão, como a de Moreira (2013), que expõe o período de 1989-2009, a de Carvalho (2019), que destaca o período de 2003-2016, e a de Neves (2020), sobre o período de 1999-2020; e (ii) debruçar-se sobre o fato de que nenhuma das teses contém uma análise que busca desvendar quais são o posicionamento, a perspectiva e o enfoque epistemológico dos seus autores com profundidade e base teórica.

Portanto, ao se registrar tais argumentos, a investigação proposta tende a ser a única a identificar e analisar com rigor e abrangência em que posição se colocam os autores frente às temáticas da financeirização da Educação, do neoliberalismo e da expansão da Educação, tendo como contrapontos o posicionamento, a perspectiva e o enfoque epistemológico.

Cabe ressaltar que um estudo novo é fundamentalmente relevante para o avanço do conhecimento, não só na área de Educação como em outras áreas. Novas descobertas ou novas teorias podem trazer novas ideias que tendem a desafiar velhas teorias já calcificadas e oferecer perspectivas inovadoras, além de possibilitar o preenchimento de lacunas do conhecimento que até então não haviam sido exploradas.

Nessa dinâmica, o estudo sobre a mercantilização da Educação associada ao neoliberalismo e à expansão pode se constituir em um objeto de apoio científico aos acadêmicos e pesquisadores. Sua profundidade e sua abrangência temporal podem permitir que seja uma fonte confiável e significativa para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais que moldam o sistema educacional brasileiro. Por fim, pesquisadores, estudantes e profissionais da área de Educação poderão se beneficiar ao utilizar este estudo como base sólida para o desenvolvimento de suas próprias pesquisas, difundindo o conhecimento e o debate sobre o tema em voga.

1.1 Problema, justificativa e objetivos

A busca pelo conhecimento, ligado ao ambiente e ao interesse acadêmicos, está ancorada diretamente à resolução ou solução de um problema que envolve esse meio, muitas vezes pelo propósito do pesquisador ou pela necessidade da sociedade. Uma das etapas do processo de pesquisa, que de fato torna-se uma fase decisiva do processo, é a formulação do problema. É a partir dessa fase que se dá início à busca por informações para sua elucidação, compreensão, resolução ou uma contribuição importante para sua solução. Para Leal (2002, p. 232), um problema de pesquisa não pode ser decifrado “pelo senso comum, pela intuição ou pela simples especulação”.

A temática envolvendo a mercantilização do Ensino Superior, nos estudos em Educação, é notadamente relevante quando se apoia na quantidade de teses disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período compreendido entre os anos de 2013 e 2020. Conforme o catálogo, nesse período foram disponibilizadas 43 teses nas diversas áreas do conhecimento, sendo que, problematizando o tema mercantilização do Ensino Superior, especificamente na área da Educação, esse número atinge a marca de 11 teses, ou seja, 25,58% do total das pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação ao nível de doutorado discutem esse tema. Ao alterarmos o termo de busca para financeirização do Ensino Superior, o resultado pouco se altera, visto que dez teses são encontradas no cômputo geral, e, na área da Educação, são localizadas cinco teses, obtendo um percentual de 50% sobre o total nesse quesito (Brasil, 2023).

Com a finalidade de propiciar mais visibilidade à pesquisa, busca-se associar o neoliberalismo ao tema da mercantilização do Ensino Superior. Com esse propósito, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES apresenta um total de 1.163 teses que abordam o neoliberalismo. Porém, apenas 138 delas dentro da área da Educação, no período compreendido entre os anos 2013 e 2022 (Brasil, 2023). Aliado aos dois primeiros critérios de busca, soma-se o termo expansão do Ensino Superior. Concluída a busca, chega-se ao total de 245 teses nas diversas áreas de conhecimento, sendo 48 teses na área de Educação. Acredita-se que os temas mercantilização do Ensino Superior, neoliberalismo e expansão do Ensino Superior apresentam uma lacuna de discussão latente na área da Educação, podendo vir a propiciar um amplo e aprofundado debate nos meios acadêmico e social.

Neste estudo, buscaremos compreender a abrangência do tema da financeirização da Educação no Brasil, e suas extensões teóricas como o neoliberalismo e a expansão do Ensino Superior. No entanto, para garantir uma análise mais focada e aprofundada, optamos por

delimitar o escopo da pesquisa em dois aspectos principais. O primeiro, um recorte temporal que abrange o período de 2013 a 2022, uma década ainda não explorada na literatura. Esse período é relevante, pois marca o ápice da financeirização e da expansão da Educação e a sua lenta estagnação no mercado educacional brasileiro.

O segundo, a construção de categorias, o que envolve apontar como os autores das teses direcionam seus estudos quanto ao posicionamento, à perspectiva e ao enfoque epistemológico. A exploração dessas categorias de análise também pode ser considerada um estudo único, quando associada à financeirização da Educação.

Ao se adotar esses dois aspectos, busca-se não apenas facilitar a compreensão dos leitores quanto aos limites da pesquisa, mas também assegurar uma análise mais precisa e contextualizada temporalmente, de modo a proporcionar subsídios concretos e fundamentados no escopo definido. Dessa forma, espera-se que os resultados obtidos reflitam de maneira mais clara e rigorosa os fenômenos investigados, contribuindo de forma significativa para o debate acadêmico e para o avanço do conhecimento na área.

Para se atingir o objetivo deste estudo, podemos caracterizar a pesquisa, quanto à sua natureza, como básica, pois, como afirma Bush (1999, p. 112), a realização é “sem pensar em fins práticos, buscando um resultado mais generalizado”, sendo o início de um trajeto rigoroso de investigação, configurando a formação dos conceitos primordiais de um “novo espírito científico” (Bachelard, 1996, p. 9). Objetivando uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais “explícito”, optou-se por uma pesquisa exploratória (Gil, 2002). Com relação à abordagem do problema, ela se prende ao viés mais qualitativo, porém apresentando recursos quantitativos, apoiada na construção e compreensão do fenômeno estudado. Quanto ao objetivo da pesquisa, podemos referenciá-la como descritiva, cujo intuito será descrever as características das teses selecionadas para a análise.

Como o foco deste estudo é direcionado para a análise de teses, tende-se a caracterizar a pesquisa quanto aos procedimentos como o de metapesquisa, que, segundo Tello e Mainardes (2015, p. 166), é uma “técnica qualitativa empregada que [...] [busca] olhar analiticamente o processo de pesquisa presente em artigos, livros, teses, dissertações, em termos de análise de conteúdo”, razão pela qual possui “um enfoque centrado na análise interpretativa para compreender em uma temática determinada”, buscando identificar os principais referenciais e marcos teóricos, além dos sentidos contidos nesse conjunto de produções acadêmicas.

Objetivando complementar o arcabouço teórico à literatura já existente sobre o tema desta pesquisa, cabe ressaltar a pergunta de pesquisa: quais são os posicionamentos, as

perspectivas e os enfoques epistemológicos das teses defendidas nos programas de pós-graduação em Educação (2013-2022) sobre a financeirização do Ensino Superior no Brasil?

O objetivo geral da tese é analisar os enfoques, as perspectivas e os posicionamentos epistemológicos das teses defendidas entre 2013 e 2022 na área da Educação, nos programas de pós-graduação em Educação que tratam da financeirização do Ensino Superior. A partir desse contexto, construíram-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Construir um referencial teórico que elucide os conceitos de neoliberalismo e financeirização no contexto de expansão do Ensino Superior;
- 2) Inventariar as teses em Educação, defendidas entre 2013 e 2022 em universidades brasileiras, que abordam os temas sobre neoliberalismo, expansão e financeirização do Ensino Superior;
- 3) Analisar o posicionamento, a perspectiva e o enfoque epistemológico presentes das teses inventariadas a partir das categorias produzidas pelo referencial teórico; e
- 4) Produzir uma rede das teses analisadas contendo uma cartografia sobre os referenciais teóricos/ epistemológicos que fundamentam a pesquisa sobre a temática investigada. A partir da construção do problema de pesquisa e dos objetivos propostos, buscar-se-á traçar um percurso metodológico, objeto do tópico a seguir.

1.2 Percurso metodológico

O presente estudo tem como objeto de pesquisa as teses defendidas sobre a financeirização da Educação nos programas de pós-graduação em Educação no período compreendido entre os anos de 2013 e 2022, um intervalo temporal que não foi previamente abordado na literatura existente, justificando, assim, sua relevância e viabilidade. Para estabelecer uma base teórica sólida no início da pesquisa, foi delineado o seguinte percurso metodológico que se propõe a ser aplicado neste trabalho.

Ao iniciar o processo para a busca do método a ser utilizado, primeiramente optou-se pela utilização de termos de busca que fizessem parte do escopo da pesquisa, que estivessem diretamente ligados aos temas propostos para análise e que pudessem viabilizar uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Ressalta-se que o objetivo inicial dessa busca era o de tentar viabilizar o método, tratando-o como um pré-teste, garantindo, assim, a qualidade e tendo como propósito adequar as questões à realidade a se investigar (Silva, 2014).

O campo acadêmico para pesquisas em Educação é vasto no Brasil, fazendo com que o número de teses seja relativamente alto quando visualizado na totalidade de programas de pós-graduação *stricto sensu*. O objetivo era buscar teses defendidas nas linhas de pesquisa em Política Educacional, independentemente de seus conceitos e suas instituições acadêmicas. Para tanto, adotou-se um recorte temporal de dez anos (2013-2022) e “mercantilização do Ensino Superior”, “neoliberalismo” e “expansão do Ensino Superior” como descritores. Para a delimitação da pesquisa, optou-se por escolher cursos de doutorado em Educação que possuíam linhas de pesquisa em Política Educacional, visando melhor atender à construção do objeto de pesquisa.

Inicialmente, foram imputados no buscador de Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES os termos de busca pré-definidos, aplicando-se, também, o filtro “Educação” para área e programas de pós-graduação, culminando, após o critério de seleção adotado, em um total de 4.513 teses defendidas no período estabelecido e que melhor se relacionam com os termos da investigação. Após a análise das teses, foram selecionadas as primeiras 16, sem critério preestabelecido, vinculadas à Linha de Política Educacional e por apresentarem concordância e maior aderência ao objeto de estudo.

Por serem um fragmento de análise, as teses não foram tratadas em profundidade, visto que o objetivo era extrair dados para categorização, uma vez que, segundo Bardin (2011, p. 43), “o método de categorias é uma espécie de gavetas que permitem a classificação de elementos de significação constitutivos de mensagens”. Além disso, a intenção era que pudessem compor um quadro detalhado com tópicos relevantes para o experimento proposto. As categorias que nortearam a análise foram: ano, título, autor, orientador, universidade, linha de pesquisa, programa, conceito, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, problema, método, abrangência, estrutura e referências. O critério adotado mostrou-se eficaz e viável na sua utilização, podendo construir um corpo de estudo vasto, plausível e fidedigno à escrita dos autores das teses, valendo-se, assim, de ser utilizado para complementação da pesquisa.

Com o avanço dos estudos, optou-se pela alteração das categorias de análise, não mais utilizando-se as já mencionadas e substituindo-as por categorias que possibilitassem aos leitores uma melhor visualização e um melhor entendimento sobre o tema abordado na tese. As categorias que melhor se adaptam ao tema de pesquisa e ao estudo e que serão abordadas teoricamente no Capítulo 3 e servirão como base para o desmembramento da pesquisa, nos Capítulos 4 e 5, são o posicionamento epistemológico, a perspectiva epistemológica e o enfoque epistemológico.

Após a seleção das teses, verificou-se que poucas faziam parte da linha de Políticas Educacionais, inviabilizando a investigação de somente essas teses. Optou-se, então, pela alteração no escopo da pesquisa, de linha de pesquisa em Políticas Educacionais para área da Educação, possibilitando, com isso, uma gama maior de teses a serem estudadas, gerando, assim, um *corpus* mais amplo para o desenvolvimento da pesquisa.

Em adição à pesquisa, pensando em dar maior visibilidade, credibilidade e complementaridade, com vistas a oportunizar uma visão de quais autores de livros e artigos são citados nas teses e em quantas teses eles estão referenciados, procurou-se utilizar o software UCINET para criar uma rede, que, segundo Alejandro e Norman (2006, p. 2):

Entende-se por rede um grupo de indivíduos que, de forma agrupada ou individual, se relacionam uns com os outros, com um fim específico, caracterizando-se pela existência de fluxos de informação. As redes podem ser de muitos ou poucos atores e uma ou mais categorias de relações entre pares ou atores. Uma rede é composta por três elementos básicos: nós ou atores, vínculos ou relações e fluxo.

Essa análise, desenvolvida no Capítulo 6, pretende responder ao exposto no objetivo específico número quatro, que diz sobre a intenção de produzir uma síntese das teses analisadas contendo uma cartografia sobre os referenciais teóricos/ epistemológicos que fundamentam a pesquisa sobre a temática investigada.

Ao abordar questões complexas e multifacetadas, é essencial explicitar o posicionamento, a perspectiva e o enfoque que orientam a análise. Esses elementos não apenas refletem as bases teóricas e metodológicas escolhidas, mas também evidenciam os valores e objetivos subjacentes à pesquisa e ao pensamento do investigador. Em outras palavras, eles se articulam de maneira a promover uma visão crítica e transformadora, direcionada à compreensão e intervenção nos desafios contemporâneos ligados ao contexto educacional. A seguir, apresento como cada um desses aspectos fundamenta e orienta minha abordagem.

O posicionamento epistemológico deste estudo está enraizado na crença de que a análise crítica é essencial para se compreender e transformar as dinâmicas que moldam a sociedade. Esse posicionamento parte do pressuposto de que o conhecimento não é imparcial, mas, sim, moldado por interesses históricos, culturais e políticos. Assim, abarca uma postura que busca questionar narrativas dominantes, especialmente aquelas que perpetuam desigualdades ou legitimam práticas excludentes. Essa visão não apenas define minha abordagem acadêmica, mas também está alinhada às escolhas em relação aos temas e objetos de estudo.

A pesquisa se apoia em uma perspectiva formada por uma combinação de referenciais teóricos que dialogam entre si, como o materialismo histórico de Karl Marx, os estudos críticos

e a teoria social contemporânea. Acreditamos que é necessário adotar uma visão interseccional e multidimensional para compreender os fenômenos complexos do mundo atual. Partir de uma perspectiva marxista permite não somente identificar as contradições internas de um sistema, mas propor alternativas que sejam mais justas, perenes e sustentáveis. Além disso, valorizamos uma abordagem que conecta teoria e prática, promovendo diálogos com diferentes atores sociais.

O enfoque desta tese está voltado para a análise dos impactos de processos estruturais, como a neoliberalização, a expansão, a mercantilização e a financeirização, na esfera educacional. Nosso objetivo é investigar como esses fenômenos moldam subjetividades, práticas sociais e políticas públicas, bem como explorar as resistências e alternativas que emergem em resposta a eles. Para tanto, utilizaremos o modelo alicerçado no Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), e, ao adotarmos esse enfoque epistemológico, procuraremos contribuir para a construção de um debate crítico que seja relevante tanto no âmbito acadêmico quanto na formulação de políticas educacionais e estratégias de ação coletiva no ambiente acadêmico. Esse enfoque articula a escolha dos métodos qualitativos e interpretativos, permitindo uma leitura crítica das políticas educacionais e suas implicações sociais.

Em síntese, o posicionamento epistemológico, a perspectiva epistemológica e o enfoque epistemológico convergem para uma análise crítica que busca compreender e propor alternativas para transformar as dinâmicas estruturais que moldam o meio educacional. Dessa forma, esperamos contribuir tanto para o aprofundamento do debate acadêmico quanto para a formulação de políticas educacionais mais equitativas e inclusivas. Assim, o objetivo central é fomentar um diálogo qualificado no campo acadêmico, alicerçado em rigor analítico e compromisso com a transformação social.

O texto da tese está organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo consiste na introdução, onde é apresentado o contexto geral dos temas principais que compõem o estudo, o problema, a justificativa e o percurso metodológico, enfocando as escolhas teóricas e metodológicas.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico que dá sustentação à pesquisa. Na revisão de literatura, o tema sobre neoliberalismo é ancorado em autores como Friedman (2021), Dardot e Laval (2016), Mainardes (2010) e Sguissardi (2019), apresentando uma argumentação sólida, buscando apontar elementos que reforcem o conceito de neoliberalismo e, também, apresentando uma linha do tempo da construção neoliberal. Abordam-se, também, o conceito de Teoria do Capital Humano e a expansão do Ensino Superior, assim como um

breve contexto histórico e um conteúdo sobre a demora na implantação de políticas públicas a partir do século XIX. O capítulo engloba um estudo sobre a expansão do Ensino Superior desde o ano de 200 até o de 2023, envolvendo as universidades privadas, públicas e comunitárias. Apresenta-se, também, um conceito a respeito da mercantilização, da privatização e da terceirização, fundamentado por Sguissardi (2019), Minto (2008), Leher (2021), Rikowski (2017), Peroni (2021) e Ball (2009), aprofundando teoricamente esse tema na área do Ensino Superior.

O terceiro capítulo, predominantemente teórico, explana sobre a pesquisa nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Educação. Põe em evidência a metapesquisa como procedimento investigativo, associado ao Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE). Conceitos como perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico são apresentados tendo por base autores como Tello e Mainardes (2015), Tello (2012; 2013), Tonieto e Fávero (2020) e Moreira (2017), que visam reforçar os alicerces teóricos quando da inclusão do EEPE nas pesquisas científicas.

O quarto capítulo expõe o *corpus* de estudo da tese. Apresenta, em números, o total das teses buscadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na área da Educação, e que envolviam temas como neoliberalismo, financeirização, mercantilização e expansão do Ensino Superior, assim como a amostra final de teses que compõe o presente estudo.

O quinto capítulo, efetivamente, apresenta a análise final das 30 teses escolhidas para a pesquisa, no que se refere ao posicionamento, à perspectiva e ao enfoque epistemológico, separados por tema, que são neoliberalismo, expansão do Ensino Superior, mercantilização do Ensino Superior e financeirização do Ensino Superior, visando demonstrar como os autores das teses se posicionam frente aos quatro temas apresentados.

O sexto capítulo visa apresentar uma rede construída a partir do referencial teórico das teses, levando-se em conta os autores mais citados e que envolvem, isoladamente, cada um dos quatro temas da pesquisa. A rede demonstra que os autores referenciados podem ser citados em duas ou mais teses que discorrem sobre a mesma temática, permitindo uma análise simplificada das interações entre autores e teses.

O sétimo e último capítulo é composto pelas considerações finais, apresentando as elucidações com referência aos objetivos geral e específicos, assim como as implicações para o campo acadêmico, tanto na área da Educação quanto nas outras áreas do conhecimento.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: SOB O MANTO DO NEOLIBERALISMO

O referencial teórico é comumente delineado em capítulos de uma monografia ou de uma tese, ou em seções de um artigo teórico-empírico. Nesse contexto, os autores se propõem a contextualizar o estudo dentro de uma linha de pensamento ou de um objeto de pesquisa, além de discorrer sobre as escolhas teóricas feitas para fundamentá-lo. O referencial teórico serve como a base conceitual a partir da qual os dados da pesquisa serão computados e analisados, com propósito de fomentar o conhecimento do pesquisador sobre o tema em questão. Particularmente, cada teoria ou conceito a ser empregado na trajetória da pesquisa é discutido em uma seção ou em um capítulo delimitado do referencial teórico.

Adicionalmente, o referencial teórico possui uma finalidade distinta daquela da revisão de literatura. Aqui, não se trata de conduzir uma busca sistemática de trabalhos publicados sobre o assunto, mas, sim, de destacar as decisões tomadas. O referencial teórico é elaborado levando em conta os objetivos da pesquisa, ou seja, os aspectos que serão posteriormente analisados são priorizados na fundamentação teórica.

O referencial teórico de uma tese abarca, geralmente, uma avultada variação em termos de número de capítulos, desdobramentos e complexidade, dependendo da relevância do tema abordado e dos objetivos estabelecidos. De maneira geral, constitui-se como uma síntese da literatura pertinente ao tema, organizada sob a perspectiva crítica do autor. Assim, o texto do referencial teórico não se restringe a simplesmente apresentar as ideias de diferentes autores, mas interage com elas: compara, destaca similaridades e discrepâncias, contesta e, acima de tudo, reflete a perspectiva do pesquisador em relação ao tema abordado (Azevedo, 2016).

O objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico acerca das três condições básicas que, dentro da literatura sobre financeirização do Ensino Superior, são constituídas pelo pensamento neoliberal, pela expansão do Ensino Superior associada à Teoria do Capital Humano e pelos próprios conceitos de financeirização e mercantilização da Educação, buscando, conjuntamente, entrelaçar o tema da Teoria do Capital Humano. Este material teórico se constituirá na base para a análise de teses dos programas de pós-graduação em Educação do Brasil, no decênio 2013-2022. Ao passo da necessidade de se estabelecer uma discussão mais aprofundada e qualificada sobre os temas mencionados, busca-se um ancoramento teórico nos escritos de Harvey (2008), Friedman (2021), Dardot e Laval (2016), Mainardes (2010), Saviani (2010), Bechi (2011), Schultz (1973) e Sguissardi (2019), por apresentarem um conjunto sólido de argumentos e conceitos que apoiam a compreensão dos conceitos-chave que compõem este capítulo.

Para uma melhor compreensão sobre o tema da financeirização do Ensino Superior, o referencial teórico está dividido em três seções, sendo que a 2.1 trata sobre o pensamento neoliberal, com vistas a explicitar sua origem, seu conceito e seus desmembramentos; a 2.2 trata sobre a expansão do Ensino Superior no Brasil e a Teoria do Capital Humano; e a 2.3 tem como tema a financeirização do Ensino Superior, buscando sua conceituação e suas associações teóricas.

2.1 O pensamento neoliberal

Os serviços de ensino podiam ser prestados por empresas privadas com fins lucrativos ou por instituições sem fins lucrativos. O papel do Estado seria apenas garantir que as escolas cumprissem determinados padrões mínimos de qualidade, como a inclusão de um conteúdo comum mínimo nos seus programas, da mesma forma que o Estado hoje inspeciona os restaurantes para garantir que estes mantenham padrões mínimos de higiene (Friedman, 2021, p. 130).

Iniciaremos com o que pode ser definido como a origem do neoliberalismo, um fenômeno diferente de um simples liberalismo clássico do século passado. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo originou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e América do Norte, dominadas pelo capitalismo, como uma reação teórica e política fortemente contrária ao intervencionismo e ao estado de bem-estar.

O ponto de partida foi a crise estrutural do capital iniciada na década de 1970, embora a primeira grande crise tenha sido o *crash* da NYSE, a Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 1929. As principais e anômalas consequências dessa crise serviram para que o sistema de capital, sua personificação e seus papéis planejassem e implementassem novas estratégias, cujos objetivos estratégicos eram expandir e ampliar o fôlego da acumulação capitalista, garantindo a supremacia e hegemonia do capital sobre o trabalho (Souza; Piolli, 2020).

Em 1990, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou formalmente um conjunto de dez medidas econômicas, conforme o Quadro 1, destinadas a facilitar o ajuste econômico em países subdesenvolvidos com problemas. O conjunto de medidas foi desenvolvido por economistas de instituições de Washington (EUA), como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro dos EUA, com base em textos do economista John Williamson, do Institute for International Economics, e pelo que é conhecido como Consenso de Washington (Bresser-Pereira, 1991).

Quadro 1 – As dez recomendações do Consenso de Washington

Abertura Comercial – com a redução de tarifas alfandegárias liberalizando o comércio internacional.	Direito à Propriedade Intelectual – protegendo principalmente o que se refere a patente, marca, desenho industrial, indicação geográfica e cultivar.
Privatização de Estatais – reduzindo o papel dos Estados como empresários nas economias nacionais.	Redução dos Gastos Públicos – que, entre outras possibilidades, viabilizou maior superávit primário, ou seja, uma maior economia para pagamento de dívidas externas.
Disciplina Fiscal – estabelecendo um rígido controle sobre os gastos públicos para favorecer o controle inflacionário, evitar o aumento do déficit público e, preferencialmente, sustentar uma política fiscal expansionista.	Reforma Tributária – reduzindo e otimizando a cobrança de impostos sobre a produção e a circulação de mercadorias e serviços.
Desregulamentação – baseada no afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas a fim de favorecer a livre iniciativa.	Estímulo aos Investimentos Estrangeiros Diretos – reduzindo ou eliminando restrições para o investimento de capitais na instalação de filiais de determinadas empresas fora de seus países sede.
Juros de Mercado – permitindo a adaptação às conjunturas momentâneas a partir de taxas flutuantes.	Câmbio de Mercado – viabilizando a realização de ajustes nos balanços de pagamentos e associando seu comportamento às intervenções das autoridades monetárias, ou seja, dos Bancos Centrais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marrach (1996).

A contribuição histórica do Consenso de Washington deixou a marca do fim da dicotomia entre a economia de desenvolvimento e a economia ortodoxa, que se apresentava ao longo de décadas. O fato irônico do Consenso de Washington foi não ter considerado o fenômeno da globalização, visto que a eliminação de obstáculos ao comércio e ao investimento internacional, durante a década de 1990, deveu-se a influência do Consenso de Washington nos chamados países em transição (Naím, 2000).

Em 1947, ao final de um encontro financiado por vários grupos econômicos, fundou-se a Sociedade Mont Pèlerin (nome do *spa* suíço que se reuniu pela primeira vez), tendo como presidente Friedrich von Hayek e como membros notáveis Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e o filósofo Karl Popper. A criação da sociedade estava ligada à estratégia política de Hayek, com finalidade de contrapor as tendências socialistas, consideradas dominantes na Europa da época. A intenção era debater a proposta de economia mista de Keynes ou o “caminho intermediário”, que segundo Hayek levaria ao totalitarismo e à servidão.

A Sociedade Mont Pèlerin mostrou-se relevante no surgimento dos ideários neoliberais, destacando alguns fatores importantes como a manutenção do interesse pelo liberalismo, a disseminação de ideias liberais e a criação de instituições liberais por todo o mundo (Gros, 2008). Correntemente, para ressaltar as origens do neoliberalismo, reporta-se à obra escrita por Friedrich Hayek, em 1944, *O Caminho da Servidão*, e à Sociedade de Mont-Pèlerin (1947), até ater-se aos escritos trazidos à luz por Dardot e Laval (2016).

Segundo os autores:

A criação da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (Dardot; Laval, 2016, p. 70).

O colóquio foi a primeira tentativa de criação de uma “internacional” neoliberal e mostra que, em um primeiro momento, a exigência comum de reconstrução do liberalismo ainda não permitia distinguir completamente as tendências do “novo liberalismo” e as do “neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2016, p. 72).

Para o Dardot e Laval (2016, p. 67), o Colóquio de Walter Lippmann “pode ser considerada não só o registro de nascimento oficial do novo liberalismo, mas um elemento revelador”. De acordo com Marrach (1996, p. 42), o conceito de neoliberalismo está alicerçado na “ideologia que procura responder à crise do Estado nacional, ocasionada pelo processo de globalização, isto é, o processo de interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias”, assegurando que tal ideologia “torna-se dominante numa época que os Estados Unidos da América detêm a hegemonia exclusiva do planeta”.

Dardot e Laval (2016) defendem que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é fundamentalmente uma racionalidade, com tendência a estruturar e organizar a própria conduta dos governados. Como defende Chesnais (2001, p. 26), “o termo neoliberalismo é utilizado [...] como se pudesse hoje servir de embasamento para uma forma de capitalismo com cara humana”. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 177), o neoliberalismo pode ser definido como “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Manifesta, ainda, o autor que o neoliberalismo é “a razão do capitalismo contemporâneo” (Dardot; Laval, 2016, p. 14). O pensamento neoliberal se opõe a qualquer coisa que impeça a competição de interesses privados, não se tratando de restringir os mercados por meio de ações corretivas ou compensatórias do Estado, mas, sim, de desenvolver e sanear mercados competitivos, por meio de quadro legal cuidadosamente ajustado.

Para Harvey (2008, p. 2), o neoliberalismo é uma teoria político-econômica que tende a propor que o bem-estar humano pode ser melhorado “liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”. De modo geral, segundo Laval (2019), a ideia neoliberal contesta a intromissão do Estado na produção de bens e

serviços, incluindo aí a Educação e a sua oferta, considerando sua solvabilidade em face das despesas consideráveis que lhe são atribuídas.

Portanto, o pensamento neoliberal especificamente extrapola os conceitos a respeito da formação do indivíduo como um sujeito social, visto que tende a tornar as relações humanas mais mercantilizadas, nas quais o sujeito acredita ser parte do processo, sendo que, porém, ele é o processo a serviço da classe dominante. A ideia intrínseca do neoliberalismo, que é a geração do lucro máximo, alinhada ao modo de reprodução do sistema capitalista, torna-o “autoritário, violento e antidemocrático” e “apto a nos persuadir de que estamos todos melhores sobre um regime neoliberal de liberdades” e usufruindo de benefícios e bondades e longe das privações impostas pelo sistema neoliberal (Harvey, 2008, p. 38).

2.1.1 O neoliberalismo e o Ensino Superior: o aluno como moeda de troca

Moeda é bem mais entendida como uma qualidade de uma mercadoria de servir como um meio de troca, como um bem que é intercambiado no mercado e circula de mão em mão sem jamais, ou por um longo período, ser consumido de fato (Ulrich, 2013, p. 437).

O atual processo de globalização, apregoadado como uma nova forma de organização do sistema econômico capitalista em escala global, tornou-se foco de compreensão da lógica predominante das reformas estabelecidas no Ensino Superior. Aliada ao impacto de uma vertente neoliberal, voltada ao Ensino Superior, pode-se dizer que a Educação, “enquanto instrumento de interiorização dos valores capitalistas” e na visão neoliberal, passa por uma crise, resultado de uma gestão improdutiva e acarretando um sistema educacional de baixa qualidade (Lagoa, 2019, p. 5). De fato, o modelo educacional neoliberal caracteriza-se pela exigência de qualidade e de uma escola moderna, competitiva no mercado internacional, informatizada e capacitada de poder de comunicação, finanças empresariais, utilitarismo e produtividade (Regalo, 2013). Em resumo, as instituições de ensino conduzidas por demandas individuais e necessidades locais, não por lógicas de igualdade ou solidariedade, representam um modelo de educação comparado a um bem de capitalização privado (Laval, 2019).

A busca pela boa educação, como um investimento, dentro de uma boa instituição de ensino e uma boa área de conhecimento, elege-se como fator potencial para as ascensões pessoal e profissional. A busca pelo melhor em sociedade, tanto profissional quanto academicamente, gera o ambiente perfeito para a competição. Laval (2019, p. 110) reforça que “o neoliberalismo não criou esse fenômeno, apenas o agrava e o justifica ideologicamente: a competição para ter acesso a esse bem raro, ao mesmo tempo mais agudo e mais desigual,

parece evidente”. O autor reforça ainda “que os efeitos dessa dominação ideológica [...] se traduziram em muita incoerência e fatalismo, ambos sintomas de uma política manipulada” (Laval, 2019, p. 110).

No Brasil, a introspecção do pensamento neoliberal na Educação deveu-se à infiltração de ideias capitalistas plantadas pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, que sugeria que o financiamento oriundo do Governo Federal fosse direcionado para instituições privadas, por meio de programas de incentivo educacional, como meio de garantir uma maior equidade do acesso de estudantes ao Ensino Superior privado. Esse movimento tem como objetivo firmar uma parceria financeira entre Estado e instituição privada, sob um discurso de recuperar a defasagem de acesso ao Ensino Superior, mas com o propósito de absorver “o repasse de recursos públicos para oferta de educação por instituições privadas” (Costa; Silva, 2019, p. 14).

Com relação ao Ensino Superior no Brasil, engana-se quem pensa que esse modelo neoliberal de parceria favorece mais um lado da mesa de negociações em detrimento do outro. Podemos afirmar que esse é um processo que transita pelas linhas de negociação do ganha-ganha. Diante desse ideário neoliberal, as tratativas com relação à Educação são moldadas em bases mercadológicas, buscando atender demandas de mercado e desqualificando as instituições de Ensino Superior do seu âmago, que é a formação social. Em síntese, o resultado dessa relação é a constatação de que o aluno, um dos pilares, quiçá o mais importante deles, é subjugado ao posto de mero consumidor.

Do mesmo modo que aqui adjetivamos o aluno como consumidor, Stephen Ball, em seu livro *Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*, destaca que “um elemento-chave do empreendimento social e do capitalismo social é o dinheiro” (Ball, 2014, p. 131), portanto, dentro de um cenário mercadológico na Educação, podemos deduzir que o aluno é a moeda de troca. Em outras palavras, o aluno é reconhecido pela instituição de Ensino Superior como um ativo financeiro, cujo valor intrínseco se potencializa por meio de investimentos contínuos em sua formação e em seu desenvolvimento, que possui valor monetário e pode ser livremente permutado por um lugar vazio dentro do ambiente acadêmico.

Isso não só dentro do pensamento neoliberal, onde acumular capital é uma das suas premissas, mas no contexto mercadológico da Educação Superior ocorre o mesmo processo. Somente substituir um espaço vazio no ambiente acadêmico por um aluno não é suficiente. Esse aluno-moeda precisa atrair mais dos seus, fazendo com que a operação financeira seja rentável.

Esse posicionamento pode ser o mesmo desvelado a partir dos seguintes trechos de Ball (2005 *apud* Mainardes, 2010, p. 5):

Os mercados obviamente têm duas faces – o consumo e a produção – e o mercado da educação não constitui exceção. As exigências da concorrência, a informação disponibilizada pelas Tabelas de Avaliação – ranking das escolas, as pressões por parte do Estado no sentido de melhoria do desempenho, do cumprimento dos objetivos e do financiamento per capita, numa época de contenção de custos, conjugam-se no sentido de criar economias [locais] do valor aluno.

Podemos, aqui, criar uma analogia, em que a IES é como um cofrinho e os alunos, as moedas. Quanto mais moedas forem colocadas no interior do cofrinho, maior será o resultado financeiro. São moedas com valores diferenciados, podendo aumentar significativamente o montante ou não, porém sempre elevando o valor no todo. Um portfólio diversificado é menos suscetível a riscos, e o mesmo pode ser dito sobre a formação do aluno. Ao diversificar suas competências, adquirindo habilidades em diferentes áreas do conhecimento, o aluno aumenta sua resiliência no mercado de trabalho, tornando-se mais apto a enfrentar as incertezas e as oscilações econômicas, assim como um investidor com perfil moderado que distribui seus recursos em diferentes tipos de ativos ou de “cofrinhos”.

A propósito, quando ressaltamos aqui que o aluno é denominado de moeda e que possui seu valor, não o estamos comparando ao definido na Lei n. 14.113/2020 (Brasil, 2020b), com a denominação de valor/aluno/ano, em que se estabelece um valor mínimo anual por aluno, em que o principal parâmetro “constituiu-se das estimativas de recursos de impostos disponíveis, considerando a vinculação e os fundos constitucionalmente estabelecidos” (Jesus, 2012, p. 217).

Também não fazemos referência a valores universais, humanos, pessoais, familiares, socioculturais, morais, éticos, estéticos, espirituais, materiais, econômicos ou pragmáticos, que podem estar intrinsecamente ligados aos alunos, mas que, na sua maioria, não são relevantes aos anseios neoliberais, quando da sua “aquisição” ao meio acadêmico mercantil.

Em suma, ao comparar o aluno a uma moeda ou a um ativo financeiro, é possível evidenciar a importância de investir em educação e desenvolvimento pessoal como formas de maximizar o valor intrínseco e o retorno a longo prazo, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo. Assim como no mercado financeiro, os investimentos feitos no presente têm o potencial, não sua garantia, de gerar resultados significativos no futuro, sendo a Educação o ativo mais valioso que um indivíduo pode possuir.

É importante reconhecer que, assim como os ativos financeiros exigem uma gestão contínua para maximizar seu valor, o aluno também deve estar em constante aperfeiçoamento. O aprendizado contínuo, a busca por novas experiências acadêmicas e a adaptação às mudanças

são essenciais para que o aluno-moeda mantenha seu valor elevado dentro e fora da IES, e por consequência capitalizando a instituição a qual pertence.

Sob a égide das políticas neoliberais, o Estado brasileiro prioriza a desresponsabilização pela oferta de Ensino Superior público e gratuito, promovendo parcerias público-privadas junto a incentivos fiscais a instituições privadas. Tais artifícios reforçam a lógica mercantilista e privatista, visto que transferem recursos públicos para instituições privadas, concomitantemente à precarização das universidades públicas por meio de cortes orçamentários, e contingenciamentos e aplicações de recursos da Educação em outras áreas de maior visibilidade. Esse modelo, influenciado pela lógica neoliberal, molda os currículos e as práticas pedagógicas, reduzindo a função da universidade de despertar o pensamento crítico no cidadão para criar sujeitos à luz das necessidades mercadológicas, tornando-se uma instituição partidária da engrenagem reprodutora de desigualdades sociais.

Por fim, resistir a essa lógica passa necessariamente pela luta por um modelo de Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, que tenha como base a universalização do acesso e a valorização do conhecimento como bem coletivo e não como produto mercantil. A luta pela autonomia universitária e por políticas de financiamento encorpadas é fundamental para enfrentar os efeitos do neoliberalismo e garantir que o Ensino Superior seja um instrumento de transformação social, capaz de romper com as amarras da exploração capitalista e promover a emancipação das classes populares.

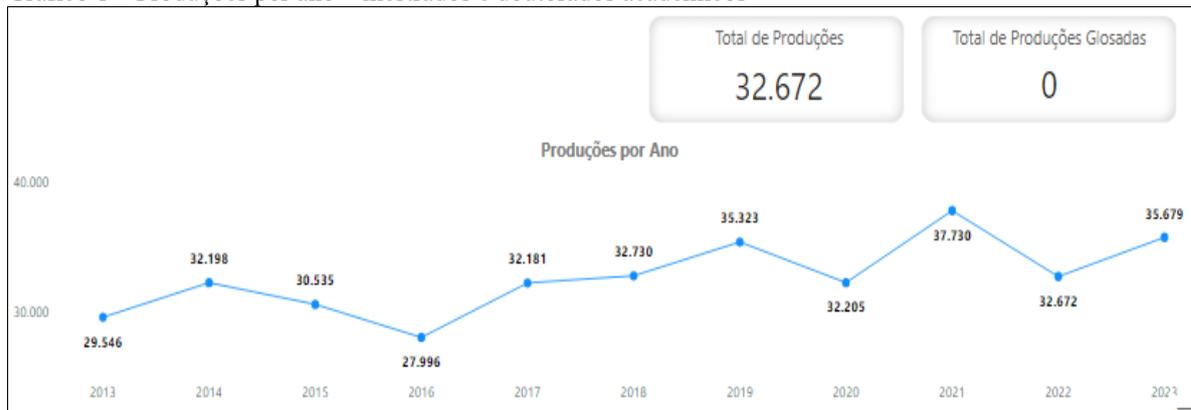
2.1.2 A influência neoliberal na construção das políticas educacionais de nível superior stricto sensu

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), em seu Artigo 44, Inciso III, traz por definição que o Ensino Superior abrangerá os programas de mestrado e doutorado, categorizados como *stricto sensu*, além de cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros. Os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos estão mais direcionados à pesquisa científica, e envolvem uma discussão mais teórica e aprofundada sobre fatos ou eventos. Dentro de cada programa de mestrado ou doutorado é delimitada uma área de concentração, “a partir da qual se estabelece suas linhas de pesquisa, as quais estão vinculadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes e discentes, sua produção técnica e científica” (Tonieto, 2018, p. 102).

Segundo dados da avaliação quadrienal 2017-2020 da CAPES, o número de cursos de mestrado e doutorado na área de Educação no Brasil já passa de 200 (Brasil, 2022a). Ao nos

debruçarmos sobre os números de produção bibliográfica nos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, tendo como início da análise o ano de 2013 (Gráfico 1), chegamos a 29.546 publicações e, ao findarmos a análise no ano de 2022, chegamos ao número de 35.672. Nesses dez anos, observa-se um crescimento de aproximadamente 21% em produção bibliográfica, que envolve artigos em periódicos, livros, trabalhos em anais, entre outras produções (Brasil, 2023b).

Gráfico 1 – Produções por ano – mestrados e doutorados acadêmicos



Fonte: Brasil (2023b) – Plataforma Sucupira.

Esse crescimento quase contínuo entre os anos de 2013 e 2022 pode ser caracterizado como causa ou consequência do apetite de revistas, *journals* ou editoras, tanto nacionais como estrangeiras, pelos escritos dos estudantes. Esses estudantes se tornaram alvos diretos de empresas predatórias de divulgação de pesquisas ou de revistas que visam melhorar o seu *Qualis* junto às agências reguladoras. A facilidade de acesso e aceitação de artigos ou capítulos de livros faz com que os estudantes se tornem presas fáceis, arcando muitas vezes com valores absurdos para que seus escritos sejam publicados, sem muitas exigências e em um curto período. A severa exigência por alguns programas de mestrado e doutorado por produção acadêmica também faz com que esse mercado permaneça aquecido e pujante.

A influência do neoliberalismo na Educação pode parecer simples, como uma atividade corriqueira, porém está muito próxima a um estado de concorrência entre empresas ou quase empresas especializadas na produção e venda de produtos educacionais. A parceria formada entre Estado e empresas privadas deixa evidente a entrega do setor público às benesses da iniciativa privada e com conseqüente poder de decisão sobre as políticas educacionais. A hegemonia formada por ambos se qualifica para representar um projeto de educação para todo o país, “cujos ideais convergem com interesses neoliberais, facilitando a formação do consenso

para aceitação de condições para criação de um currículo formador de indivíduos aptos ao mercado” (Vasconcelos; Magalhães; Martineli, 2021, p. 7).

Muitas dessas empresas ou quase empresas estão sujeitas aos imperativos do rendimento, com a única finalidade de atender aos desejos de indivíduos libertos em suas escolhas mediante o fornecimento de mercadorias ou quase mercadorias (Laval, 2019). O autor faz referência, ainda, à mercantilização na Educação como “novo campo de acumulação de capital”, dando origem à transformação das universidades em fábricas de saber eficientes, moldando a produção de conhecimento pelo “capitalismo universitário” (Laval, 2019, p. 57).

A influência neoliberal que cerca o Ensino Superior objetiva a formação mínima do sujeito social, permitindo o aprendizado apenas do que é necessário, tornando pífia a sua formação integral por meio de uma “educação esvaziada de conteúdos” e moldada pela “valorização do saber fazer” (Basso; Neto, 2014, p. 6-7). Esses modelos de relacionamento, tendo como base as ideias neoliberais e moldados artificialmente por políticas educacionais frágeis, apenas “atropelam o funcionamento da escola e a identidade dos professores” (Charlot, 2007, p. 131). Adentrando o conceito da mercantilização da Educação e a lógica do lucro, a pesquisa também se torna objeto monetário sobre o estigma da inovação. Assim, como comenta Laval (2019, p. 63), os próprios professores podem se tornar “empreendedores”, misturando na mais perfeita legalidade as funções de ensino, pesquisa e gestão.

2.2 A Teoria do Capital Humano e a expansão do Ensino Superior no Brasil: uma breve digressão do contexto histórico

A Educação no Brasil é considerada um processo tardio devido às suas raízes históricas e à forma como foi inicialmente estruturada. Durante o período colonial, a prioridade das autoridades portuguesas não era a formação educacional da população local, mas, sim, a exploração econômica das riquezas naturais. A educação formal era restrita a uma pequena elite, principalmente ligada à Igreja Católica, que assumiu a responsabilidade pela instrução no país. Como resultado, a educação para a maior parte da população, especialmente para indígenas, africanos escravizados e seus descendentes, foi negligenciada durante séculos, criando uma base educacional extremamente limitada e excludente.

Outro fator que contribuiu para o processo tardio da Educação no Brasil foi a demora na implementação de políticas públicas voltadas para a universalização do ensino. Apenas no final do século XIX, com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, começaram a surgir os primeiros esforços para expandir o acesso à educação, mas ainda de forma lenta e

desigual. A falta de investimentos adequados em infraestrutura e formação de professores, além da ausência de um sistema educacional nacional coeso, fez com que o progresso educacional se arrastasse por décadas. A disparidade entre as regiões do país também reforçou as desigualdades no acesso à educação, com o Norte e o Nordeste sendo os mais prejudicados.

A partir de 1808, com a chegada do Rei Dom João VI ao Brasil, os primeiros cursos superiores reconhecidos tiveram a sua implantação iniciada, entre eles, os cursos de Engenharia, Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho Técnico. À época, os cursos eram dispostos de forma isolada, não concentrados em universidades e mantidos pelo Estado (Saviani, 2010).

Nas décadas que se seguiram, muitos adventos foram responsáveis pela expansão do Ensino Superior no Brasil. A criação, incorporação e federalização de instituições de Ensino Superior, principalmente no século XX, deram ao mapa acadêmico brasileiro uma nova configuração, em se tratando de formas de gestão, participação de mercado e construção de produtos universitários. A partir de 1964, com a mobilização de estudantes por uma reforma universitária pleiteada na busca de recursos para a educação e de vagas; de professores por mais autonomia; e de grupos interessados em ampliar o ensino privado, moldado em termos mercantilistas, diversas ações foram realizadas pelo governo com o intuito de contornar as reivindicações, ações estas que deram início à expansão do Ensino Superior no Brasil (Saviani, 2010).

Na década de 1990, a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96, que dispunha sobre a abertura e legalização do funcionamento dos cursos relativos ao Ensino Superior, na modalidade à distância, foi o estímulo que a iniciativa privada precisava para acelerar o processo de expansão de instituições e busca por alunos para ocuparem as cadeiras em sala de aula. Grande parte dessa expansão foi bancada pelo Estado, por meio de políticas públicas, como financiamentos estudantis e benefícios fiscais, que vislumbravam a aquisição de vagas em universidades particulares, gerando um substancial crescimento de tipos de estabelecimento acadêmico e conseqüente incremento no número de alunos, mais precisamente no final do século XX e início do século XXI (Saviani, 2010; Bittar e Ruas, 2012).

Mesmo no século XXI, com leis e reformas educacionais que visam democratizar o ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil ainda enfrenta desafios para garantir uma educação de qualidade para todos. A defasagem histórica, a falta de recursos contínuos e a gestão ineficiente em vários níveis dificultam a superação desse atraso. Além disso, o contexto socioeconômico de grande parte da população ainda impede que muitas crianças e muitos jovens completem a educação básica ou

tenham acesso ao Ensino Superior, perpetuando o ciclo de desigualdade educacional que remonta ao início da colonização.

O crescimento frenético de IES privadas, cursos e vagas, com aportes financeiros significativos por parte do Estado, foi responsável por vários pontos positivos, tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. Para Diniz e Diniz (2023, p. 191), possuem destaque “a expansão da pesquisa e quantidade de pesquisadores; grupos de pesquisa e publicações; o papel inclusivo na melhoria do sistema de educação, proporcionando o ingresso da população mais vulnerável; desconcentração regional, tanto ao acesso às regiões mais periféricas, quanto ao interior dos estados”.

A perspectiva do quanto mais, melhor, em que o processo de intelectualização dos alunos passa a ser menos exigente, aliado a uma relação meramente comercial entre as partes, vem tornar o modelo expansionista do Ensino Superior viável para o mercado, de uma forma geral, visto que cria cidadãos operacionais moldados para o “fazer” e não para o “pensar”. Para as empresas educacionais, o mérito fica com o lucro obtido pelas “transações” comerciais, em que o seu valor financeiro, ou a sua moeda, é o próprio aluno. A ascensão do modelo expansionista no Ensino Superior no Brasil tem como peça-chave “um discurso inflamado e pretensioso de que o privado é melhor que o público”, reflexo direto de um projeto neoliberal que visa apenas transformar a educação em mercadoria (Fávero; Consaltér; Tonieto, 2020, p. 5).

Ao se abordar o tema da expansão do Ensino Superior, ligada ao modelo econômico e associada à capacitação, qualificação e habilitação dos estudantes como mão de obra promissora para o mercado de trabalho, abre-se a discussão sobre a Teoria do Capital Humano, formulada por Theodore William Schultz, em meados de 1950. A Teoria do Capital Humano teve como base a percepção de Schultz, ao observar a população dos Estados Unidos, de que muitos estavam direcionando consideráveis investimentos em si mesmos, tratando a si como ativos humanos, e de que esses investimentos no capital humano estavam exercendo uma influência significativa e penetrante sobre o crescimento econômico. Dentre os principais investimentos nesse contexto, destacava-se a educação, que se configurava como fundamento para o desenvolvimento do capital humano. Ele afirmou que “as pessoas valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo auto investimento, e de que a instrução é o maior investimento no capital humano” (Schultz, 1973, p. 13).

O autoinvestimento não significa que o indivíduo possa ser considerado o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Isso pode ser uma inverdade, pois, ao se submeter a um sistema capitalista, deveras excludente, muitas são as variáveis que permeiam o seu

ambiente. Nesse contexto, firmado sobre a égide da mercantilização de si próprio, o indivíduo pode ser visto como moeda, que, segundo Peixoto, Araújo e Zientarski (2018, p. 5), “assevera que a ideia de Capital Humano agudiza a crescente precarização educacional com os princípios de reprodução societal marcada pela individualidade egoísta”.

A Educação não deve ser vista apenas como um fator determinante de expansão e progresso econômico. Pode ser também contemplada como potencializadora de fatos positivos para a sociedade, possuindo condições de fomentar mais consciência entre os indivíduos, seja política, ética, oral ou social, ou seja, um bem maior coletivo. A Educação pode ser desmembrada em duas formas distintas, em uma primeira instância como consumo, demandando gastos em sua aquisição e manutenção; e em um segundo momento como crescimento econômico, face à possibilidade de elevação de ganhos futuros para o indivíduo (Viana; Lima, 2010).

A Teoria do Capital Humano sugere que a educação formal é um dos principais fatores para o aumento da renda individual e da mobilidade social. No Brasil, a crescente oferta de vagas em universidades públicas e privadas, além da ampliação dos cursos à distância, tem permitido que mais pessoas, especialmente de camadas sociais historicamente marginalizadas, ingressem no Ensino Superior. Essa democratização do acesso visa, em longo prazo, criar uma força de trabalho mais qualificada, capaz de adaptar-se às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais complexo e tecnológico.

Contudo, a expansão do Ensino Superior no Brasil também enfrenta desafios, como a qualidade da educação oferecida e a adequação da formação profissional às demandas do mercado. Segundo a Teoria do Capital Humano, o simples aumento do número de graduados não garante crescimento econômico se não houver uma correspondência entre as habilidades adquiridas e as necessidades produtivas do país. Nesse sentido, é essencial que o Brasil não apenas continue a ampliar o acesso ao Ensino Superior, mas que também busque melhorar a qualidade das instituições de ensino e fomentar uma educação alinhada às inovações tecnológicas e econômicas globais, e que “os indivíduos possam reencontrar o prazer da educação para além da ascensão social e econômica e que a competitividade não seja seu guia” (Pereira, 2019, p. 11).

Dentro dessa linha de raciocínio, a expansão da oferta do Ensino Superior no Brasil torna-se objeto de estudo nos três subcapítulos a seguir, a partir de dados pesquisados configurando categorias de análise indicadas no subcapítulo 2.2.1, no que se refere às universidades públicas federais e aos institutos federais; no subcapítulo 2.2.2, sobre as

organizações acadêmicas privadas; e no subcapítulo 2.2.3, sobre as universidades privadas na modalidade remota.

2.2.1 Uma avaliação da expansão das universidades públicas e dos institutos federais no Brasil

Ao reportarmos o tema do Ensino Superior no Brasil, mais especificamente quando da sua expansão, tanto quando falamos em quantidades de instituições quanto em sua abrangência territorial, pontos importantes como interesse governamental, valores a investir, necessidade e localização são fundamentais de serem debatidos, enquanto políticas públicas que visam ampliar o acesso ao Ensino Superior e a interiorização dele, com o objetivo de democratizar o ensino e reduzir as desigualdades regionais e socioeconômicas no Brasil.

É perceptível que os grandes centros pedem por mais vagas no Ensino Superior gratuito, visto que concentram uma parcela maior da população por quilômetro quadrado. Porém, a Educação como finalidade social precisa ser acessível a todos, fazendo com que a expansão das universidades públicas e dos institutos federais seja também alocada em regiões mais afastadas dos grandes centros, criando oportunidade de ingresso aos mais diferentes públicos e condições sociais. A massificação das oportunidades de acesso ao Ensino Superior gratuito, principalmente nos lugares mais longínquos brasileiros, faz com que a busca pelo ingresso ao ambiente acadêmico seja, de fato, uma alternativa real para quem aspira a uma formação superior que venha a suprir as necessidades de qualificação e capacitação.

Uma visão inicial da aceleração no crescimento das universidades públicas federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs) no Brasil pode ser delimitada pelo período compreendido entre os anos de 2003 e 2013, quando foi autorizada a abertura de 191 instituições (Novaes, 2022). Além da abertura de universidades federais e institutos federais, foram autorizadas as expansões de algumas universidades, com a criação de vários campi, aumentando a abrangência de atuação de muitas universidades e muitos institutos federais.

A criação e expansão dos IFEs foram formalizadas pela Lei 11.892, de 2008 (Brasil, 2008). Esses institutos surgiram da fusão de escolas técnicas federais, centros federais de educação tecnológica (CEFETs) e escolas agrotécnicas, com a missão de oferecer Ensino Médio técnico e cursos superiores de tecnologia e licenciatura, além de atuar na pesquisa e extensão (Carvalho, 2014).

A criação dos institutos federais foi crucial para levar os Ensinos Superior e técnico a regiões até então pouco atendidas por essas modalidades de ensino, contribuindo para o

desenvolvimento regional e para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas, e, conforme Carvalho (2014, p. 216), “a ideia central era recuperar o papel de protagonismo nos Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET)”.

Todas as cinco regiões do Brasil foram contempladas com a expansão do Ensino Superior público (Quadro 2), demonstrando, assim, o compromisso do Governo Federal com o Ensino Superior em nível nacional.

Quadro 2 – Universidades e institutos federais criados entre 2003 e 2013

Região	Universidade Federal	Instituto Federal (IF)
Nordeste	01 campus	IF do Piauí + 14 campi
Norte	10 campi	IF do Acre + 05 campi
Sudeste	02 campi	14 campi
Centro-Oeste	Grande Dourados + 02 campi	11 campi
Sul	Fronteira Sul + 03 campi	13 campi

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Novaes (2022).

O período também foi marcado por uma política de cotas sociais e raciais, implementada pela Lei n. 12.711 de 2012 (Brasil, 2012), que reservou parte das vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Essa política teve um impacto significativo na diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes, promovendo uma inclusão mais ampla no Ensino Superior.

Segundo Carvalho (2014), o incremento no número de IES públicas e a quantidade de matrículas estão diretamente ligados às ações do Governo Federal, nos dois mandatos do presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), primeiramente com o Programa de Expansão Fase I, contemplando concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, e posteriormente com o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que resultou em um aumento significativo na quantidade de vagas oferecidas, na diversificação dos cursos e na ampliação das universidades federais em cidades deslocadas dos grandes centros populacionais.

Em resumo, a expansão do Ensino Superior público no Brasil e a evolução no número de matrículas mostraram-se muito efetivas, muito pelas acertadas ações governamentais e pelo aceite dessas propostas pelos alunos, que buscaram usufruir do bom momento para ingressar nos cursos superiores ofertados por essas instituições acadêmicas.

2.2.2 A expansão do Ensino Superior nas universidades privadas (2000-2020)

Das IES organizadas como empresas lucrativas, diz-se que se valem de processos seletivos pouco criteriosos no que respeita ao mérito ou bagagem educacional dos

“vestibulandos”. Aqui vale mais, ou vale na mesma medida, sua capacidade de pagamento (Martins, 2008, p. 735).

A expansão do Ensino Superior no Brasil, no período entre 2000 e 2020, foi marcada por um crescimento expressivo nas instituições de ensino privadas, que desempenharam um papel fundamental na ampliação do acesso ao Ensino Superior no país, tornando-se, portanto, de fundamental importância uma análise mais detalhada desse período. Esse processo de expansão foi impulsionado por uma série de fatores, incluindo políticas públicas como ProUni (2004) e FIES (2010), mudanças demográficas e transformações econômicas. Cabe, ainda, ressaltar que, como objeto de estudos futuros, é possível incluir os desdobramentos da expansão do Ensino Superior desde o período da pandemia do Covid-19 até os dias atuais, porém não é o caso do presente estudo.

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil enfrentou uma crescente demanda por Ensino Superior, decorrente do aumento da população jovem, que em números absolutos passou de 48,9 milhões, em 2000, para 52,3 milhões, em 2009 (Ervatti; Borges; Jardim, 2015), além da maior valorização do Ensino Superior no mercado de trabalho. Para suprir a demanda por vagas nas universidades, o setor privado expandiu rapidamente sua capacidade instalada e sua proliferação de unidades e cursos, tornando-se o principal responsável pela absorção desse novo contingente de estudantes, resultado da flexibilização das regulamentações governamentais e do incentivo ao investimento privado no setor.

Como parâmetro inicial de análise da quantidade de instituições de Ensino Superior (IES) privadas e da consequente quantidade de matrículas nessas mesmas instituições, molda-se a Tabela 2, como forma de demonstrar numericamente esses dados, no ano 2000.

Tabela 2 – Número de IES públicas e privadas e matrículas no ano-base 2000

Organização Acadêmica e Categoria Administrativa	N. IES 2000	% IES Total vs. Privadas	N. Matrículas 2000	% Matr. Total vs. Privadas
Universidades Públicas e Privadas	156	100	1.806.989	100
Privadas	85	54,49	1.026.823	75,97
Centros Universitários Públicos e Privados	50	100	244.679	100
Privados	49	99	240.061	98,11
Faculdades Públicas e Privadas	955	100	619.255	100
Privadas	870	91,1	540.335	87,26
Total Público + Privado	1161	100	2.670.923	100
Total Privado	1004	86,48	1.807.219	66,67

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2020a).

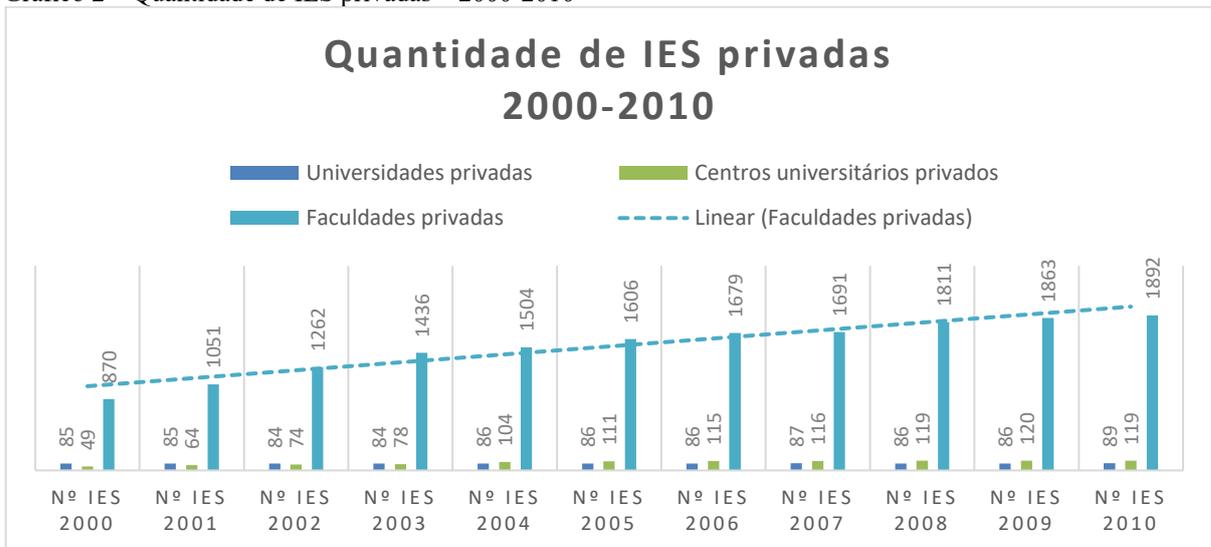
Os dados apresentados (Tabela 2) indicam que o total de alunos matriculados nas instituições privadas de Ensino Superior no ano 2000 atingiu a marca de 1.807.219 alunos, ou 66,67%, frente a um total geral de matrículas em IES de 2.670.923. Percebe-se, também, que a concentração de matrículas se aloca nas universidades, tanto sobre o prisma geral, somando públicas e privadas, quanto sobre o unilateral, somente sob posição privada.

Além disso, na exposição dos dados referentes à quantidade total (públicas e privadas) de IES, percentualmente, os centros universitários privados e as faculdades privadas apresentam maioria, sendo 99% e 91%, respectivamente, ficando as universidades privadas com 54,49% do total dessa categoria.

Expandindo o leque de análise, com a finalidade de propiciar um estudo mais minucioso, o período será estudado em duas etapas. Primeiramente, de 2000 até 2010 e, posteriormente, de 2011 até 2020, propiciando uma leitura e interpretação melhores dos dados coletados, enfatizando o número de IES privadas e a quantidade de matrículas.

Ao expormos os dados relativos ao espaço de tempo entre o ano 2000 e o de 2010, conforme apresentado no Gráfico 2, no que concerne à quantidade de IES privadas, constata-se que tanto os centros universitários quanto as universidades apresentaram um crescimento linear, sem grandes oscilações em seus números. Já as faculdades privadas observadas nesse período apresentaram um crescimento exponencial, demonstrado pela linha de tendência ascendente, com número inicial de 870 unidades e final, de 1892, ou seja, um incremento de 117,47% na quantidade de faculdades privadas dentro do recorte temporal analisado.

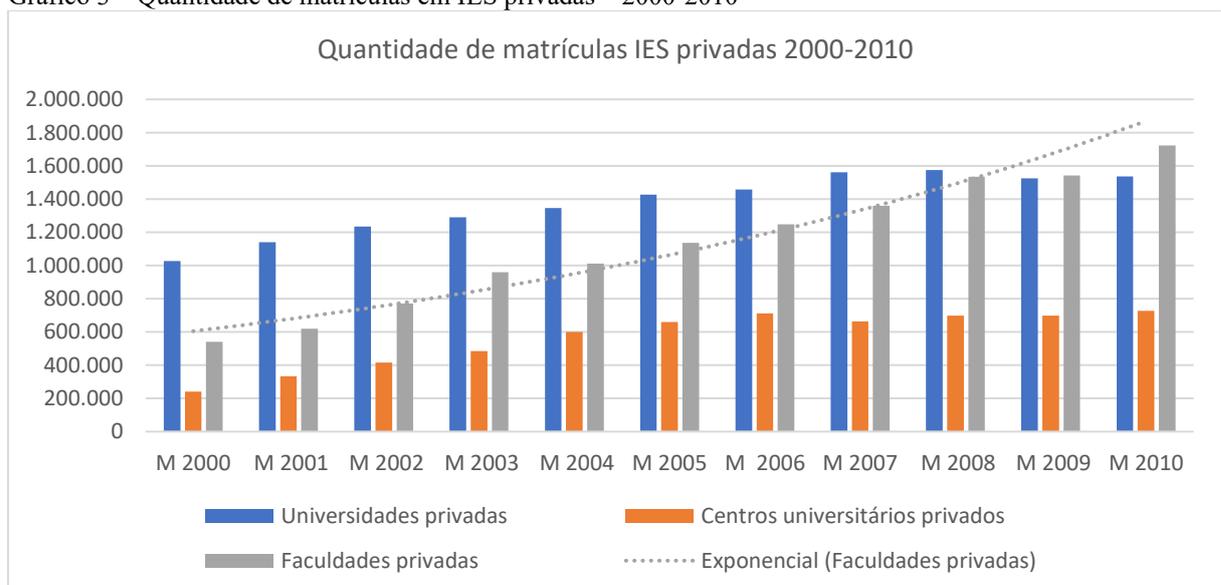
Gráfico 2 – Quantidade de IES privadas – 2000-2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2020a).

Ao observarmos por igual período, porém pela prisma da quantidade de matrículas, demonstrada no Gráfico 3, percebe-se que esse movimento crescente apresentado nas faculdades privadas acompanha a linha de crescimento da quantidade dessa mesma categoria de IES, partindo de 540.335 matrículas, no ano 2000, para 1.722.956, em 2010, um incremento de 217,87%, podendo significar que as políticas educacionais à época foram assertivas quanto à abertura do mercado para as empresas educacionais, propiciando uma forte oferta de vagas nas instituições de ensino privadas.

Gráfico 3 – Quantidade de matrículas em IES privadas – 2000-2010

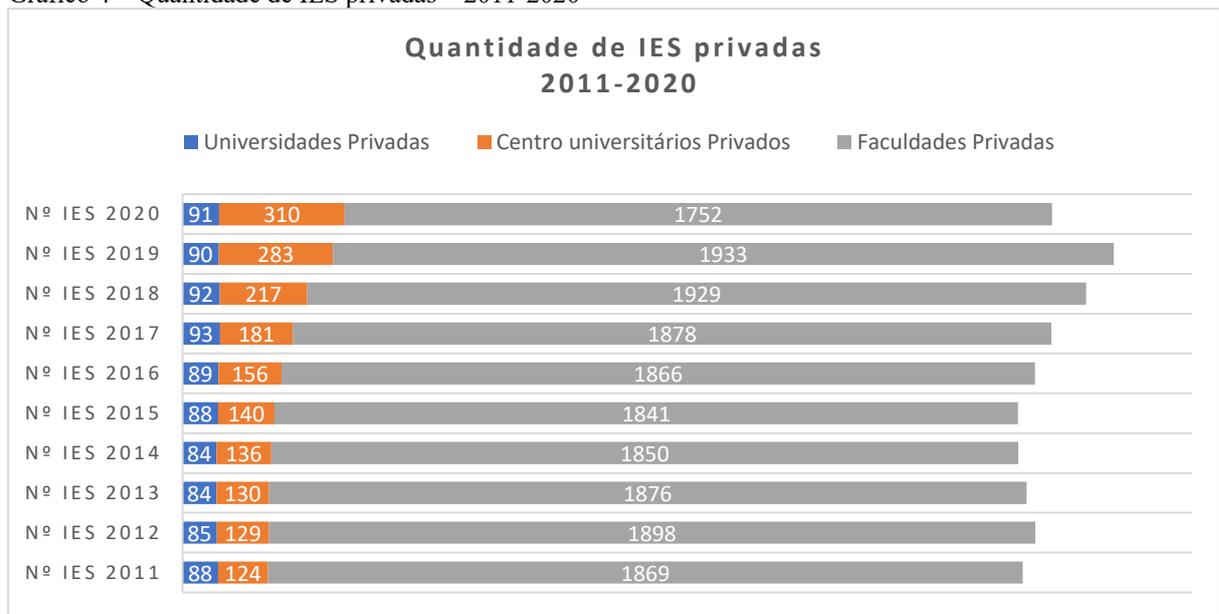


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2020a).

Para Marques (2013), um crescimento constante de matrículas no Ensino Superior, a uma taxa de 55,8% no período, demonstra um resultado relevante e constante desde 2006, o que pode significar que $\frac{3}{4}$ do total de matrículas no Ensino Superior se aloca no setor educacional privado.

Os dados apresentados a seguir, no Gráfico 4, delimitando o período de análise entre os anos 2011 e 2020, permitem visualizar que o número de universidades privadas permanece em estagnação, quando comparado ao período anteriormente discutido. De encontro a essa tendência, o crescimento no número de centros universitários privados apresenta percentual de 150%, e as faculdades privadas, depois de vários anos de crescimento, exibiram uma pequena variação negativa no final do ciclo estudado, caindo 10,33% quando comparados os anos 2019 e 2020.

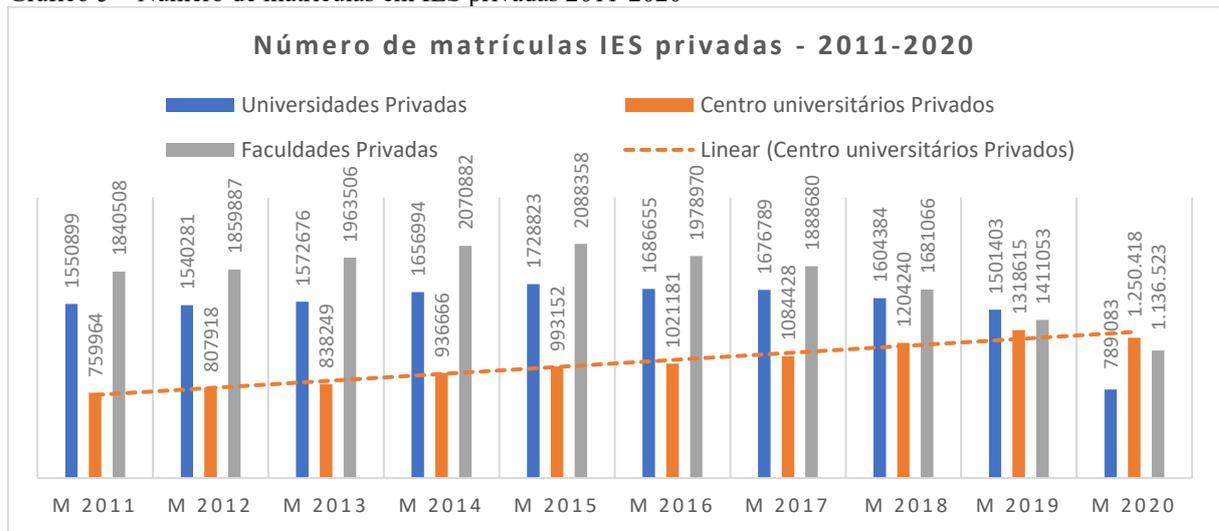
Gráfico 4 – Quantidade de IES privadas – 2011-2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2020a).

Somando-se à análise anterior, o Gráfico 5 traz a representação da quantidade de matrículas em igual período, refletindo uma tendência de alta constante apenas nos centros universitários, até o ano 2019, com um percentual de crescimento de 73,51%. Ao compararmos o ano de 2019 com o de 2020, vemos refletido um pequeno decréscimo de 5,17% no total de matrículas na mesma categoria administrativa investigada.

Gráfico 5 – Número de matrículas em IES privadas 2011-2020



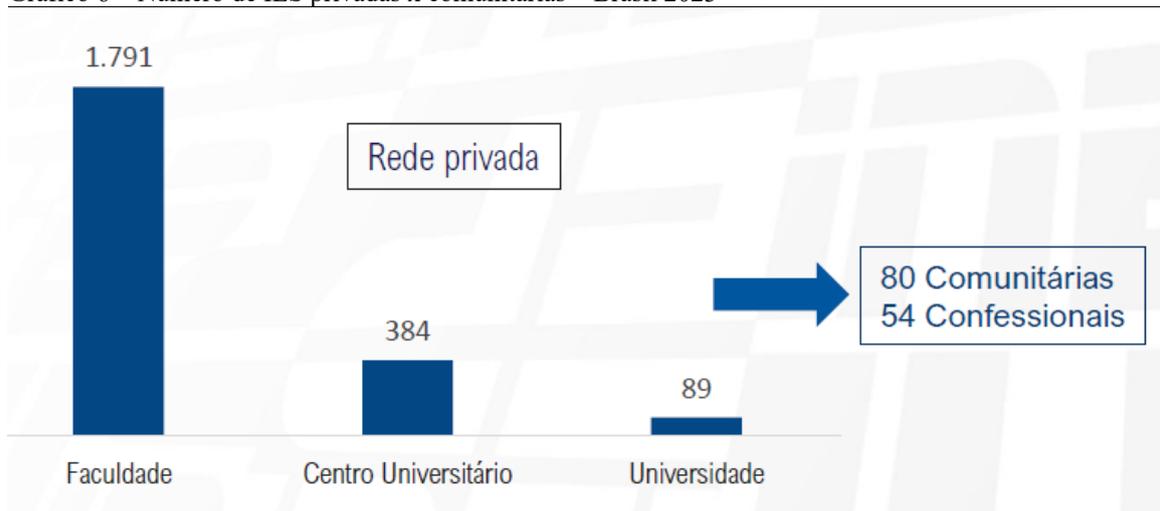
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2020a).

Os dados apresentados, no que tange ao número de IES privadas e ao número de matrículas nessas mesmas instituições de ensino, começam a revelar uma tendência de queda em ambas as variáveis a partir de 2019, demonstrando uma desaceleração na corrida pelos bancos acadêmicos, podendo ser causada pela manutenção, ou não, de políticas educacionais, problemas sociais e problemas econômicos ou políticos.

Dentro do amplo universo de universidades privadas no Brasil, duas categorias específicas, caracterizadas por sua natureza filantrópica, merecem destaque: as universidades comunitárias e as confessionais. As universidades comunitárias e confessionais no Brasil possuem um papel significativo no sistema educacional, destacando-se por suas características únicas e pelo seu compromisso social. As comunitárias, de origem regional e com forte vínculo com a comunidade, são instituições privadas sem fins lucrativos, que reinvestem seus recursos em melhorias acadêmicas e estruturais (Comung, s.d.). Já as confessionais têm origem em tradições religiosas, como católicas, evangélicas, presbiterianas ou outras, orientando suas atividades educacionais por meio de valores e princípios éticos vinculados à sua fé (Bittar, 2010). Ambas compartilham o objetivo de promover educação de qualidade e inclusão social, podendo alcançar regiões onde os ensinos público e privado convencionais são insuficientes.

Segundo o Censo da Educação Superior 2023 (Brasil, 2024a), o Brasil, dentro das instituições de Ensino Superior privadas sem fins lucrativos, conta hoje com um total de 80 universidades comunitárias, sendo 54 delas confessionais. Esses números podem ser considerados pequenos quando comparados ao total de instituições de Ensino Superior privadas no território brasileiro, conforme demonstrado no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 – Número de IES privadas x comunitárias – Brasil 2023



Fonte: (Brasil, 2024a) – Censo da Educação Superior 2023.

Segundo o Consórcio das Universidades Gaúchas – Comung, o Rio Grande do Sul possui atualmente 14 instituições de ensino “que representam uma verdadeira rede de Educação, Ciência e Tecnologia” e que alcançam, praticamente, todo o Estado, com relevantes serviços prestados, indo ao encontro das demandas da sociedade, principalmente nas áreas de Educação e Saúde. Em 2013, foi aprovada a Lei 12.881, dispondo sobre a definição, qualificação, prerrogativa e finalidade das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) (Consórcio das Universidades Gaúchas, s.d.).

Desde os anos 1980, essas instituições têm experimentado significativa expansão, impulsionada pela democratização do acesso ao Ensino Superior e por políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). As universidades comunitárias regionais, especialmente no Sul do país, “nasceram na década de 1940 e eram ligadas à tradição associativa do século XIX, com vínculo às regiões de colonização alemã e italiana” e cresceram como alternativas relevantes para atender às demandas locais de Ensino Superior e fomentar o desenvolvimento regional (Lopes *et al.*, 2023, p. 7). As confessionais, por sua vez, consolidaram sua presença em áreas urbanas e rurais, expandindo a oferta de cursos e investindo em infraestrutura moderna, sempre com um viés humanista, “ligadas aos interesses de seus criadores, congregados em uma mesma ideologia e lutando pela mesma fé, valores morais e religiosos”, com reflexo direto desses princípios na educação ofertada à sociedade (Pinto, 2009, p. 190).

Essa expansão também reflete a adaptação dessas universidades aos desafios contemporâneos, como a necessidade de inovação tecnológica e parcerias estratégicas com os setores público e privado. As comunitárias e confessionais têm sido pioneiras em iniciativas

que promovem o empreendedorismo, a pesquisa aplicada e a extensão universitária, conectando-se às necessidades das comunidades locais e regionais, auxiliando na identificação de problemas e apoiando na construção de propostas para o desenvolvimento da comunidade em geral, atuando, assim, diretamente no rastreamento de resultados mais concretos para o avanço mais sustentável, tanto das próprias instituições quanto das comunidades onde atuam (Pinto, 2009). Somando-se a isso, cultivam o compromisso com a acessibilidade, oferecendo programas próprios e governamentais de bolsas de estudos, programas de inclusão e ações afirmativas que consolidam a construção de um sistema educacional mais equitativo, qualitativo e diversificado no Brasil.

2.2.3 Nas universidades privadas – modalidade à distância

No Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o ensino à distância, ele é caracterizado como:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem [...] [ocorre] com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e [...] atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017a).

A contextualização histórica da educação à distância no Brasil torna-se relevante pela sua introdução, seu desenvolvimento e sua consolidação no Ensino Superior. Um sinal central no processo de expansão do ensino à distância no Brasil é a massiva e expressiva participação do setor privado, nas chamadas “novas fábricas do saber” (Laval, 2019, p. 57).

No Brasil, podemos traçar uma linha do tempo quando nos referimos ao ensino à distância, desde a primeira versão em meados de 1922 até a criação da primeira Secretaria de Educação a Distância em 1995, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Ensino à distância no Brasil 1922-1995

Edgard Roquette-Pinto	Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação, 1922/1925.
Marinha do Brasil	Utiliza o ensino à distância desde 1939.
Instituto Universal Brasileiro	Sediado em São Paulo com filiais no Rio de Janeiro e em Brasília, como entidade de ensino livre, oferece cursos por correspondência. Foi fundado em outubro de 1941 e pode ser considerado como um dos primeiros em nosso país.

Ministério da Educação e Cultura	A partir da década de 1960, foi criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), a quem competia coordenar e apoiar a teleducação no Brasil.
Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci)	Foi concebido e operacionalizado, em caráter experimental, de 1967 a 1974, por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Tinha como objetivo estabelecer um sistema nacional de teleducação com o uso do satélite.
Informações Objetivas Publicações Jurídicas (IOB)	Com sede em São Paulo, desenvolve em todo o país, por meio do ensino por correspondência, desde a década de 1970, um programa destinado a pessoas que estão na força de trabalho, com predominância em ocupações da área terciária e de serviços.
Projeto Minerva	Transmitido pela Rádio MEC, com apoio de material impresso, permitiu a milhares de pessoas realizarem seus estudos básicos (1978).
Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na Estrutura do MEC	Criada em 1992.
Secretaria de Educação a Distância	Criada em 1995.

Fonte: Adaptado de Saraiva (1996, p. 19-21).

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 9.394, de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação nacional, acarretou a abertura e legalização do funcionamento dos cursos relativos ao Ensino Superior, na modalidade à distância. Com o advento da internet, iniciado no Brasil no ano de 1995, e da criação da Lei n. 9394/96, universidades puderam dar início à possibilidade de produzir cursos em um ambiente único e atingir múltiplos espaços de aprendizagem, em um mesmo lapso temporal. A partir desse panorama, deu-se início a um novo processo de aprendizagem, com foco em uma forma massificada de ensino e prospecção de alunos.

No tocante à Lei de Diretrizes e Bases, –em seu Artigo 80, fica claro que os governos devem promover a educação à distância quando ela diz que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e em todas as modalidades de ensino, inclusive a de educação continuada. Fica visível que a educação à distância tem uma base concreta na lei, porém, torna-se necessário entender que a LDB não é uma lei que se constitui em um ponto final. Na verdade, ela estabelece o alicerce para seu cumprimento e sua adoção. Cabe ao Governo Federal a promoção, o credenciamento e a difusão do ensino à distância no Brasil, assim como a regulamentação de exames e diplomas, sendo competência das instituições e dos sistemas de ensino a produção, o controle e avaliação dos métodos e processos para a oferta dos cursos superiores na educação à distância.

O então ministro da educação, Aloízio Mercadante, homologou uma nova resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), com diretrizes e normas para o Ensino Superior à distância, consolidando o marco regulatório para essa modalidade de ensino. Com essa resolução, ressaltou o ministro: “muda a relação entre a educação a distância e a própria

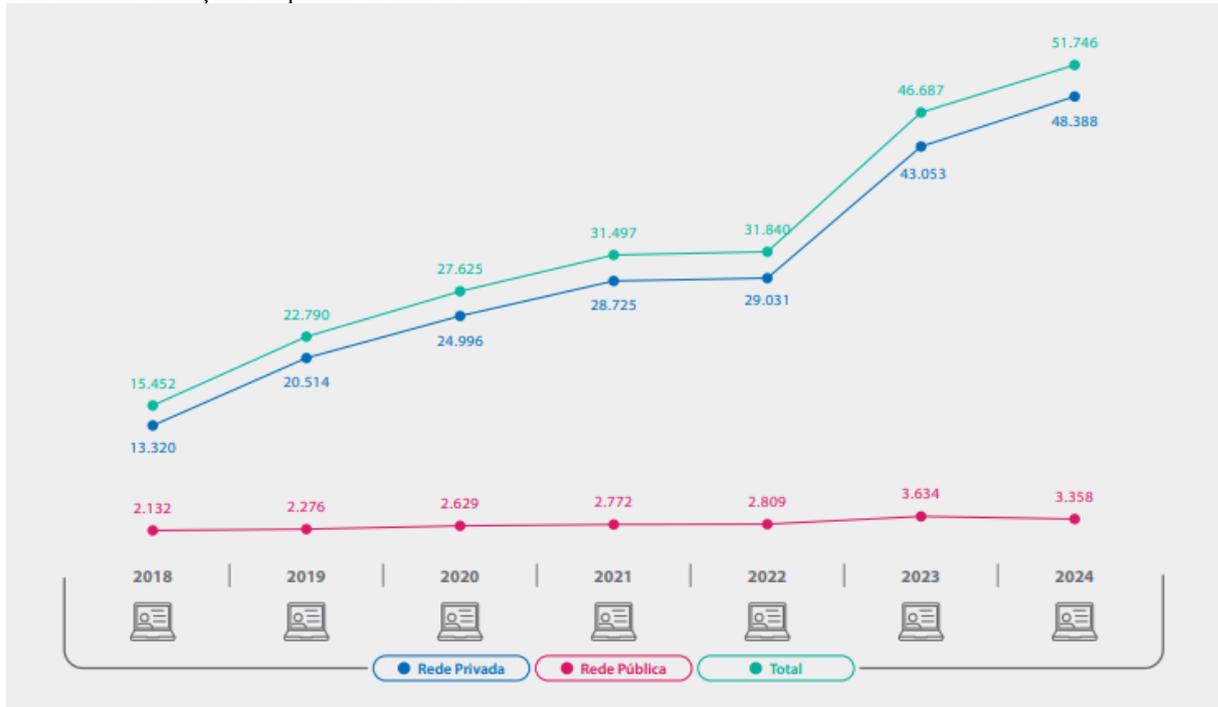
instituição, não é mais uma coisa afastada, ela é parte do projeto educacional e pedagógico. Nós vamos avaliar as instituições pelo seu conjunto. A modalidade a distância faz parte da essência do projeto pedagógico”. Ressalta-se, ainda, que a intenção do CNE foi “de fato [a de] inserir e estimular [...] EaD como um fator educacional capaz de reorientar as políticas da instituição, olhando sempre para as metas do Plano Nacional de Educação” (Brasil, 2016).

A resolução consolidou a parceria entre instituições credenciadas para EaD e outras pessoas jurídicas, ficando a parte pedagógica a cargo das instituições de Ensino Superior (IES) e a parte de apresentação da infraestrutura logística e tecnológica necessária, a cargo da instituição parceira.

Um dos principais marcos legais da modalidade foi o Decreto n. 5.622/2005 (Brasil, 2005), no qual foram estabelecidos novos aspectos funcionais, com destaque para o conceito de polo, que apareceu pela primeira vez para as atividades presenciais obrigatórias – avaliação de estudantes, estágios obrigatórios, defesas de conclusão de curso e laboratórios –, além da equivalência permitida aos diplomas de cursos presenciais e à distância. Esse decreto foi revogado e substituído pelo Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, com alterações na sua redação, principalmente na definição de polo, em que ficou estabelecido: “Art. 5º - O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância” (Brasil, 2017a).

Dados do Ministério da Educação (Brasil, 2019) mostram que o credenciamento de polos de educação à distância teve substancial aumento no período entre 2010 e 2017, atingindo a marca de crescimento de 102%, totalizando 9.900 polos de apoio aos cursos da modalidade EaD. Outro fato importante, demonstrado no Gráfico 7, foi o crescimento de quase 80% de novos polos entre 2017 e 2018. Segundo o MEC, esse crescimento anormal de polos EaD pode identificar a necessidade de revisão de processos e proposição de medidas para assegurar a qualidade de tal modalidade de cursos.

Gráfico 7 – Evolução dos polos EaD – 2018-2024

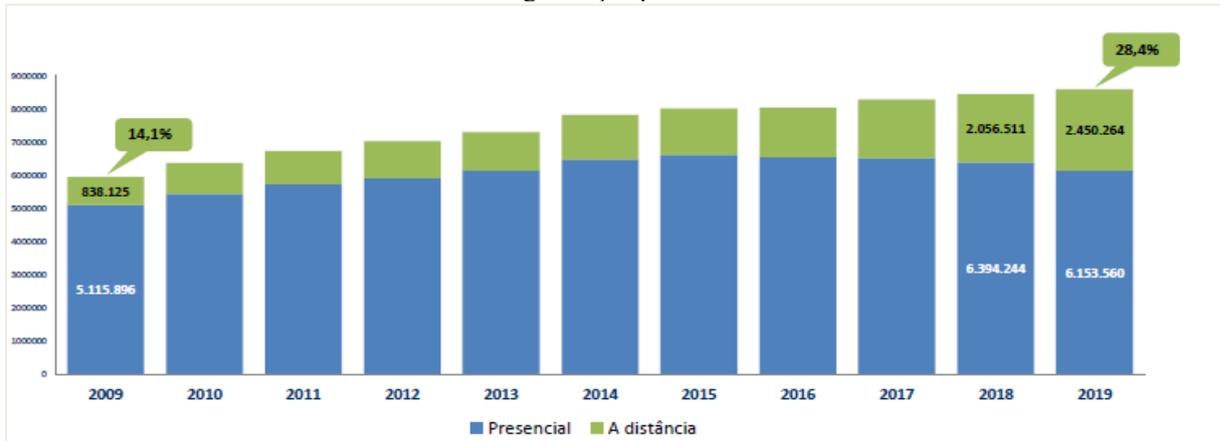


Fonte: Instituto SEMESP (2024, p. 12).

A discrepância apresentada no crescimento dos polos EaD, no Ensino Superior no Brasil (Gráfico 7), tende a demonstrar a voracidade do setor educacional privado na educação brasileira. Pode-se verificar, também, que, no biênio 2020-2021, houve uma suave desaceleração no crescimento dos polos de ensino privado, podendo a causa ser atribuída à pandemia do Covid-19. Esse mesmo gráfico demonstra que a forte aceleração na abertura de novos polos se deu a partir do ano de 2018, com o Decreto n. 9.057, resultando em um aumento de 263% no número de polos EaD na rede privada, no período compreendido entre os anos de 2018 e 2024.

A desaceleração no crescimento dos polos de ensino à distância no Brasil não significou queda de matrículas, visto que o Censo da Educação Superior (Gráfico 8), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontou que o número de alunos matriculados em cursos de educação à distância aumentou exponencialmente ao longo do período 2009-2019.

Gráfico 8 – Número de matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino – Brasil 2009-2019



Fonte: Brasil (2022b) – Censo da Educação Superior.

O Gráfico 7 apresenta números que comprovam que a estratégia de abertura de novos polos EaD, pelas empresas educacionais ou *holdings*, foi acertada, visto que houve incremento de 28% no número de matrículas após a expansão.

No ano de 2020, pela primeira vez, o montante de alunos que foram admitidos nessa modalidade de ensino ultrapassou o total de ingressos em cursos de graduação presenciais. Um registro semelhante havia ocorrido em 2019 na rede privada de ensino. Dos mais de 3,7 milhões de ingressantes de 2020 (em instituições públicas e privadas), mais de dois milhões (53,4%) optaram por cursos à distância e 1,7 milhão (46,6%), pelos presenciais (Brasil, 2022b).

2.3 A financeirização do Ensino Superior – compras e vendas no mercado da Educação

Pode-se conceituar a financeirização como o modo atual de funcionamento do capitalismo global, originado na década de 1980, contemporâneo da mundialização financeira. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e vários outros ativos (Bastos, 2013, p. 2).

Estabelecer o real significado de financeirização tem sido uma questão central tanto para os defensores quanto para os opositores do conceito. Muitas vezes rotuladas como “muito amplas” ou “muito imprecisas”, as questões de definição têm acompanhado o desenvolvimento do conceito de financeirização desde o início. O que gerou essa preocupação foi o êxito das definições que se mostraram suficientemente abrangentes para conectar diversas abordagens (Mader; Mertens; van der Zwan, 2020). O termo financeirização tem relação direta com o neoliberalismo, quando considerado parte do contexto de globalização, confirmando a

“possibilidade de circulação permanente em novos espaços de poder relacionados com a economia, o saber, a informação e o conhecimento” (Gomez, 2011, p. 270).

Em outras palavras, podemos afirmar que a financeirização é uma questão globalizada, afetando as economias internacionais e tornando as transnacionais cada vez mais relevantes, evidenciando que esse fluxo de capitais além-fronteiras é “capaz de influenciar o comportamento de economias nacionais” (Bastos, 2013, p. 2). Por sua vez, Krippner (2005, p. 14 *apud* Mocarzel, 2019, p. 10) opta pela definição de financeirização como sendo um “padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de *commodities*”, ou seja, a financeirização “é o afastamento do negócio em si e a simultânea aproximação da especulação como forma de obtenção de lucros” (Mocarzel, 2019, p. 10).

O processo de financeirização é composto basicamente por fundos de *venture capital* e *private equity*, tendo como principais participantes investidores, organizações gestoras e empresas investidas. Segundo Meirelles; Pimenta Júnior e Rebelatto (2008, p. 13), *venture capital* e *private equity* podem ser considerados como:

Segmentos do mercado financeiro que consistem fundamentalmente em aporte temporário de capital, realizado por um fundo de VC/PE, por meio de participação no capital de empresas com potencial de crescimento e expectativa de grande valorização. A valorização da empresa permitirá ao fundo de VC/PE obter retorno com a venda da participação (desinvestimento) a médio ou longo prazo.

Assim como nos diversos setores da economia, essa modalidade de capital financeiro adentrou no Ensino Superior, criando um “próspero e afluente mercado” propício à “penetração de capital financeiro” e promovendo a “internacionalização da oferta educacional” (Oliveira, 2009, p. 742). Sob ótica semelhante, Mocarzel (2019, p. 10) assinala que “o empresariamento da educação superior, a formação de um mercado e sua financeirização” apontam para um “processo racionalista de transformação da educação”.

Partes integrantes da financeirização da Educação, faculdades e universidades privadas estão se transformando em empresas mercantis, com subordinação direta de capitais financeiros oriundos de fundos de investimento, alterando o seu papel como promotoras da transformação social para um “tipo de empresa comercial e financeira” (Yakovleva, 2022, p. 40). A partir dessas considerações e detalhando o setor privado do Ensino Superior no Brasil, poderá ser explicitada a verdadeira razão pela qual se demonstra um grande interesse por esse setor, pois visa claramente “à exploração e à obtenção de lucros como mercado educacional privado brasileiro” (Cruz; Paula, 2018, p. 852).

No ano de 2001, após a mudança do marco regulatório no setor de educação no Brasil, surgiu a primeira Faculdade Pitágoras, criada em parceria com uma empresa estadunidense denominada Apollo International, que, conforme informações da empresa, contava com um sistema de ensino e uma metodologia exclusivos (Kroton Educacional, s.d.). No ano de 2007, a Faculdade Pitágoras deu origem ao Grupo Kroton Educacional, em consonância com a abertura de capital da empresa na Bolsa de Mercadorias e Futuros (Bovespa), que, segundo a empresa, foi o “marco inicial da consolidação da fase [de] grande expansão e desenvolvimento da companhia” (Kroton Educacional, s.d.). Em 2009, a mesma empresa de educação recebeu um aporte financeiro da Advent International, considerado um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, passando, com isso, a fazer uma gestão compartilhada entre fundo de investimento e companhia de educação.

O grande salto do grupo educacional foi a aprovação pelos órgãos reguladores da fusão da Kroton com a Anhanguera Educacional, em 2014, dando origem à maior empresa educacional do mundo, quando levados em consideração o valor de mercado e a quantidade de alunos. Com a finalidade de se ajustar operacionalmente, em 2019 foi criada uma estrutura de negócios, ou uma *holding*, e a criação de uma nova marca, a Cogna Educação, posicionada como uma *collection of companies*, ou seja, uma “coleção de empresas” (Kroton Educacional, s.d.). A Cogna Educacional é apenas um exemplo da penetração do capital estrangeiro nas instituições privadas de Ensino Superior. Muitos outros casos estão presentes na literatura.

A presença de instituições privadas na rede de educação brasileira é elevada e muitas dessas contam com a participação de capitais estrangeiros (Gomez, 2011). A ação desses fundos de investimento revela o ritmo de expansão das instituições educacionais com fins lucrativos. Segundo Oliveira (2009), os principais grupos estrangeiros que participaram das grandes fusões ou aquisições no mercado educacional foram Whiney International, Grupo Devry, Laureate, GP Investimentos, UBS Pactual, Cartesian Group e Capital Group.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o mercado privado do Ensino Superior no Brasil passa por um processo de concentração e sob a gestão de poucas empresas educacionais. A concentração pode levar ao processo de oligopolização do setor educacional privado, ou seja, “uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos” (Oliveira, 2009, p. 754). Nesse sentido, o autor considera que as estratégias para conter o avanço, por meio de regulamentações ou restrições legais, estão destinadas ao insucesso, apesar de serem necessárias para garantir condições básicas de funcionamento que não comprometam e desvalorizem totalmente a essência da educação na sociedade.

Todo o processo de financeirização do Ensino Superior privado no Brasil teve como ponto inicial a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, permitindo à iniciativa privada a exploração da oferta de cursos, com a possibilidade de obtenção de lucro, sendo que essa concessão legal abriu “caminho para a chegada das instituições de ensino superior privadas à Bolsa de Valores” (Chaves; Santos; Kato, 2020, p. 6). Essa lei é clara quanto à liberação do Ensino Superior à iniciativa privada, e em artigo específico contempla:

Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. n. 213 da Constituição Federal (Brasil, 1996).

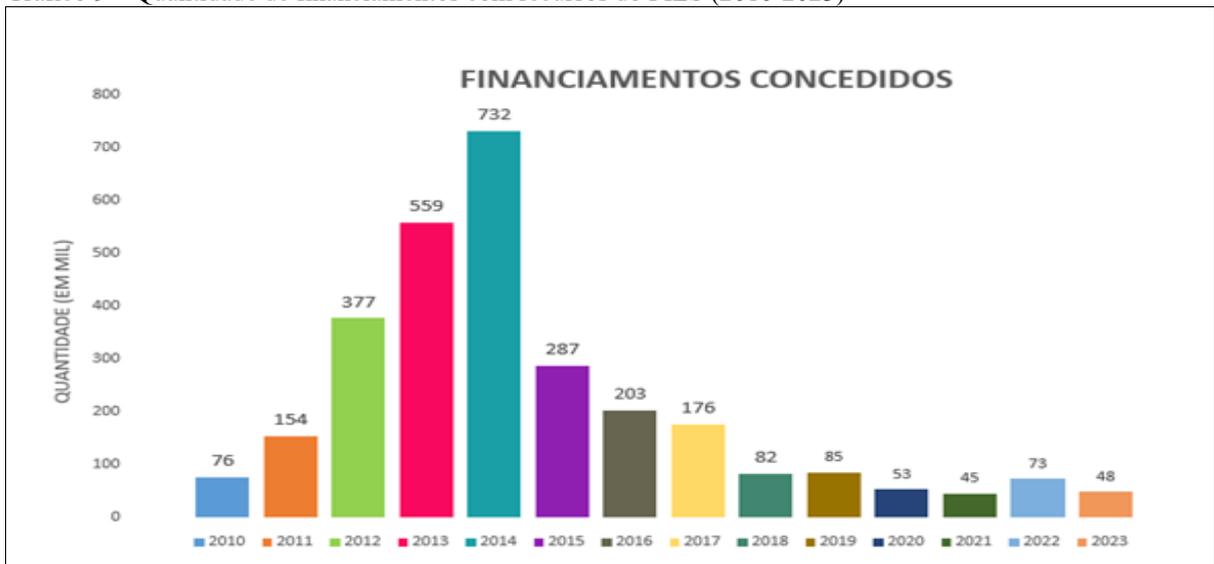
Dois “produtos” foram potencializadores da financeirização do Ensino Superior no Brasil, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O FIES foi instituído pela Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, tendo como principal objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos (Brasil, 2024b), ou seja, financiar estudantes de instituições de Ensino Superior privadas e substituir o Programa Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC). O FIES não se constituiu em um programa com regras fixas, principalmente a taxa de juros, sendo que, ao longo do período, ocorreram alterações. Inicialmente, em 2006, a taxa de juros era de 9% ao ano; e, em 2009, a taxa de juros foi reduzida para 6,5% ao ano, possuindo ainda um diferencial para os cursos de licenciatura, estipulada em 3,5% ao ano.

Com a promulgação da Lei n. 12.202/2010, algumas alterações foram decisivas para o crescimento do número de contratos, entre elas a redução da taxa para 3,4%. Isso para todos os contratos, contemplando também saldos devedores de contratos antigos, e a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que retirou a obrigatoriedade de fiador e ainda garantia às mantenedoras até 90% do risco de inadimplência. Para Chaves, Santos e Kato (2020, p. 11), essas “alterações estão relacionadas às demandas do *lobby* privatista, que concebe esse programa como potencial ferramenta de lucro, de captação de alunos, de ocupação de vagas ociosas e de consolidação do setor”.

Conforme dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), percebe-se um crescimento exponencial no número de contratos de financiamento com recursos do FIES entre os anos 2010, com 76 mil concessões, e 2014, chegando ao ápice da série histórica, com 732 mil concessões (Gráfico 9), que em, termos financeiros, representa um

desembolso do Governo Federal de pouco mais de R\$ 16 bilhões (Chaves; Santos; Kato, 2020, p. 12). O impacto das concessões do FIES no ano de 2014 nas instituições de Ensino Superior privadas pode ser medido pela quantidade de adesões de alunos ao programa. Somente na Kroton Educacional, maior instituição privada do Brasil, no ano de 2014 foram efetivadas 27 novas adesões, chegando a atingir 61,2% do total de alunos de graduação presencial, ou 26,2% da base total de alunos do Ensino Superior (Relação com Investidores, 2014).

Gráfico 9 – Quantidade de financiamentos com recursos do FIES (2010-2023)



Fonte: Brasil (2023e).

Com a publicação de uma nova portaria pelo Ministério da Educação, em 2015, com novas regras para a concessão do FIES, principalmente a alta na taxa de juros, que passou a ser de 6,5% ao ano, além de outras modificações relevantes, o número de contratos começou a declinar, não restabelecendo os números anteriormente apresentados, e chegando a apresentar, no ano de 2023, apenas 48 mil contratos, o segundo menor volume do período apresentado. Os consequentes aportes financeiros no FIES pelo Governo Federal são diretamente proporcionais ao aumento de receita líquida desses grandes grupos privados mercantis, “indicando que o financiamento público tem garantido a expansão e a lucratividade dos negócios dessas empresas” (Chaves; Santos; Kato, 2020, p. 13).

O segundo “produto” ofertado aos alunos de graduação de universidades privadas foi o Programa Universidade para Todos (ProUni), implementado pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que visava à concessão de bolsas de estudos, parciais ou integrais, a estudantes de baixa renda, sem diploma de nível superior, matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino privadas (Brasil, 2005). Em contrapartida à concessão de bolsas de

estudos pelas instituições privadas, o Governo Federal concederia a “isenção de impostos, como Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)” (Haas; Pardo, 2017, p. 723).

Essa isenção de impostos concedida às instituições de Ensino Superior privadas é denominada pela Receita Federal do Brasil como Gastos Tributários, tendo como conceito:

São gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte (Brasil, 2023d, p. 12).

A conseqüente elevação da disponibilidade de caixa não significa que a instituição de ensino teria um aporte financeiro efetuado pelo Governo Federal, visto que o ProUni concede uma isenção no pagamento de impostos, refletindo diretamente na receita bruta e no lucro da instituição de ensino privada. Exemplificando em termos numéricos e tendo como contribuinte a Kroton Educacional, verifica-se que, no ano de 2007, o Governo Federal destinou cerca de R\$ 158 milhões ao ProUni, e que a Kroton Educacional foi beneficiada com a isenção de quase R\$ 1,5 milhão do total de impostos a pagar. Já no ano de 2022, o Governo Federal destinou cerca de R\$ 3 bilhões ao programa, sendo que a Kroton Educacional deduziu, no pagamento de impostos, cerca de R\$ 800 milhões (Brasil, 2006-2010; 2023c; Kroton Educacional, 2007; 2022). Haas e Pardo (2017, p. 728 *apud* Almeida, 2017, p. 109) argumentam que o ProUni se mostra como um atenuante no que se refere aos custos operacionais e às despesas fixas das IES privadas, visto que “a troca de bolsas de estudos do Prouni por isenções fiscais ajudou as instituições com fins lucrativos a sobreviverem em um quadro de grave crise iniciado nos anos 1990 e 2000”.

Resumindo, o FIES e o ProUni podem ser considerados mecanismos governamentais que, por intermédio de renúncias fiscais, favorecem o setor privado-mercantil brasileiro, refletindo na acumulação financeira dos grandes grupos educacionais e na financeirização do Ensino Superior brasileiro (Chaves; Santos; Kato, 2020, p. 13). Corroborando com esse pensamento, Miranda e Azevedo (2020, p. 12) fazem referência à “educação superior, que deveria exercer sua função social de transformação e formação de consciência crítica” e “converte-se em atividade mercantil”.

Com o intuito de discorrer sobre o tema, este capítulo possui subdivisões que tratam de termos corriqueiramente vinculados à financeirização do Ensino Superior: 2.3.1 A

mercantilização do Ensino Superior; 2.3.2 A privatização do Ensino Superior; e 2.3.3 A terceirização do Ensino Superior. A discussão pretenderá demonstrar que a Educação tende a se tornar um produto, e “passa a ser vista como mercadoria e, como tal, objeto de compra e venda” (Cruz; Paula, 2018, p. 849).

2.3.1 A mercantilização do Ensino Superior

O mercantilismo pode ser definido como um “conjunto de teorias e das práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa moderna”, vigente entre os séculos XV e XVIII, que ajudou na consolidação da burguesia como classe social dominante (Deyon, 2001, p. 15). Para Falcon (1996), sua origem está na transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, da passagem das sociedades medievais, estruturadas pelas relações feudais, para formações burguesas, baseadas em relações capitalistas. Na Europa, essas práticas econômicas foram idealizadas por economistas como Adam Smith e Jean-Baptiste Colbert. O mercantilismo se iniciou no Brasil por meio do exclusivismo comercial no início da colonização portuguesa.

O processo de mercantilização da Educação no Brasil teve origem em consonância com as políticas neoliberais, oriundo da permissão do Estado para a abertura do capital privado no sistema educacional brasileiro. Nas palavras de Frigotto e Ciavatta (2003, p. 94), “as últimas décadas do século XX e o início do século XXI vêm marcados por profundas mudanças no campo econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico”.

Ao se explanar sobre fenômenos mercantis ligados ao Ensino Superior, muitos são os termos ressaltados e utilizados para relacioná-los ao mercado universitário, tais como “mercadização”, “mercantilização” ou “comercialização”, geralmente indexados a expressões como “mercado educacional”, “mercado universitário” ou “setor educacional da economia” (Sguissardi, 2019, p. 42). Álvarez-Hevia e Hernández-Castilla (2020, p. 235), ao estudarem o processo de mercantilização do Ensino Superior inglês, centrado em três pilares fundamentais: a) “transformação do estudante em consumidor” e da “educação em um produto de mercado”; b) “conceito de empregabilidade”; e c) “práticas de avaliação e competitividade”, concluíram que, analisando criticamente esses três elementos, existe a necessidade de “se discutir ideias para reconfigurar a transformação mercantilista, por meio de uma reorientação baseada no que foi aprendido com a experiência inglesa com o propósito de mitigar uma tendência perniciosa em alta nos modelos mercantilistas universitários”.

Ao encontro do pensamento desses autores, quando relacionado aos três eixos explicitados, Bechi (2011, p. 144) relata que, no tocante aos conjuntos estudante/consumidor e

educação/produto: “o aluno passou a ser considerado cliente e o professor passou a assumir a função de prestador de serviços”. Corroborando com esse julgamento, Karpov (2013, p. 75) relata que: “a falsidade consubstanciada na posição de quem olha para a instituição de educação como um supermercado e seus alunos como clientes [...] tem consequências culturais de longo alcance”. Quando fomentada a ideia de empregabilidade, Sguissardi (2008, p. 1.015) indica que esse também é um problema para as empresas educacionais, ou seja, “garantir a empregabilidade dos estudantes/clientes são preocupações que afligem e ao mesmo tempo se opõem como desafio para todos”.

Dentro de uma perspectiva econômica, as empresas educacionais se reconfiguraram e alteraram a sua grade de disciplinas, assumindo um papel mais mercantilista. Bechi (2011, p. 144) afirma que a gradual extinção das disciplinas de formação humana e social se traduz em encurtamento dos cursos, com uma conseqüente redução dos custos das mensalidades, “tornando-os mais acessíveis à população, [e] aumentando a competitividade da instituição no mercado educacional”. Somando-se a isso, o Ensino Superior torna-se um produto de prateleira, à espera do aluno-cliente, assim como sujeito às normas de mercado, às estratégias de marketing e à livre concorrência, transformando-se em mercadoria dentro e fora do ambiente acadêmico.

Nesse contexto, é sempre relevante definir o conceito de mercadoria. Para Marx (1999, p. 57 *apud* Vieira, 2012, p. 201), mercadoria pode ser definida como “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas”. Também, a mercadoria pode ser conceituada como “a forma que os produtos tomam quando a sua produção é organizada por meio de troca” (Bottomore, 1988, p. 420).

O processo de mercantilização da Educação pode ser dividido em duas categorias, ou de forma “dupla face”: a expansão da privatização da Educação, intrinsecamente ligada aos anseios neoliberais, com mínima participação do Estado e sujeita às regras de mercado, denominada de “educação-mercadoria”; e com o Ensino Superior submisso às necessidades de mercado, formando profissionais qualificados para o mercado de trabalho, denominada de “mercadoria-educação” (Minto, 2008, p. 1246).

As duas faces possuem vieses privatistas, sendo a educação-mercadoria uma “forma de privatizar o serviço [de] educação, alvo do empresariado do ensino, interessado na organização do setor como atividade comercial” e a mercadoria-educação uma “forma de privatizar o insumo [da] educação, alvo dos empresários industriais interessados nos ganhos de produtividade e na ampliação da mais-valia dos processos produtivos, por meio da potencialização gerada pela qualificação do trabalho” (Minto, 2008, p. 1246-1247). Ambas as

propostas vislumbram uma interferência mínima da atuação do Estado, deixando para as forças do mercado a sua regulação e o seu controle.

Reforçando essa ideia de Educação como produto mercantil, Guimarães e Gasparotto (2015, p. 136) observam:

Com essa compreensão de educação, são criadas as condições para que esse direito social se torne um serviço, um bem que pode ser acessado por meio do mercado, fazendo com que os interesses primeiros não sejam a qualidade da educação, mas os ganhos que a instituição privada terá a partir de sua venda, ou seja, a educação se torna objeto de lucro.

O fenômeno da mercantilização da Educação é incentivado por governos e organismos multilaterais financeiros, que ressaltam a necessidade de redução de despesas e ampliação de benefícios sociais para o Ensino Superior, oriundo de políticas governamentais (Bertolin, 2007). Reforçando esse pensamento, Fávero e Trevisol (2020, p. 16 -17) frisam que: “discursos políticos encontram terreno fértil para sustentar que as escolas devem ser geridas como empresas, sendo mais eficientes conforme assumirem regras neoliberais na sua organização”.

Em outras palavras, a mercantilização da Educação sustenta a ideia de apoiar a “precarização e exploração da vida humana com base nos preceitos de eficiência, eficácia e produtividade” e nos ideários capitalistas e privatistas (Resende; Oliveira; Flores, 2020, p. 332). Com base nessa perspectiva, a Educação deixa de ser um direito social, e torna-se um serviço, um bem que pode ser adquirido pelo mercado. Dessa forma, o primeiro interesse não é a qualidade da Educação, mas, sim, o lucro que a instituição privada terá ao comercializá-la (Guimarães; Gasparotto, 2015).

Na visão de Friedman (2021, p. 130): “serviços de ensino podem ser prestados por empresas privadas com fins lucrativos ou instituições sem fins lucrativos”, deixando para o Estado o papel de garantidor do cumprimento de certos padrões de qualidade e inclusão de conteúdos mínimos nos programas educacionais e, ainda, organizando, operacionalizando, subsidiando generosamente, criando condições para a ampliação do mercado e impulsionando os negócios privados no setor (Leher, 2021).

No Brasil, podemos dizer que muito desse empresariamento educacional deveu-se à forte expansão, motivada por fusões e aquisições de corporações, de faculdades e centros universitários, atraindo o interesse de fundos de investimento estrangeiros, chamados de *private equity*, garantindo “a internacionalização, a expansão e as parcerias destas organizações educacionais” (Leher; Vitória; Motta, 2017, p. 21). Ou seja, “a mercantilização da Educação não foi resultado de acordos de livre comércio ou acordos regionais ou bilaterais, mas, sim, de

um modo bruto, diretamente pelos agentes de capital em interconexão com o Estado” (Leher, 2021, p. 10).

Frente ao exposto sobre a mercantilização do Ensino Superior no Brasil, é possível desenvolver um pensamento crítico voltado ao modo como as corporações privatistas de ensino lograram êxito para a ocupação e solidificação desse novo nicho de mercado. Percebe-se, também, que essas corporações não estão sozinhas nessa empreitada, uma vez que o Estado e os organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) formam parcerias em um caminho que ainda não foi totalmente trilhado.

2.3.2 A privatização do Ensino Superior

A privatização da educação envolve uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro, é a educação tornando-se capital. A privatização na educação é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, ocorre na disputa pelo conteúdo (Rikowski, 2017 *apud* Peroni, 2021, p. 27).

As complexidades que se fazem presentes nas esferas política, econômica e social são caracterizadas pelas intensas mudanças no papel do Estado-nação, mais precisamente em sua atuação nas políticas sociais, levantando um leque de questões com foco no que representa o papel do Estado frente à sua responsabilidade em gerir o bem público, principalmente a Educação pública. Essas complexidades são oriundas das transformações que o capitalismo vem sofrendo, moldado pela internacionalização e globalização da economia (Teixeira; Lima, 2019).

O processo de privatização da Educação é fruto de discussões entre grupos hegemônicos, nos quais não impera o equilíbrio, e nos quais o importante é ditar regras sobre o sistema econômico visando sempre aos interesses particulares e “políticos de grupos que chegaram ao poder e ditaram regras para intensificação do processo de privatismo” (Teixeira; Lima, 2019, p. 1803). Do mesmo modo que as instituições privadas disputam entre si uma fatia maior do mercado, o Estado e esses mesmo grupos se enfrentam “em um processo histórico de correlação de forças e influenciados por interesse de cunho mercantil, implicando diretamente na democratização da educação” (Peroni, 2021, p. 20).

Adicionalmente, a privatização do Ensino Superior pode ser moldada em duas frentes ou, como cita Rikowski (2017), em duas classes de mercadoria. A primeira, denominada de força de trabalho, é a mercadoria com capacidade de “criar valor além do seu próprio valor”. Essa classe de mercadoria pode ser moldada por interesses capitalistas, por meio da

aprendizagem e formação profissional, formando uma força de trabalho com fins de exploração pelas organizações educacionais às quais pertence, ou por terceiros interessados em seu potencial acadêmico de geração de lucro, ou seja, uma força de trabalho “treinada” com o objetivo de manter a padronização de processos pedagógicos, melhorar a qualidade e reduzir as desigualdades; entretanto, “a possibilidade de organização de suas práticas e [...] necessidades locais ou iniciativas próprias” não é assegurada (Adrião *et al.*, 2009, p. 810).

Corroborando com essa ideia de formação dessa classe de mercadoria em prol do capitalismo, Ramos e Dri (2012, p. 77), relatam que:

O crescimento vertiginoso de instituições privadas de ensino, oferecendo a formação continuada (*lato sensu*), em detrimento de instituições públicas, além do crescente aumento das “parcerias” entre o setor público e o privado, através dos quais, muitas vezes, empresas sem tradição na área educacional são inseridas no ensino por instituições públicas federais, estaduais ou municipais sob a categoria do público-não estatal.

Outra classe de mercadoria apontada por Rikowski (2017, p. 399 e 409), denominada de classe geral de mercadorias, faz com que imaginemos como seria se “um operador privado comprasse uma universidade”, o que poderia caracterizar uma privatização educacional justificada por um modelo de privatização clássica e envolveria a transferência de ativos públicos de forma direta para as instituições privadas, por meio de transação financeira; ou se a “gerenciasse em um contrato com fins lucrativos” e com amplos poderes para abolir ou criar novas diretrizes para sua gestão.

Dessa forma, o autor salienta que a instituição seria absorvida com todos os seus serviços, e que “eles teriam obtido um pacote de mercadorias”. Dentro desse pacote de mercadorias estariam o ensino, a pesquisa e as demais formas de comércio de mercadorias potenciais, entre elas “patentes, informações e grande volume de dados”. Tudo isso podendo ser comercializado unitariamente ou em pacotes fechados, conforme pedido do “cliente” ou ofertados no mercado, sujeitos às leis de oferta e demanda.

O financiamento da pesquisa acadêmica geralmente brota das elites mais abastadas, que investem no âmbito do Ensino Superior público, com uma visão clara de lucratividade, constituindo, assim, um padrão explícito de privatização da pesquisa. Marques e Gonzalez (2022, p. 16) afirmam que: “a educação perpetua o interesse das classes dominantes, justificando inclusive a necessidade de privatizar o ensino, notoriamente o superior”, e ainda complementam que as universidades privadas e públicas “terão financiadas as alternativas de pesquisa que signifiquem a lucratividade de determinados atores sociais”.

A privatização da Educação nada mais é que a absorção do dinheiro público pela instituição privada, com o interesse único de geração de lucro financeiro. Fitz e Beers (2002 *apud* Rikowski, 2017, p. 401) argumentam que a privatização envolve a “transferência de dinheiro ou ativos privados do domínio público para o setor privado”. Essa colocação dos autores vem ao encontro da percepção de Rikowski (2017) sobre o tema da privatização, em que ressalta que a privatização da Educação não se trata apenas de educação, visto que possui um viés financeiro, pois as instituições privatistas se apropriam dos recursos do Estado, transformando-os em ganho financeiro auferido, como consequência dessa transação comercial.

Muitas são as formas de privatizar a Educação, pois a teia tecida pelas políticas neoliberais, com objetivo final de lucro, é muito vasta. Ball (2009, p. 84, tradução nossa) faz um alerta:

Uma das formas de privatização que tem recebido muito pouca atenção, apesar do fato de que cada vez mais empresas de educação são parte integrante do processo de políticas educacionais, à medida que as políticas são implementadas no dia a dia das escolas, faculdades e universidades, é a comercialização de soluções e “melhorias” políticas para as escolas.

A privatização da Educação é um tema complexo e intensamente debatido em contextos diversos. Muitos são os argumentos contrários ao processo de privatização da Educação, porém é importante considerar perspectivas que advocam a seu favor, defendidas principalmente pelos agentes privatizadores. Conforme esses agentes, a privatização da Educação pode trazer inúmeros benefícios para o sistema educacional, como o aumento da competição no setor, podendo levar a uma melhoria na qualidade dos serviços educacionais ofertados e incentivar a busca da excelência, quando se trata da atração de alunos e recursos, visto que “as empresas estatais tendem a possuir menor eficiência e produtividade do que suas contrapartes privadas” (Sampaio, 2023, p. 66).

Outro ponto positivo da privatização da Educação que pode ser considerado é a implementação de políticas de inovação e diversidade, buscando a flexibilização e experimentação de novos métodos de ensino, currículos personalizados e o uso de recursos tecnológicos avançados. Com isso, o resultado pode ser a apresentação de abordagens pedagógicas adaptadas às necessidades particulares de cada estudante, viabilizando uma Educação mais eficaz e mutável.

Portanto, ao se discutir a privatização da Educação, é fundamental levar em consideração uma abordagem equilibrada em que pese, de um lado, os potenciais pontos positivos e, de outro,

os pontos negativos, ou os desafios a serem enfrentados nesse processo, porém aspirando à garantia de ingresso em uma Educação de qualidade e abrangente para os alunos.

2.3.3 A terceirização do Ensino Superior

Na educação superior, a terceirização constitui uma prática com sustentação legal sempre que se atenha às chamadas atividades-meio: limpeza, segurança, jardinagem, assessoria jurídica, entre outras. A polêmica surgiu quando tal prática se estendeu à chamada atividade-fim, isto é, à docência (Calderón *et al.*, 2008, p. 189).

A partir do ano de 2017, com a promulgação da Lei n. 13.429, de 31 março (Brasil, 2017b), instituições e empresas brasileiras ficam autorizadas a contratar de forma terceirizada quaisquer atividades inerentes ou não ao seu ramo de atividade. No caso das instituições de Ensino Superior, além serviços de limpeza, alimentação e afins, serviços com finalidades como a dos professores também podem ser incluídos nesses “pacotes” de contratação, algo muito bem relatado por Fávero e Bechi (2019, p. 1) quando expõem que esse tipo de relação mercantil “ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado e altera a lógica das políticas públicas”.

Para Cassel, Silva e Adams (2013, p. 2), o processo de terceirização se concretiza quando “uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas pelos trabalhadores diretamente contratados e as transfere a outra empresa” com garantia da manutenção da execução das mudanças pretendidas. Essa institucionalização da terceirização no Ensino Superior pode ser considerada um fato com difícil reversão, visto a sua consolidação no mercado educacional brasileiro e o fato de estar arraigada em um contexto forjado por políticas neoliberais.

Com vistas a garantir a saúde financeira e a perenidade da instituição de ensino, equiparando-se nesse contexto a uma instituição empresarial, e visando a um desempenho destacado e dentro dos níveis de competição do mercado, muitas IES optam pela contratação terceirizada de professores, com vistas “não somente ao aumento dos lucros, mas também a superar sérios problemas operacionais, [...] elevados impostos e encargos sociais, pagamentos de empréstimos e a necessidade de manter o equilíbrio financeiro da instituição” (Calderón, 2013, p. 488).

Como forma de manter um quadro de professores em atividade, as empresas de Ensino Superior se nutrem desse fenômeno terceirizante por meio da contratação de mão de obra de educadores oriunda de cooperativas fundadas para esse fim, e que, na visão de alguns sindicatos

da categoria, agem “visando fraudar a legislação trabalhista, os direitos do trabalhador e os princípios cooperativistas”, de forma aliada à finalidade “de redução de custos e [...] ampliação da produtividade” (Calderón; Lourenço, 2009, p. 80; Fávero; Bechi, 2020, p. 6).

Na verdade, a terceirização da mão de obra docente, fundada em uma lógica mercantilista, resulta diretamente na precarização dos serviços/ produtos entregues aos seus consumidores finais, ou seja, os discentes/ clientes. Para Cassel, Silva e Adams (2013), a terceirização é um fenômeno que gera a heterogeneização do trabalho, associado à expansão da atividade informal, temporária e subcontratada, caracterizada pela precariedade do emprego e dos direitos sociais. Além disso, a terceirização no Ensino Superior leva a prejuízos no tocante aos aspectos pedagógicos e à relação ensino-aprendizagem da Educação. Muitos professores se submetem a esses contratos de trabalho, baseados apenas em cláusulas mercantis, por necessidades financeiras, com o intuito de garantir a perenidade da família, por “falta de opção no mercado de trabalho, como opção de renda complementar ou como forma de ingresso na docência” (Calderón *et al.*, 2008, p. 198). Isso faz com que o docente perca sua identidade junto à IES, assim como desvitaliza o elo com os discentes, promovendo uma sensação de nexo transitório entre docente e instituição.

Em resumo, com início a partir da década de 1990 e com autorização legal desde 2017, perante a aprovação de lei específica, a terceirização na Educação ganhou força, influenciando diretamente na “precarização do ensino e das circunstâncias de trabalhos dos professores, associado a um discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais na educação” (Fávero; Centenaro; Santos, 2023, p. 14). Nesse sentido, a terceirização faz com que o docente seja posicionado em uma condição de fragilidade dentro do capitalismo, distanciando-se de suas classes trabalhistas, tendo sua força e influência deterioradas, com sua exposição e vulnerabilidade à mercê de seus contratantes (Cassel; Silva; Adams, 2013).

A esse respeito, encontramos a seguinte colocação:

A terceirização tornou-se, então, o novo elixir da vida empresarial. Atingindo praticamente todos os setores e ramos produtivos e de serviços; se tudo isso já não bastasse a terceirização fragmenta ainda mais as possibilidades de ação e consciência coletivas, incentiva a nefasta individualização das relações de trabalho, amplia a concorrência decorrente do sistema de metas e competências, criando o cenário ideal para as empresas dificultarem ao máximo a atividade sindical em defesa dos direitos sociais de trabalho (Antunes, 2015, p. 10-11).

Portanto, independentemente do ramo de atividade empresarial, a terceirização será sempre vista como um trunfo à disposição das corporações privatistas e uma forma de acumulação de capital junto à corrosão do trabalho, constituindo-se em uma modalidade

dominante nas estratégias empresariais, quando a pauta for relativa à redução de despesas e geração de receitas.

A forte presença do neoliberalismo a partir das últimas décadas do século XX foi um fator crucial para a expansão do Ensino Superior. O neoliberalismo, com sua ênfase na desregulamentação do mercado e na diminuição da intervenção estatal, impulsionou políticas que incentivaram a Educação como uma ferramenta para formar trabalhadores mais “qualificados” e adaptáveis às demandas do mercado globalizado. A lógica neoliberal introduziu a ideia de que a Educação é um investimento individual, no qual o estudante é responsável por adquirir habilidades e conhecimentos, melhorando ou aumentando sua produtividade, que lhe permitirá competir em um mercado cada vez mais competitivo (Peixoto; Araújo; Zientarski, 2018). Assim, o Ensino Superior começou a ser visto como um meio de aumentar o capital humano e a empregabilidade, sendo o capital humano elevado a uma outra dimensão por meio do nível de Educação e conhecimento adquiridos, “passando a ser uma variável importante no conceito e nos modelos de crescimento econômico” (Viana; Lima, 2010, p. 138).

A Teoria do Capital Humano, amplamente difundida durante esse período, reforça essa visão ao tratar a Educação como um ativo que eleva a produtividade individual e, conseqüentemente, os salários. Segundo essa teoria, o investimento em Educação seria compensado pelo aumento dos rendimentos futuros, o que justificaria a busca por qualificação superior. Assim, as universidades e faculdades passaram a ser vistas não apenas como espaços de desenvolvimento intelectual, mas como ferramentas para melhorar a competitividade econômica. Isso levou a uma crescente demanda por cursos de Ensino Superior, com um aumento significativo no número de instituições e programas oferecidos, muitos dos quais voltados para atender às necessidades do mercado de trabalho.

Nesse contexto, a financeirização da Educação se tornou um fenômeno marcante. Com o aumento da demanda por educação e a redução dos investimentos estatais em instituições públicas, o setor privado viu uma oportunidade de lucro, resultando na proliferação de instituições privadas e na mercantilização do Ensino Superior. Além disso, a lógica neoliberal incentivou o surgimento de novos mecanismos financeiros, como créditos estudantis e fundos de investimento voltados para a Educação, que tornaram o financiamento do ensino uma oportunidade para o capital privado. Essa financeirização trouxe conseqüências, como o endividamento por parte do estudante, transformando a educação em uma dívida a ser paga ao longo de décadas.

Por fim, a combinação entre a Teoria do Capital Humano e a lógica neoliberal moldou uma nova percepção do Ensino Superior no Brasil, cada vez mais voltada para o mercado e o lucro. O setor educacional se afastou de sua missão tradicional de promoção do pensamento crítico e da cidadania, passando a funcionar como uma espécie de mercado no qual a formação e a qualificação são produtos a serem comprados. Essa formatação deu origem a um sistema no qual o acesso ao Ensino Superior é frequentemente mediado pela capacidade financeira, aprofundando desigualdades sociais e relegando a Educação pública a um papel secundário.

O crescimento econômico e a busca incessante pela acumulação de capital sempre foram objetivos de governos e grandes capitalistas, detentores da grande fatia do “bolo” financeiro global. No mercado educacional, não poderia ser diferente, quando se objetiva apenas o lucro. Por mais que o discurso seja direcionado para que a educação tenha finalidade social, ao se adotarem princípios neoliberais, as intenções reais do discurso passam a ser outras: ganhar mercado e realizar lucro financeiro.

A estratégia utilizada pelas grandes corporações empresariais, para aumentar seus ganhos financeiros, é a de expandir os seus negócios. As instituições de ensino, ao tomarem forma de empresa, e a Educação, ao se tornar uma mercadoria, seguem essa mesma estratégia. O início da expansão do Ensino Superior no Brasil, a partir do final do século XX, e a sua consolidação nos primeiros 20 anos do século XXI demonstraram o verdadeiro potencial das empresas educacionais em naturalmente se ambientarem a um novo contexto acadêmico. Por meio de fusões e aquisições, os polos de ensino privados ganharam uma capilaridade extraordinária. O intuito social era o de levar o Ensino Superior aos mais longínquos cantos do país, proporcionando o acesso à educação a todas as esferas sociais, mas com a intenção de gerar receitas reais para as empresas educacionais.

A quantidade de polos educacionais, associada à necessidade de formação de muitos indivíduos, fez com que o ingresso à academia se tornasse um caminho a ser percorrido, independentemente de sua condição social ou financeira. A busca pela formação acadêmica, como um investimento que as pessoas fazem sobre si mesmas, tende a repercutir positivamente como um alavancador do crescimento, tanto para si próprio como para a comunidade onde vivem e trabalham. A Teoria do Capital Humano, idealizada por Theodore Schultz, ao se referir ao autoinvestimento, deixa claro que “esse custo é o custo de oportunidade”, visto que muitas vezes o indivíduo deixa de ser remunerado e ainda tem que bancar os custos com a educação, na ânsia de “buscar novos conhecimentos, melhorando suas chances de obter melhores resultados ou rendimentos no futuro”, mesmo que o futuro seja incerto (Schultz, 1964 *apud* Viana; Lima, 2010, p. 142).

Em resumo, ao se analisar um contexto em que o neoliberalismo é um fator condicionante, a expansão do Ensino Superior privado tem um significado meramente financeiro. Criar nos indivíduos a necessidade de obter uma formação superior para que possam galgar melhores oportunidades sociais e de empregabilidade, mesmo que com isso tenham que investir somente seus próprios recursos, também é peça-chave de toda essa engrenagem. Quando há o propósito de fazer com que os indivíduos, profissional e socialmente, por meio do Ensino Superior, fiquem sob toda essa “moldura” de intencionalidade social, está posta a “fotografia” do interesse capitalista/ neoliberal.

Após apresentarmos um cenário no qual se discutiram conceitos sobre o pensamento neoliberal, a Teoria do Capital Humano e a expansão do Ensino Superior, além da financeirização da Educação, no Capítulo 3, a seguir, propomos dar início à conceituação das categorias que serão analisadas nas teses selecionadas, sendo elas as perspectivas, os posicionamentos e os enfoques epistemológicos, visto serem essenciais para se compreender como o conhecimento é construído e validado, revelando as bases filosóficas que orientam as pesquisas. Além disso, esse tipo de categorização possibilitará identificar tendências e lacunas nos debates acadêmicos, mapeando disputas conceituais e contribuindo para uma discussão mais crítica e contextualizada, destacando a importância das bases epistemológicas no avanço científico.

Essa proposta de pesquisa, ou seja, categorizar por perspectiva, posicionamento e enfoque as teses na área da Educação no período de 2013 a 2022, busca se diferenciar das demais pesquisas da área ou mesmo apresentar um estudo único, por entrelaçar conceitos ainda não encontrados na literatura, intencionando contribuir para a produção científica no campo da Educação em geral.

3 A PESQUISA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM NÍVEL DE DOUTORADO E A ÊNFASE NO POSICIONAMENTO, NA PERSPECTIVA E NO ENFOQUE EPISTEMETODOLÓGICO

A organização conceitual e institucional do campo de pesquisa em educação e suas relações e articulações com outros campos, no contexto das tensões de ordem científicas e das práticas profissionais a ele associadas, emerge contemporaneamente como uma necessidade, pelo risco da dispersividade e da conseqüente desconsideração dos demais campos nas ciências humanas e sociais, com os quais se confronta, ao mesmo tempo em que a eles se interliga (Gatti, 2012, p. 19).

O ato de pesquisar pode ser comparado ao movimento de ejetar em direção ao desconhecido com o intuito de desbravar o mundo e as incertezas que o cercam. É uma busca inquietante pelo conhecimento, ora por necessidade própria, ora pela necessidade do todo. O despertar da pesquisa pode ser originário da ânsia por desbravar novos caminhos, de uma forma amadora, ou profissional, no exercício das nossas atividades acadêmicas enquanto pesquisadores. O objetivo pode ser sempre o de buscar respostas atreladas a um viés social, fazendo com que o resultado da pesquisa atinja o maior número de interessados ou uma significativa contribuição para a Ciência e comunidade científica.

As pesquisas no âmbito acadêmico no Brasil oriundas das instituições de Ensino Superior devem seguir padrões científicos, técnicos e estatísticos, seguindo as normativas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), principalmente nos casos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na graduação, e nas dissertações e teses no caso da pós-graduação *stricto sensu*. Para além das preocupações com as normas estabelecidas para a formatação de trabalhos acadêmicos, Mainardes (2017, p. 167) ressalta que se deve considerar “essencial conceber ética na pesquisa como uma questão de formação, que envolve o estudo e a discussão da ética na pesquisa na graduação e na pós-graduação”.

As pesquisas em Educação, que integram a grande área das Ciências Humanas e Sociais, são mais direcionadas às abordagens qualitativas, que têm como finalidade aprimorar, ampliar ou construir uma teoria, objetivando produzir ou divulgar pesquisas científicas, mais especificamente no meio acadêmico. O desenvolvimento de uma pesquisa, notadamente, dar-se-á pela exposição de uma problemática, realçada pelas suas hipóteses, originadas por um tema e resultantes de um assunto de ampla repercussão no campo do conhecimento. Face à diversidade de campos que compõem a área da Educação, muitos são os caminhos a se seguir para que a pesquisa seja frutífera. Como bem salienta Gatti (2012, p. 22), a dificuldade em se

“caracterizar os caminhos da elaboração das pesquisas no campo educacional” muito se dá pela “variedade de temáticas, [...] dos problemas e de subáreas do campo”.

Outros detalhes importantes relativos à pesquisa em Educação, mais direcionada à pós-graduação *stricto sensu*, são a sua relevância e a sua aplicabilidade no contexto acadêmico. A construção de uma base teórica densa aliada a uma produção de conhecimentos confiáveis, e validada pela comunidade científica, é capaz de transpor os obstáculos que afrontam o crescimento e o desenvolvimento das pesquisas na pós-graduação no Brasil, em particular na área da Educação, podendo demonstrar, assim, sua importância e abrangência na academia e sociedade em geral. Após a construção da pesquisa, faz-se necessário pensar na aplicabilidade dos conhecimentos produzidos e transformados em novas teorias e na correta seleção de procedimentos e instrumentos, assim como na divulgação dos resultados e das conclusões à comunidade científica (Alves-Mazzotti, 2001).

Ao imergir no campo da pesquisa na pós-graduação, no caso do doutorado em Educação, o pesquisador se depara com uma gama de classificações ou modalidades que poderá utilizar, separadas ou em conjunto, na busca pela resposta ao seu problema de pesquisa. As pesquisas podem ser classificadas quanto aos seus objetivos como exploratórias, com o intuito de aprimorar ideias ou explicitá-las, dando mais familiaridade ao problema; ou podem ser descritivas, quando, como a própria denominação já diz, objetivam descrever as características do objeto em estudo. Com o propósito de uma investigação mais aprofundada, buscando a razão das coisas, a pesquisa explicativa se atém a “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p. 42).

Quando nos referimos ao método procedimental ou à classificação da pesquisa com base nos procedimentos técnicos, deparamo-nos com dois grupos demarcadores: um no qual se encontram a pesquisa bibliográfica e a documental e outro que abrange a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso, entre outros (Gil, 2002; Xavier *et al.*, 2021). Outro método de pesquisa, que envolve um olhar mais direcionado para um conjunto de outras pesquisas, disponibilizadas em uma linha do tempo ou dentro de um tema específico, é a metapesquisa. Esse procedimento permite ao investigador fazer uso de uma série de procedimentos que permitem “a identificação ou construção de diversas visões, denominadas de perspectivas epistemológicas e posicionamentos”, e pode ser amplamente discutido em duas dimensões, a dimensão reflexiva, na qual a produção científica é o próprio objeto da pesquisa, e a dimensão teórico-analítica, na qual as conclusões do estudo podem ser reaproveitadas no próprio estudo (Tello; Mainardes, 2015, p. 167).

Mainardes (2018a, p. 4) ainda reforça que:

Na metapesquisa, o pesquisador está interessado em compreender os meandros da pesquisa, sua fundamentação teórica, opções metodológicas, relação entre teoria e dados, procedimentos utilizados na aplicação e/ou geração de teorias etc. Assim, na metapesquisa, não há a intenção de comparar resultados entre as pesquisas ou sintetizar suas contribuições ou conclusões, como geralmente se faz na revisão de literatura. Também não há a intenção de verificar como a pesquisa de uma temática específica vem evoluindo ao longo do tempo, como se faz no estado do conhecimento. Os resultados da metapesquisa podem contribuir para a compreensão da pesquisa de determinado campo, em um contexto espaço-temporal específico. A partir dela, é possível identificar as tendências teórico-epistemológicas, as lacunas, as fragilidades e os pontos fortes das pesquisas que o envolvem.

Outro ponto que merece destaque, quando tratamos da pesquisa nos cursos *stricto sensu*, é quando a temática a ser estudada está presente em outros estudos. Por via de consequência, ao nos aprofundarmos em um conjunto de estudos já finalizados e publicados, ou seja, ao utilizarmos um procedimento em que são aprofundadas pesquisas sobre pesquisas, fazendo-se valer de “uma estratégia para análise sistemática das pesquisas de um determinado campo ou temática”, tem-se como propósito a identificação de “características, tendências, fragilidades e obstáculos” que possam impactar diretamente na evolução do tema ou campo pesquisado (Mainardes, 2018b, p. 304-306).

Dessa forma, um estudo dentro da grande área das Ciências Humanas, direcionado para a Educação, e frente à linha de pesquisa de Política Educacional, em que se insere um procedimento investigativo mais justificado como a metapesquisa, e em que se pretende lastrear epistemologicamente o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), para Tello e Mainardes (2015, p. 156), é “considerado um enfoque que permite estender aos pesquisadores do campo um esquema analítico que se opõe ao modelo ateuórico (que não tem como base a teoria) e meramente descritivo” da pesquisa e está constituído a partir de três bases: a perspectiva epistemológica, a posição ou o posicionamento epistemológico e o enfoque epistemológico. A proposta de análise que engloba os aspectos teórico-metodológicos na pesquisa tende a assumir uma dimensão reflexiva, que, conforme Mainardes (2018b, p. 311):

[...] a metapesquisa toma a produção científica do campo da Política Educacional (amostra) como objeto de estudo, reflexão e análise, que pode resultar em elementos importantes para a compreensão das pesquisas do campo (identificação de tendências, pontos fortes, fragilidades, obstáculos).

Esses componentes do EEPE serão contextualizados a seguir, em três seções distintas.

3.1 Contextualizando a perspectiva epistemológica

A perspectiva epistemológica é uma das três bases que compõem o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional e pode ser traduzida, conforme o dicionário Houaiss (2010), como um estudo filosófico do conhecimento gerado a partir de uma expectativa, ou um ponto de vista. Também pode se referir a um conjunto prévio de ideias formuladas pelo próprio pesquisador, com o intuito de elaborar a sua própria visão da pesquisa, ou seja, de forma a indicar uma cosmovisão que orienta o pesquisador na condução de suas pesquisas (Agostini, 2024).

A epistemologia, em sua concepção contemporânea, é comumente interpretada como uma teoria da Ciência. Contudo, a partir de nossa perspectiva, as múltiplas abordagens nesse campo não se configuram propriamente como uma teoria científica, mas, sim, como teorias da Política Educacional. Em outras palavras, é fundamental compreender as epistemologias da Política Educacional não como ciência em si, mas como uma abordagem, um método e uma reflexão sistematizada. Trata-se de uma epistemologia que incorpora as dimensões sociais, políticas e culturais do conhecimento e da investigação (Tello, 2013).

Dentro de uma investigação científica, muitas podem ser as perspectivas que o pesquisador vislumbra para que sirvam como guias em seu processo investigativo. Muitos são os caminhos que levam ao pensar, à busca pelas coordenadas, e, conseqüentemente, à formulação de uma ideia própria. Apoiar-se em teorias já fundamentadas pode ser o caminho para o amadurecimento de uma ideia ainda embrionária. É importante ressaltar que, ao se antecipar à resposta da pesquisa, por meio de teorias prontas, pode-se impedir o surgimento de novas teorias, com a limitação do pensamento investigativo subjetivo e das visões de realidade do investigador.

Como caminho a ser percorrido para um raciocínio mais dedutivo, Tello (2012, p. 57) enumera algumas perspectivas teóricas que podem servir de subsídios a serem empregados no processo investigativo: “marxismo, neomarxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo, positivismo e pluralismo”. No curso da pesquisa, as análises das perspectivas epistemológicas podem ser conduzidas concomitantemente à análise dos posicionamentos epistemológicos. Na verdade, só há a viabilidade dessas combinações quando o pesquisador tem em mãos uma teoria sólida que dê sustentação a essa relação, não deixando margem para questionamentos referentes à sua aplicação epistemológica incorreta.

Em resumo, a perspectiva epistemológica é a própria visão do pesquisador para a concepção de um mundo voltado para a própria realidade e as próprias expectativas. A

compreensão de mundo gerada a partir de um horizonte de expectativas (Popper, 1975) do pesquisador, e construída a partir de delineações das experiências vividas e repletas de significado, pode se tornar um obstáculo epistemológico (Bachelard, 1996), limitando a visão holística do investigador e a abrangência da pesquisa (Tonieto, 2018).

Expandir a análise das perspectivas epistemológicas em teses que investigam a financeirização da Educação, a expansão do sistema educacional e o enfoque epistemológico é crucial para um entendimento mais profundo desses fenômenos e de suas implicações. A perspectiva epistemológica refere-se a uma visão de mundo mais ampla, que abrange as suposições sobre a natureza da realidade e do conhecimento, e sobre o que é considerado válido, relevante e verdadeiro, “desafiando os pesquisadores na reflexão sobre a finalidade social da ciência e da pesquisa” (Mainardes, 2022, p. 15). Esse olhar epistemológico influencia como a pesquisa é concebida, direciona a interpretação dos dados e molda as conclusões, tornando-se, portanto, um alicerce fundamental para o desenvolvimento de qualquer estudo, tornando-o positivo e produtivo.

Ao identificarmos e compreendermos as perspectivas epistemológicas, podemos ter uma visão clara dos fundamentos que sustentam os estudos. Em pesquisas sobre a financeirização da Educação, uma perspectiva epistemológica crítica, por exemplo, pode partir do pressuposto de que as dinâmicas financeiras afetam negativamente a autonomia e a função social da Educação, transformando-a em um serviço prestado, essencialmente, ao “desenvolvimento capitalista” (Rikowski, 2017, p. 410). Essa perspectiva permite que o pesquisador questione profundamente as estruturas sociais e econômicas que promovem a financeirização, abordando aspectos como a crescente dependência das instituições de ensino de fontes privadas de financiamento e as pressões para que a Educação se adapte aos interesses do capital.

Na expansão da Educação, perspectivas epistemológicas distintas trazem interpretações e ênfases diferentes para a análise. Sob uma perspectiva emancipatória, por exemplo, a expansão é vista como uma ferramenta de igualdade e justiça social, dando liberdade e autonomia ao sujeito e possibilitando o acesso ao conhecimento e às oportunidades no campo acadêmico. Contudo, sob uma perspectiva neoliberal, a expansão da Educação pode ser entendida como uma necessidade do mercado para gerar capital humano, transferindo o custo e a responsabilidade do desenvolvimento econômico para o sistema educacional. Essa última perspectiva muitas vezes vê a Educação como um investimento em “recursos humanos”, alinhando as políticas educacionais às demandas do mercado, tornando “o ensino um simples *input* econômico ao seu portador” e considerando a Educação como uma “mercadoria que pode ser agregada privadamente ao indivíduo” (Azevedo, 2021, p. 103). A explicitação da

perspectiva epistemológica que guia o estudo é, portanto, essencial para que se compreenda não só os resultados da pesquisa, mas também as premissas ideológicas que direcionaram o trabalho.

Além disso, uma análise do enfoque epistemológico – ou seja, das escolhas de métodos e da abordagem teórica – permite ao pesquisador articular a perspectiva epistemológica à metodologia escolhida, garantindo coerência interna na pesquisa. Por exemplo, durante a investigação do impacto do neoliberalismo na Educação, uma perspectiva epistemológica crítica pode se juntar a métodos qualitativos que valorizem a subjetividade e as experiências dos indivíduos impactados por essas políticas, como entrevistas e estudos de caso, permitindo que se explorem as consequências sociais e individuais das reformas educacionais neoliberais.

Em contraste, uma perspectiva positivista poderia se juntar a métodos quantitativos para medir o desempenho do sistema educacional e relacioná-lo a indicadores econômicos, assumindo que tais relações podem ser objetivamente mensuradas. Assim, no âmbito da articulação entre subjetividade e objetividade, por meio do olhar neutro do investigador, “a pesquisa poderá conter tentativas forçadas de adequar a teoria à realidade ou a realidade à teoria”, com o intuito de produzir compreensões a serem amplamente divulgadas nos meios acadêmico e social (Tonieto; Fávero, 2020, p. 5).

Identificar e explicitar essas perspectivas epistemológicas nas teses permitem ao leitor entender melhor as motivações, os objetivos e as limitações da pesquisa, promovendo a clareza e a transparência. Quando a perspectiva é explicitada, ela deixa claro o compromisso ideológico do pesquisador, possibilitando ao público situar a pesquisa em um contexto mais amplo e relacioná-la com outras abordagens. Isso é particularmente importante em temas como o da financeirização da Educação, da expansão educacional e do neoliberalismo, que são altamente interligados e permeados por interesses e valores distintos. Sem uma explicitação das perspectivas epistemológicas, as conclusões podem ser mal interpretadas ou vistas como “neutras”, quando, na realidade, são informadas por uma visão específica da realidade social.

Assim, ao identificar, compreender e explicitar as perspectivas epistemológicas, o pesquisador cria um espaço de reflexão crítica dentro do próprio processo de pesquisa, podendo aumentar a consistência da investigação, a coerência entre teoria, análise de dados e conclusões e o rigor da pesquisa (Mainardes, 2018a). Ele passa a permitir que outros estudiosos possam avaliar as implicações das conclusões de maneira mais precisa, fomentando o diálogo acadêmico e promovendo uma Ciência mais autocrítica e sensível ao contexto ideológico em que atua. No estudo da Educação, isso é fundamental, pois envolve o futuro das políticas

educacionais e o papel da educação na formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de questionar as estruturas sociais que os rodeiam.

3.2 Contextualizando o posicionamento epistemológico

O posicionamento epistemológico, também conhecido como a Teoria Substantiva (Tello, 2013, Glaser; Strauss, 1967), está intrinsecamente ligado ao campo de estudo da Política Educacional, com o referencial teórico do próprio campo, possuindo uma relação direta com o material de estudo, tanto teórico quanto empírico, do conjunto de dados do pesquisador.

Ao estudarmos a Política Educacional como campo teórico, temos o posicionamento epistemológico como o ponto nevrálgico, visto que, aqui, o pesquisador expõe categoricamente seus pontos de vista de uma forma coerente, abrangente e reflexiva, fazendo a conversão de seu posicionamento epistemológico em um “posicionamento ético-político” (Tello; Mainardes, 2015, p. 157). Nesse sentido, Tello (2013, p. 48) considera que o posicionamento epistemológico “não é só um modo de ler a realidade e sim de construí-la”, assim como também é possível convertê-lo em “um posicionamento ideológico”.

Vários são os posicionamentos políticos que o investigador tem à disposição para desdobrar a sua pesquisa, cabendo a ele a escolha pelo que mais se adapta ao estudo ou aos seus ideais. Tello (2012, p. 57) menciona alguns desses posicionamentos, sendo: “neoinstitucionalista, construtivismo político, pós-moderno, neoliberal, funcionalista, crítico, crítico radical, humanista e o economicista”.

O posicionamento epistemológico depende da seleção que o pesquisador fará na construção da sua pesquisa, enquanto a perspectiva epistemológica se dará com o que desenvolverá na sua pesquisa. O posicionamento epistemológico deveria originar-se da própria perspectiva epistemológica, sendo fruto de uma pesquisa válida e sólida. Nesse sentido, Tello (2013) considera que pode haver possíveis combinações entre posicionamento e perspectiva epistemológica, conforme exemplos no Quadro 4:

Quadro 4 – Possíveis combinações entre perspectiva e posicionamento epistemológico

Perspectiva epistemológica	Posicionamento epistemológico	Comentário
Neomarxista	Crítico radical	Para a mesma perspectiva epistemológica de neomarxismo, pode-se tomar um posicionamento de complexidade.
Pós-estruturalista	Crítico radical	Para a mesma perspectiva epistemológica de pós-estruturalismo, pode-se assumir um posicionamento pós-moderno.
Pluralista	Neoinstitucionalista	Para a mesma perspectiva do feminismo, pode-se assumir um posicionamento crítico radical.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tello (2013).

O posicionamento epistemológico pode ser visto como uma derivação ou variável da perspectiva epistemológica, funcionando como um pêndulo que oscila entre extremos dentro de uma determinada abordagem teórica (Mainardes, 2016). Dentro dessa ótica, demonstrada no quadro acima, pode-se encontrar um posicionamento epistemológico associado a uma perspectiva epistemológica pós-estruturalista, como o posicionamento crítico radical.

Expandir a análise dos posicionamentos epistemológicos sobre temas complexos, como a financeirização, a expansão da Educação e o neoliberalismo, é essencial para esclarecer a base teórica e as implicações de cada investigação. O posicionamento epistemológico refere-se às ideias e suposições fundamentais sobre como o conhecimento é construído e interpretado, o que influencia diretamente os métodos de pesquisa, a interpretação dos dados e as conclusões alcançadas.

A identificação e compreensão desses posicionamentos são fundamentais, pois cada perspectiva epistemológica traz consigo um conjunto de lentes analíticas. Por exemplo, ao tratar da financeirização, um estudo com um posicionamento crítico e marxista pode focar nas dinâmicas de exploração das relações de trabalho, lendo o trabalho como mercadoria e o bem a ser vendido como a sua força de trabalho (Ramos, 2014), bem como na precarização das relações sociais sobre a égide do capital. Já uma abordagem mais funcionalista talvez enfoque os aspectos de eficiência e organização, buscando entender a financeirização como uma resposta à necessidade de financiamento. Essas distinções epistemológicas não apenas direcionam o foco dos estudos, mas também moldam as perguntas de pesquisa, os métodos de análise e até os públicos que a pesquisa pretende influenciar.

No contexto da expansão da Educação, o posicionamento epistemológico também impacta diretamente o entendimento do fenômeno. Sob uma perspectiva crítica, a expansão pode ser analisada como uma estratégia para aumentar o controle social ou como um instrumento de reprodução das desigualdades. Enquanto uma abordagem neoliberal tende a interpretar a expansão da Educação como uma forma de investimento em capital humano, necessária para adaptar a força de trabalho às demandas de um mercado cada vez mais competitivo; por mais que, nos discursos políticos, a Educação seja tratada como prioridade, ela é subjugada à lógica neoliberal (Fávero; Centenaro; Santos, 2023).

Além disso, o neoliberalismo, descrito por Dardot e Laval (2016, p. 14) como sendo “a razão do capitalismo contemporâneo”, permeia as práticas econômicas e sociais e influencia o modo como a Educação e a financeirização são tratadas nas investigações. Posicionamentos epistemológicos que se alinham ao neoliberalismo ou o criticam tendem a moldar os debates em torno do papel do Estado, da autonomia dos indivíduos e das consequências sociais e da

busca incessante pela eficiência e pela maximização do valor econômico. Pesquisas que utilizam uma perspectiva crítica ao neoliberalismo podem explorar as consequências da expansão da Educação como uma forma de subordinar as instituições educacionais a interesses econômicos, transformando-as em instrumentos de produção de indivíduos alinhados aos preceitos neoliberais, ou seja, de formação do sujeito neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Portanto, explicitar esses posicionamentos é vital, pois ajuda os leitores e pesquisadores a compreenderem de onde a pesquisa parte, para onde ela pretende ir e como suas conclusões devem ser interpretadas. Além disso, essa explicitação contribui para uma Ciência mais reflexiva e crítica, que não apenas produz conhecimento, mas que também analisa as condições e limitações desse conhecimento dentro dos contextos ideológicos e epistemológicos em que é produzido, “construindo compreensões e explicações coerentes dos fenômenos tomados como objeto de estudo” (Tonieto, 2018, p. 16).

3.3 Contextualizando o enfoque epistemológico

Ahora bien, cuando una componente supera la epistemología de la superficie, esto es que posee un posicionamiento por parte del investigador una relación a los otros componentes de una investigación se observa una epistemología profunda: una epistemología (Tello, 2012, p. 63).

O terceiro e último componente que forma o EEPE é o enfoque epistemológico, que faz referência à aplicação da parte metodológica de que o investigador faz uso no curso de sua pesquisa. É o momento da escolha de qual método será o mais viável a ser aplicado. Como salienta Tello (2012, p. 58), não se trata apenas de um método de compilação ou de análise de informações, mas, sim, de um “método de logos”, ou seja, um método lógico de se pensar em blocos.

Outro detalhe importante relativo ao enfoque epistemológico, e que é bem ressaltado por Tello (2012), é quanto à preferência ao se referir ao termo de epistemologia, no tocante à aproximação entre a apresentação do método e a posição epistemológica do pesquisador, visto que o enfoque metodológico é possuidor de epistemologia. Porém, para uma melhor distinção, opta-se pelo termo epistemologia, concedendo maior precisão e distinção entre eles. O autor reforça, ainda, que a metodologia, utilizada isoladamente, torna-se apenas uma técnica metodológica, e, para abranger o conceito de epistemologia, precisa estar associada aos demais componentes do EEPE, ou seja, à perspectiva epistemológica e ao posicionamento epistemológico, com maior ou menor coerência e consistência entre si.

Para a continuidade da pesquisa em Política Educacional, várias são as possibilidades que levam à escolha de um método viável e válido para o desmembramento do processo analítico. Moreira (2017), em seu artigo publicado na *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe)*, citou, em traços gerais, quatro enfoques (Quadro 5) que podem ser apropriados para a pesquisa em Política Educacional:

Quadro 5 – Tipos de enfoque epistemológico

Enfoque	O que diz?	Autor/Fonte
A Abordagem do Ciclo de Políticas	Método para a análise de políticas, formulado por Ball e Bowe como alternativa às propostas que trabalham com a ideia de “implementação” de políticas, em qualquer dos sentidos em que esse termo possa ser tomado.	(Bowe; Ball; Gold, 1992 <i>apud</i> Moreira, 2017, p. 5)
O Enfoque das Epistemologias da Política Educativa (EEPE)	Constitui um esquema analítico-conceitual que se opõe aos modelos ateóricos, pretensamente neutros e descritivos de pesquisa e apresenta duplo objetivo: servir de instrumento de vigilância epistemológica da pesquisa desse campo e fornecer critérios e orientações metodológicas aos pesquisadores que pretendem fazer meta-investigações.	(Moreira, 2017, p. 7)
A Análise do Discurso Crítica	Visa prover as bases de um questionamento crítico para a investigação da vida social, entendendo o discurso como uma prática que produz efeitos, visto que não há relação externa entre linguagem e sociedade; o discurso, nessa perspectiva, é um modo de ação historicamente situado, constituído socialmente.	(Resende; Ramalho 2006 <i>apud</i> Moreira, 2017, p. 9)
A Cartografia Social	Os fenômenos sociais são construídos e interpretados a partir da justaposição e do diálogo contido em textos, que combinam análise textual e elaboração de mapas. Como investigação hermenêutica, reconhecem que as realidades são construídas e interpretadas objetiva e subjetivamente pelos investigadores e leitores, em campos intertextuais abertos e criados pelo diálogo.	(Paulston, 2001 <i>apud</i> Moreira, 2017, p. 10)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Moreira (2017).

Em outras palavras, pode-se dizer que o enfoque epistemológico possui concordância entre referencial teórico, opções metodológicas, análises e conclusões. Além disso, pode ser investigado ou não por meio de um viés associativo entre os elementos da pesquisa, envolvendo “uma leitura sistemática e a análise da configuração textual” (Mainardes, 2018a, p. 6).

A vigilância que o próprio pesquisador faz de si mesmo é de fundamental importância para garantir a aplicação e sustentação corretas do método empregado na pesquisa. Tonieto (2018, p. 99), ao citar os estudos de Bachelard, afirma: “o exercício da vigilância epistemológica [...] permite ao cientista a vigilância de si, ou seja, a capacidade do espírito

científico, ou do cientista, de analisar criticamente a si mesmo e [...] seus processos de tomada de decisão”.

Expandir a explicação do enfoque epistemológico é essencial para compreender como pesquisadores estruturam suas investigações e revelam diferentes aspectos dos temas complexos e inter-relacionados como financeirização da Educação, expansão do sistema educacional e neoliberalismo. O enfoque epistemológico representa a intersecção entre epistemologia e metodologia (Tello, 2012), ou seja, a forma como o pesquisador articula suas concepções sobre o conhecimento e os métodos práticos de investigação. Essa combinação influencia a estrutura da pesquisa, as perguntas formuladas, os métodos escolhidos e, conseqüentemente, os resultados e as interpretações da escrita.

A financeirização da Educação é um fenômeno que se refere à crescente influência de mecanismos financeiros e interesses privados no campo educacional, onde instituições de ensino passam a ser percebidas como ativos de investimento. Ao se adotar um enfoque epistemológico crítico, podem ser empregados métodos qualitativos e interpretativos para investigar como essa financeirização impacta a missão social da educação, os princípios difundidos nas escolas e a autonomia das instituições. Tal enfoque permite ao pesquisador examinar não somente as repercussões econômicas da financeirização, mas as implicações culturais e sociais, como a conversão de estudantes em clientes-consumidores e do Ensino Superior em mercadoria (Bittar; Ruas, 2012).

Em contraste, uma abordagem que adota um enfoque epistemológico funcionalista pode enfatizar métodos quantitativos, explorando o painel de indicadores financeiros das instituições e os efeitos da financeirização sobre a sua eficiência operacional. Esse enfoque tende a considerar a financeirização como um mecanismo para maximizar recursos e garantir a sustentabilidade financeira da instituição de Ensino Superior, interpretando a influência financeira como um fator positivo na gestão educacional, ambicionando a perenidade da IES. Assim, o enfoque epistemológico determina quais aspectos do fenômeno serão explorados e o que será considerado significativo na análise, refletindo diretamente na qualidade e credibilidade da pesquisa científica.

Na questão da expansão da Educação, o enfoque epistemológico desempenha um papel crucial na maneira como o fenômeno é interpretado e nos propósitos que a pesquisa estabelece. Um enfoque epistemológico crítico, ao se concentrar nos impactos sociais da expansão, pode empregar métodos qualitativos, como entrevistas com educadores e análises de políticas públicas, para explorar até que ponto a expansão da Educação está fomentando a igualdade social ou simplesmente reproduzindo desigualdades preexistentes (Silveira; Souza;

Santana, 2023). Esse enfoque levanta questões acerca da qualidade do acesso ao conhecimento, examinando se a ampliação beneficia igualmente todos os grupos sociais ou se, na realidade, fortalece as divisões de classe.

Por outro lado, um enfoque epistemológico neoliberal pode priorizar métodos quantitativos, com análises de dados sobre o aumento de matrículas e o retorno econômico que a Educação ampliada proporciona ao mercado de trabalho. Sob esse enfoque, a expansão da Educação é vista principalmente como uma ferramenta para capacitar indivíduos a se tornarem mais “empregáveis, [...] dotados de competências diversificadas” e adaptados às demandas do mercado, muitas vezes adotando métricas como o desempenho dos alunos em testes padronizados ou a taxa de inserção no mercado de trabalho (Araújo *et al.*, 2021, p. 2). Esse tipo de enfoque tende a ver a expansão por si só como positiva, orientando-se pela lógica do capital humano, que vê a Educação como um investimento individual e societal (Peixoto; Araújo; Zientarski, 2018).

O neoliberalismo é uma perspectiva econômica e política que valoriza a desregulação, a privatização e a eficiência de mercado em quase todas as esferas sociais, incluindo a da Educação. No contexto da Educação, o enfoque epistemológico aplicado ao estudo do neoliberalismo influencia diretamente a forma como essa ideologia é analisada. Por um viés crítico, ele pode adotar uma metodologia etnográfica ou estudos de caso qualitativos para ajudar na compreensão de como as práticas neoliberais impactam o cotidiano das IES, alterando o papel dos docentes e as experiências discentes. Assim, permite identificar as implicações da adoção de lógicas de mercado em ambientes acadêmicos, como o aumento da competitividade e a meritocracia, assim como a redução dos subsídios financeiros em áreas que são avaliadas como de baixa rentabilidade ou de alto custo de operação.

Por outro lado, uma abordagem positivista, que aplica uma perspectiva quantitativa, poderia examinar o impacto de práticas neoliberais, como a privatização da Educação ou a adoção de *vales educacionais*, sobre a eficiência e os custos do sistema educacional. Esse enfoque tende a tratar a Educação como uma mercadoria, buscando demonstrar que a introdução de mecanismos de mercado torna as instituições de ensino mais adaptadas comercialmente, ignorando ou minimizando os impactos sociais e culturais dessas práticas.

A identificação e explicitação do enfoque epistemológico são fundamentais para que os leitores possam entender as premissas ideológicas e metodológicas que guiam a pesquisa. Ao declarar explicitamente o enfoque epistemológico, o pesquisador assegura que o leitor possa situar seus estudos em um contexto mais amplo, reconhecendo as limitações

e os vieses que cada abordagem metodológica e epistemológica impõe, contribuindo para um debate acadêmico mais transparente e honesto.

Portanto, a identificação, compreensão e explicitação do enfoque epistemológico são essenciais para o rigor acadêmico, garantindo que os estudos não apenas contribuam para o avanço do conhecimento, mas também estimulem a crítica e a reflexão sobre as bases teóricas e práticas que fundamentam a pesquisa. Em temas como financeirização, expansão da Educação e neoliberalismo, essa clareza epistemológica é crucial para que o debate sobre o presente e o futuro da Educação seja embasado em perspectivas bem fundamentadas e transparentes.

4 O *CORPUS* DO ESTUDO: AS TESES EM EDUCAÇÃO SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2013 A 2022

Este capítulo tem por objetivo primário apresentar todas as teses que foram selecionadas com a finalidade de formar uma base sólida para a posterior extração das teses que de fato participarão do estudo. Para essa seleção foram contempladas as teses correspondentes ao decênio compreendido entre os anos 2013 e 2022, inclusive, dentro da área de Educação. Após o período escolhido, foi aplicado o filtro por palavras-chave, sendo elas neoliberalismo, mercantilização, financeirização e expansão, conforme já explicitado na introdução deste estudo e descrito nas seções a seguir.

4.1 Descrição da quantificação de teses em Educação por temas e cronologia

O total de teses encontradas (Tabela 3), vinculadas aos temas propostos, atingiu a marca de 202 escritos, sendo que o maior número de produções se concentra no tema do neoliberalismo, com um total de 138 teses, bem como entre os anos de 2019 e 2020. Coincidentemente, os demais núcleos temáticos pesquisados, mercantilização, financeirização e expansão, possuem seu ápice de produção de teses nesse mesmo período. O grande número de teses com esses temas em desenvolvimento pode estar ligado ao fato de que o Brasil estava passando por alterações políticas severas, sob “a ofensiva do ideário neoliberal e os desdobramentos do pensamento reacionário-conservador”, entre 2018 e 2022, o que tornavam os temas de interesse geral da academia, quando direcionados para a área da Educação (Lagoa, 2019, p. 11).

Ademais, o tema da expansão, por sua vez, embora tenha uma quantidade maior de teses (48), mostra uma variação significativa ao longo dos anos. O pico em 2020, com 16 teses, pode refletir uma resposta ao aumento da demanda por acesso à educação durante a pandemia, evidenciando a relevância do tema em um contexto de mudanças sociais no Brasil e em nível mundial, porém, sem descuidar que a quantidade dos estudos relativos a esse tema nos permite “constatar que a expansão da Educação Superior está [mais] associada ao crescimento de um mercado” do que ao acesso à Educação (Fávero; Consaltér; Toniato, 2020, p. 17). A distribuição das teses ao longo dos anos sugere que a pesquisa na área da Educação é um assunto em voga e está em constante evolução, com um foco claro em questões relacionadas ao neoliberalismo e uma oportunidade para aprofundar o estudo de temas vinculados à mercantilização e à financeirização da Educação na atualidade e nos próximos anos.

Tabela 3 – Número total de teses pesquisadas por tema e por ano de defesa

Ano	N. de Teses por Tema (Total 202)			
	Neoliberalismo	Mercantilização	Financeirização	Expansão
2013	7	0	0	1
2014	4	0	0	4
2015	5	1	0	0
2016	6	0	1	5
2017	5	1	0	1
2018	10	0	0	1
2019	38	5	1	12
2020	43	4	3	16
2021	12	0	0	3
2022	8	0	0	5
Total	138	11	5	48
% Total	68,66	5,47	2,49	23,38

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2023a).

Acrescenta-se também que, mesmo com a presença marcante de todos os temas em períodos específicos, eles aparecem com frequência durante todo o período delimitado no estudo. Sendo assim, podemos considerar essas temáticas um estudo sistemático no campo acadêmico (Tonieto, 2018). Os temas abordados também passam a se destacar quando abordados dentro das linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Educação, com maior ou menor frequência, dependendo da abordagem de cada pesquisador, como veremos a seguir.

Mesmo que a composição do tema busque uma identificação com a linha de pesquisa do programa *stricto sensu* e que possa demonstrar o aparente caminho a ser construído na investigação, muitas vezes, não pode ser considerada como uma referência para a pesquisa, pois pode apenas servir como um conector entre um assunto e outro. Assim, os temas podem servir com norteadores ou instigadores da investigação, não levando de fato à construção do objeto de pesquisa.

4.2 Descrição dos temas de pesquisa e quantificação de teses e linhas de pesquisa

Ao se analisar os dados constantes no Tabela 4, revela-se uma predominância significativa do tema neoliberalismo nas teses e linhas de pesquisa, com 138 teses e 71 linhas de pesquisa associadas. Essa ênfase pode indicar uma forte preocupação acadêmica com as implicações do neoliberalismo no Ensino Superior, refletindo a relevância do tema nas discussões contemporâneas. Além disso, a presença de 31 instituições de Ensino Superior (IES) trabalhando nesse tópico sugere um engajamento amplo, que pode facilitar colaborações interinstitucionais e um intercâmbio de ideias mais consistentes entre os pesquisadores.

Entretanto, os temas mercantilização e financeirização apresentam uma quantidade muito menor de teses e linhas de pesquisa, com apenas 11 e 5, respectivamente. Isso pode indicar que, embora esses temas sejam importantes, eles não atraem o mesmo nível de interesse ou pesquisa que o do neoliberalismo. A escassez de teses sobre mercantilização pode sinalizar uma necessidade de aprofundamento e exploração teórica nesse campo, dado que a mercantilização da Educação é uma preocupação crescente no cenário global. A financeirização, por sua vez, parece ser um tema ainda menos abordado, o que pode refletir um espaço fértil para futuras investigações.

Tabela 4 – Quantidade de teses por tema, linha de pesquisa e IES

Tema	Qtd. de Teses	Qtd. de Linhas de Pesquisa	Qtd. de IES
Neoliberalismo	138	71	31
Mercantilização	11	10	7
Financeirização	5	5	4
Expansão	48	27	22
Total	202	113	64

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2023a) e Repositório de Teses das Universidades.

Por fim, o tema expansão apresenta um número intermediário de teses e linhas de pesquisa, com 48 teses e 27 linhas. Essa distribuição sugere que a expansão do Ensino Superior é uma área de interesse considerável, possivelmente relacionada com as tendências de aumento no acesso e na inclusão educacionais. Com 22 IES envolvidas, esse tema também mostra potencial para desenvolver debates no âmbito da academia e de práticas colaborativas entre academia e sociedade. No geral, os dados apontam para uma necessidade de diversificação nas pesquisas acadêmicas, incentivando um maior foco em temas menos explorados, como a mercantilização e a financeirização da Educação.

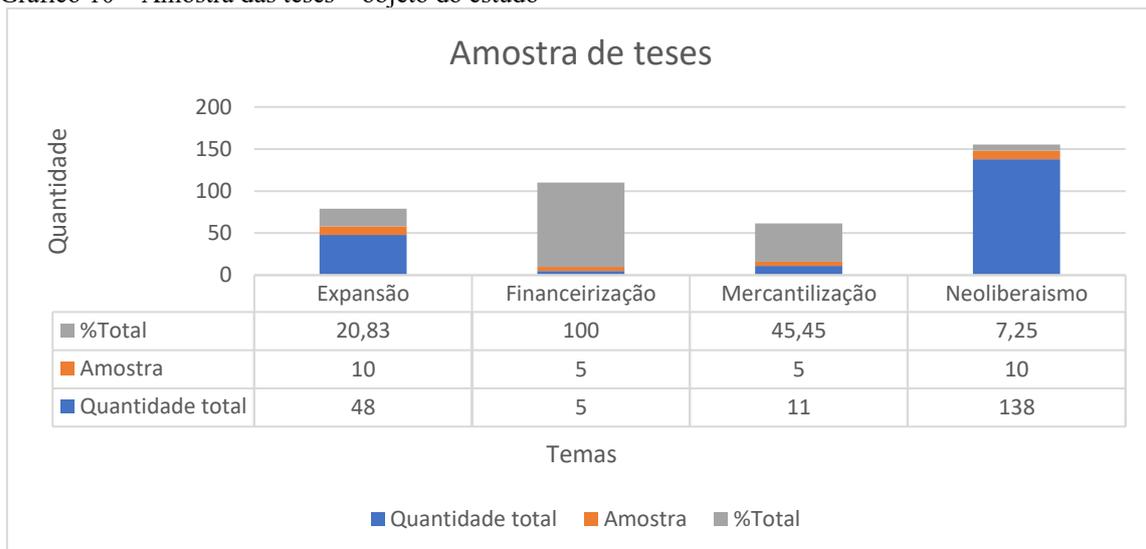
4.3 Composição do objeto de estudo – características das teses em Educação no período compreendido entre 2013-2022

Para o período compreendido entre os anos de 2013 e 2022, os Programas de pós-graduação em Educação produziram 202 teses com temas sobre financeirização da Educação, mercantilização da Educação, neoliberalismo e expansão do Ensino Superior no Brasil. Por tratar-se de um número expressivo de teses, optou-se, para este estudo, pela seleção de uma amostra aleatória, que, segundo Martins Junior (2017), pode ser assim denominada quando sua composição for realizada por meio de sorteio, escolha ao acaso ou processo fidedigno de escolha.

Para uma análise inicial serão selecionadas 30 teses, com um recorte entre os temas (Gráfico 10), visto que as quantidades de teses são diferentes para cada tema abordado, buscando-se, assim, balancear o foco da investigação, permitindo uma visão mais ampliada dos fenômenos a serem analisados em um contexto nacional. Para as temáticas constituídas por uma quantidade maior de teses, neoliberalismo e expansão do Ensino Superior, optou-se pela seleção de dez teses; e para as que apresentam uma menor quantidade, financeirização e mercantilização, foram selecionadas cinco teses. Não foram levadas em consideração as composições referentes a linha de pesquisa, ano ou instituição de ensino.

Cabe ressaltar que, juntos, os temas da pesquisa podem oferecer uma visão abrangente dos desafios e dilemas atuais na Educação, e que esses temas, quando inter-relacionados, podem gerar tensões que exijam soluções políticas e organizacionais de elevada complexibilidade e presteza.

Gráfico 10 – Amostra das teses – objeto do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por fim, mantendo os critérios de seleção já identificados, não existe a garantia de que todas as teses inicialmente selecionadas terão identificados em seus escritos os posicionamentos, as perspectivas e os enfoques epistemológicos. Nesses casos, far-se-á necessária uma leitura atenta de cada tese, com o objetivo de perceber a sensibilidade de cada autor com referência a cada uma das três bases que compõem o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional.

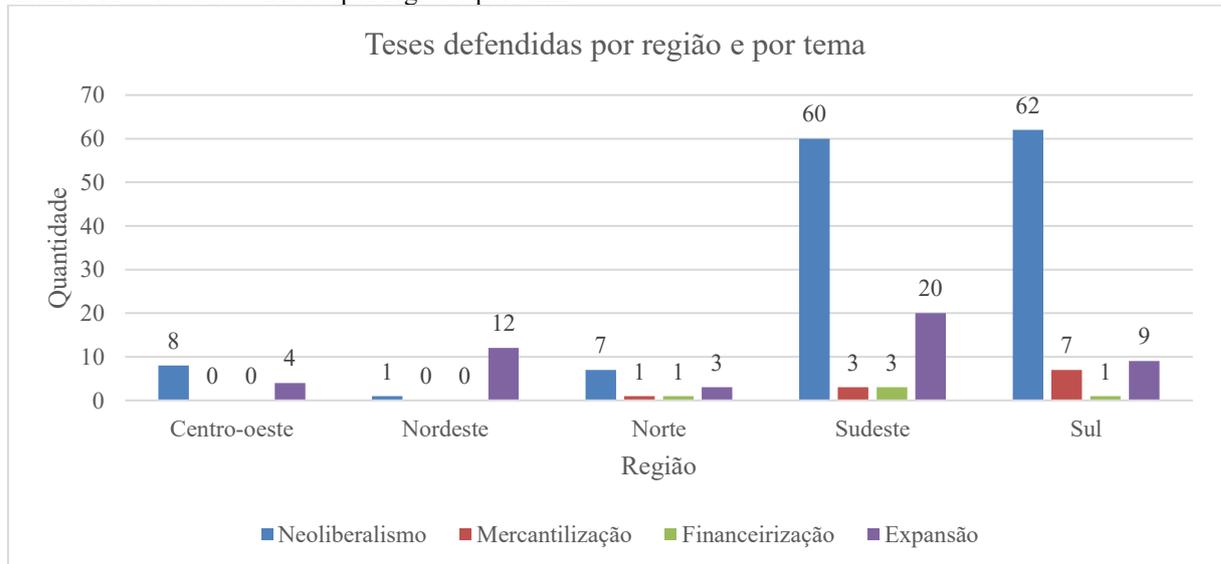
Objetivando uma percepção de qual posicionamento, perspectiva e enfoque epistemológico os autores das teses irão abordar em seus escritos, há de se considerar que tal recorte possa orientar para que a pesquisa se constitua em um material confiável e robusto,

apontando com precisão sobre qual entendimento de tais questionamentos os autores fazem suas ponderações e orientam suas investigações. Esse será o tema da análise e discussão do capítulo a seguir.

5 A ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS, DAS PERSPECTIVAS E DOS ENFOQUES EPISTEMETODOLÓGICOS NAS TESES EM EDUCAÇÃO SOBRE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2013 A 2022

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar os resultados das análises das 30 teses selecionadas e que compõem o presente estudo. Como o *corpus* total de teses (202) abrange a totalidade de regiões do Brasil, optamos por fazer uma seleção em que as teses a serem analisadas contemplassem todas as cinco regiões do Brasil. No Gráfico 11, fica explicitada a composição numérica de cada região do Brasil em que são contemplados os temas de estudo neoliberalismo, financeirização do Ensino Superior, mercantilização do Ensino Superior e expansão do Ensino Superior, sendo que os estudos foram realizados no período compreendido entre os anos de 2013 e 2022, inclusive. Pode ser observado também que nem todos os temas levantados constam em regiões específicas, porém, no geral, todas as regiões serão evidenciadas em um ou mais temas. Essa delimitação se justifica pelo fato de que, ao analisarmos estudos de todas as regiões do Brasil, a pesquisa se torna mais abrangente, apontando com maior precisão as características epistemológicas de cada tese e confrontando região e tema de pesquisa de cada autor.

Gráfico 11 – Teses defendidas por região e por tema



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Partindo do pressuposto de que foram selecionadas 30 teses para análise, conforme demonstrado no Gráfico 10, procede-se à definição dos critérios de seleção desses estudos. De acordo com os critérios estabelecidos, a distribuição das teses por região do Brasil e por

temática está representada na Figura 1. Por fim, no que tange ao tema expansão, a região Centro-Oeste e a região Norte contam com um estudo cada; a região Nordeste apresenta dois estudos; e as regiões Sudeste e Sul possuem três estudos cada, perfazendo um total de dez pesquisas sobre o tema.

O Gráfico 11 apresentado ilustra a distribuição das teses defendidas nas diferentes regiões do Brasil, categorizadas de acordo com quatro temas principais: neoliberalismo, mercantilização, financeirização e expansão. A análise desses dados permite compreender as tendências regionais no campo da pesquisa acadêmica e a ênfase dada a determinados aspectos do Ensino Superior no Brasil.

Inicialmente, observa-se uma forte predominância do tema neoliberalismo, especialmente nas regiões Sudeste (60 teses) e Sul (62 teses). Isso sugere que essas regiões concentram um número expressivo de pesquisas voltadas para a análise crítica das políticas neoliberais no Ensino Superior. Essa tendência pode estar relacionada à presença de universidades públicas e centros de pesquisa que historicamente têm se debruçado sobre essa temática, além de uma maior influência de correntes teóricas críticas nessas regiões.

O segundo tema mais abordado no Gráfico 11 é expansão, com destaque para a região Sudeste (20 teses), seguida pelas regiões Sul (nove teses), Nordeste (12 teses) e Centro-Oeste (quatro teses). Esses dados indicam um interesse considerável na investigação das políticas de expansão do Ensino Superior, que se intensificaram nas últimas décadas, especialmente por meio de programas como Reuni, FIES e ProUni. A alta incidência de pesquisas na região Sudeste pode ser explicada pelo fato de que essa região abriga muitas instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, que foram impactadas por tais políticas.

Já os temas mercantilização e financeirização apresentam menor incidência nas pesquisas acadêmicas, embora possuam um número significativo de estudos em determinadas regiões. Mercantilização aparece de forma mais expressiva no Nordeste (uma tese), Norte (uma tese), Sudeste (três teses) e Sul (sete teses), o que evidencia um interesse moderado na análise da transformação da Educação em mercadoria. Financeirização, por sua vez, apresenta números mais reduzidos em todas as regiões, com um leve destaque no Norte (três teses), indicando um interesse específico nessa região sobre os impactos do capital financeiro na Educação.

A região Centro-Oeste apresenta um número reduzido de teses defendidas em comparação às demais regiões. O tema neoliberalismo lidera as pesquisas nessa região (oito teses), enquanto expansão aparece em menor quantidade (quatro teses). Não há registros de pesquisas sobre mercantilização ou financeirização nessa região, o que pode indicar uma menor

concentração de pesquisadores focados nesses temas ou uma menor incidência de fenômenos relacionados ao capital financeiro no Ensino Superior do Centro-Oeste.

O Nordeste apresenta um padrão semelhante ao do Centro-Oeste, porém com um número levemente maior de teses sobre expansão (12 teses), o que sugere um interesse regional maior sobre os impactos das políticas de ampliação do Ensino Superior. Esse resultado pode estar relacionado à implementação de novos campi universitários e ao crescimento das universidades federais na região, impulsionados por políticas de inclusão educacional.

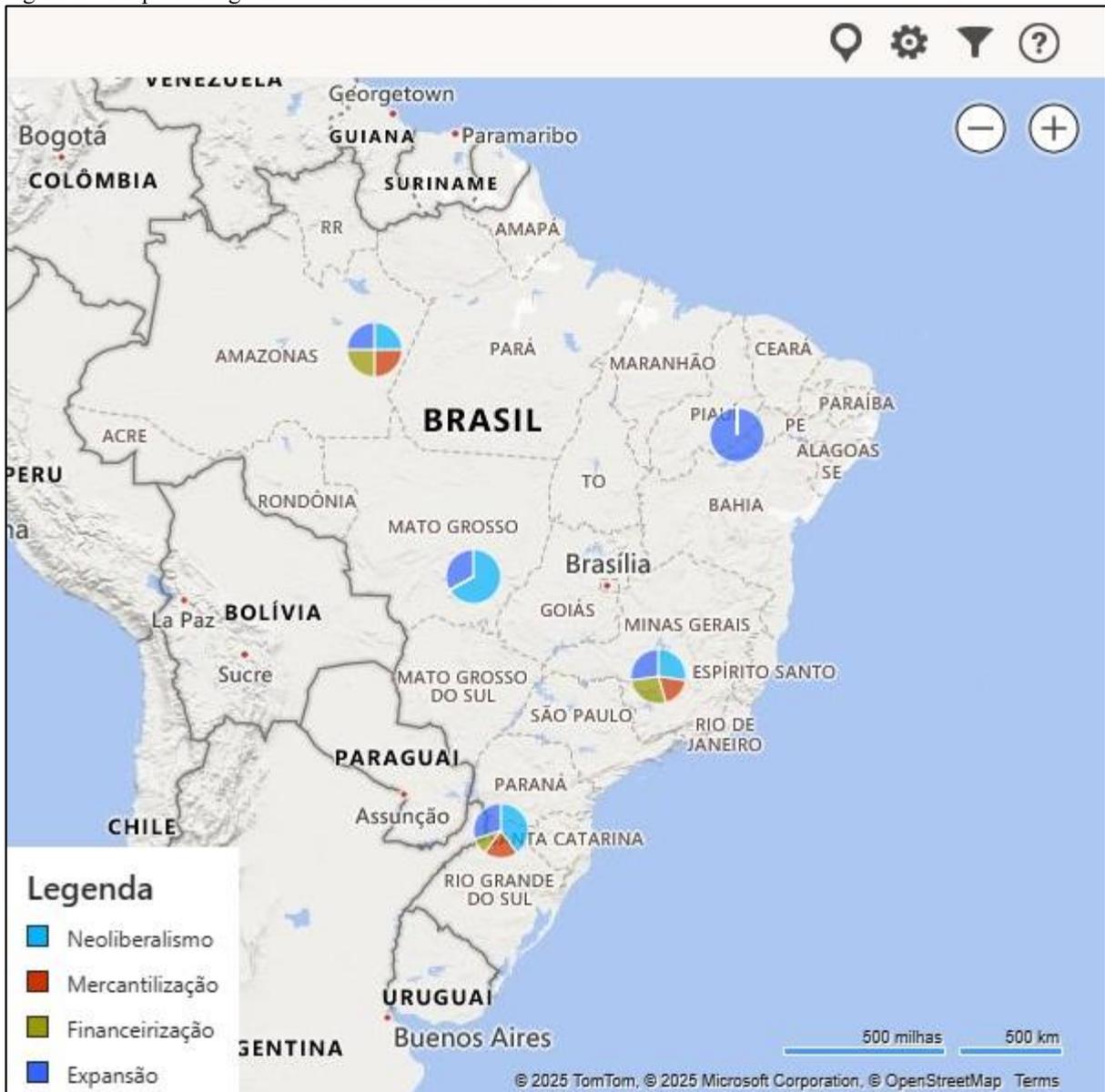
A região Norte apresenta um número reduzido de pesquisas em todos os temas, sendo o destaque o tema expansão (três teses). O fato de a região possuir menor número de universidades e centros de pesquisa pode influenciar esses dados, resultando em uma menor produção acadêmica sobre esses temas.

A análise comparativa entre as regiões revela que há uma concentração significativa de pesquisas sobre neoliberalismo e expansão no Sudeste e Sul, indicando um viés acadêmico mais crítico nessas regiões. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam menor quantidade de pesquisas, o que pode estar relacionado a fatores estruturais, como a menor presença de programas de pós-graduação voltados para essas temáticas.

Além disso, os temas financeirização e mercantilização são menos abordados em todas as regiões, o que pode indicar um espaço a ser explorado por futuras pesquisas acadêmicas. A financeirização, por exemplo, é um fenômeno crescente no Ensino Superior brasileiro, com a expansão de grupos educacionais privados e a entrada do capital financeiro no setor. Assim, a baixa incidência de estudos sobre esse tema sugere a necessidade de maior investigação acadêmica sobre seus impactos.

Por fim, o Gráfico 11 claramente evidencia que as pesquisas sobre Ensino Superior no Brasil estão regionalmente concentradas, nas regiões Sudeste e Sul, enquanto outras regiões ainda apresentam um número reduzido de estudos. Esse panorama reforça a importância de ampliar as pesquisas em regiões historicamente menos contempladas, a fim de proporcionar uma compreensão mais abrangente das transformações e dos desafios do Ensino Superior no Brasil.

Figura 1 – Mapa das regiões do Brasil e temas de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Definidas as quantidades de teses a serem analisadas, tendo como critérios de seleção os temas escolhidos e as regiões do Brasil, procede-se com a escolha das teses com o intuito de, por meio da leitura detalhada e analítica dos textos, extrair os dados, organizá-los em planilhas e posteriormente analisá-los. Nos quatro tópicos a seguir serão detalhados os achados da pesquisa e a análise lastreada no referencial teórico já desenvolvido nesta pesquisa.

5.1 Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre neoliberalismo

A pesquisa acadêmica sobre políticas educacionais e formação universitária abrange uma ampla gama de abordagens epistemológicas e metodológicas, refletindo a complexidade e a diversidade dos fenômenos educacionais analisados. Corroborando com essa afirmação, Mainardes (2016, p. 2) ressalta que o “campo acadêmico da Política Educacional é ainda recente e em estágio de expansão e consolidação em termos de referenciais teórico-metodológicos”. No conjunto de teses examinadas, observa-se uma predominância do viés crítico, expressa por diferentes correntes teóricas, como o marxismo, o pós-estruturalismo, o pluralismo e o humanismo. Essas perspectivas oferecem distintas formas de compreender e problematizar os desafios e impactos das políticas educacionais, permitindo “construir e implantar novas epistemologias a fim de repensá-las a partir de uma ousadia científica, permitindo construir um novo caminho epistemológico” (Tello, 2013, p. 29).

Do ponto de vista do enfoque epistemológico, destacam-se abordagens como a Análise do Discurso Crítica (ADC) e a Abordagem do Ciclo de Políticas, que possibilitam uma investigação detalhada dos processos de formulação, implementação e recepção das políticas educacionais. A articulação entre epistemologias diversas evidencia o caráter dinâmico e multidimensional da pesquisa em Educação, “constituindo um arsenal bastante profícuo” para que, por meio de metanálise, sejam desenvolvidas investigações em Política Educacional (Moreira, 2017, p. 2). Nesse contexto, a presente análise examina as teses selecionadas, identificando suas principais contribuições teóricas e empíricas, com o objetivo de entender e evidenciar de que maneira diversas abordagens se relacionam e desafiam a geração de saberes acadêmicos acerca da Educação no Brasil.

Quadro 6 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre neoliberalismo no Ensino Superior

<i>Teses</i>	<i>Perspectiva epistemológica</i>	<i>Posicionamento epistemológico</i>	<i>Enfoque epistemológico</i>	<i>Principais temas</i>
<i>TN24 – Mônica Fernanda Botiglieri Moretti</i>	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Impacto do Banco Mundial na formulação de políticas educacionais para o campo
<i>TN37 – Monica Knöpker</i>	Pós-Estruturalismo	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Atuação de organizações da sociedade civil na formação de professores
<i>TN40 – Rosenei Cella</i>	Marxista	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Impacto da EC 95 no financiamento da Educação pública

TN64 – Ana Paula Ribeiro de Sousa	Marxista	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Expansão e interiorização da UFMA no contexto do Reuni
TN96 – José Augusto de Melo Neto	Pluralismo	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Implementação de políticas de tecnologia educacional na Amazônia
TN110 – Rodrigo Meleu das Neves	Positivismo e Pluralismo	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Transformações do FIES e impactos no Ensino Superior
TN121 – Rejinaldo José Chiaradia	Pós-Estruturalismo e Psicanálise	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Formação da subjetividade neoliberal no ambiente educacional
TN125 – Henrique Safady Maffei	Pós-Estruturalista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Universidade como espaço de resistência e epistemologias do Sul
TN131 – Adriel Paulo Scolari	Humanismo e Pós-Estruturalismo	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Formação universitária e a influência do pensamento de Martha Nussbaum
TN135 – Luiz Claudio Batista de Oliveira	Marxista/ Humanista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Percepção dos estudantes sobre a formação universitária em tempos neoliberais

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise das teses selecionadas, que compõem o Quadro 6, evidencia a diversidade de perspectivas epistemológicas empregadas na investigação sobre políticas educacionais e formação universitária. Nota-se uma predominância da abordagem crítica, com diferentes referenciais teóricos e metodológicos que influenciam a interpretação dos fenômenos educacionais analisados. Dentre as principais perspectivas epistemológicas adotadas, destacam-se o marxismo, o pós-estruturalismo, o pluralismo e o humanismo, cada uma proporcionando contribuições significativas para o campo da Pesquisa Educacional.

No que se refere às teses com orientação marxista, há um foco na crítica às políticas educacionais sob a ótica das desigualdades estruturais e do impacto do neoliberalismo. A tese de Moretti (TN24) analisa a influência do Banco Mundial na formulação de políticas educacionais para o campo, evidenciando o “modelo de subjetivação do capital, determinando a generalização da concorrência, ordenando um modelo [...] marcado e alterando a lógica das políticas públicas” (Fávero; Bechi, 2019, p. 3). Cella (TN40) investiga as implicações da Emenda Constitucional 95 no financiamento da Educação pública, destacando os desafios impostos pelo congelamento de investimentos ao setor educacional. Sousa (TN64), por sua vez, discute a expansão e interiorização da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no contexto do Reuni, revelando os efeitos das políticas públicas de ampliação do Ensino Superior.

A perspectiva epistemológica pós-estruturalista é central em diversas pesquisas, com forte ênfase na Análise do Discurso Crítica (ADC). Knöpker (TN37) explora a atuação de

organizações da sociedade civil na formação de professores, problematizando a influência dessas entidades na produção de subjetividades docentes. Maffei (TN125) examina a universidade como espaço de resistência e as epistemologias do Sul, discutindo a contestação dos saberes hegemônicos no ambiente acadêmico. Scolari (TN131), por outro lado, investiga a formação universitária a partir do pensamento de Martha Nussbaum, apontando para um viés humanista na reflexão sobre o Ensino Superior, que busca instruir os indivíduos a se tornarem mais humanos, percebendo os outros não como inimigos, mas como semelhantes (Scolari, 2022).

O pluralismo epistemológico surge em algumas pesquisas como estratégia para se compreender a complexidade dos fenômenos educacionais. Melo Neto (TN96) analisa a implementação de políticas de tecnologia educacional na Amazônia, adotando a Abordagem do Ciclo de Políticas para evidenciar as relações entre diferentes atores e contextos. Já Neves (TN110) uni de modo harmonioso o positivismo e o pluralismo na ânsia de discutir as reformulações do FIES e suas implicações no Ensino Superior, demonstrando como distintos arquétipos podem contribuir para pontos de vista mais abrangentes na Política Educacional.

Nos campos da Psicanálise e do Pós-Estruturalismo, Chiaradia (TN121) faz uso da conceituação psicanalítica do discurso capitalista, investigando a formação da subjetividade neoliberal no ambiente educacional. Essa abordagem permite compreender os processos subjetivos envolvidos na conformação das identidades acadêmicas e profissionais, articulando questões de poder e desejo no contexto educacional contemporâneo.

A Análise do Discurso Crítica (ADC) se configura como um método recorrente nas pesquisas, especialmente naquelas de matriz marxista e pós-estruturalista. Oliveira (TN135) investiga a percepção dos estudantes sobre a formação universitária em tempos neoliberais, utilizando a ADC para evidenciar os efeitos das políticas educacionais na experiência discente. Essa metodologia também está presente em trabalhos como os de Moretti (TN24) e Maffei (TN125), que analisam discursos institucionais e acadêmicos para compreender os processos de subjetivação e resistência.

As argumentações examinadas evidenciam uma predominância de uma perspectiva crítica, evidenciando o engajamento dos pesquisadores na reflexão sobre as políticas educacionais e suas implicações sociais. Essa abordagem crítica se manifesta tanto nas pesquisas de base marxista, que ressaltam a perpetuação das desigualdades estruturais, quanto nas análises pós-estruturalistas, que problematizam os sistemas de verdade e os processos de formação da subjetividade.

Os principais temas investigados, detalhados no Quadro 6, demonstram uma preocupação com as transformações contemporâneas da Educação, como as tecnológicas, incluindo a influência de organismos internacionais, a mercantilização do Ensino Superior e os impactos das políticas sociais e educacionais. Acrescenta-se, também, um olhar mais direcionado para as formações docente e discente, explorando desde a atuação de organizações da sociedade civil até a construção de subjetividades no ambiente acadêmico.

A abordagem do Ciclo de Políticas é amplamente utilizada para examinar a implementação e os impactos das políticas educacionais. Trabalhos como os de Cella (TN40), Sousa (TN64), Melo Neto (TN96) e Neves (TN110) demonstram a relevância dessa perspectiva analítica, permitindo uma compreensão mais processual e dinâmica das políticas públicas.

Em síntese, a análise das teses evidencia a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas na Pesquisa Educacional contemporânea. Embora haja uma predominância do viés crítico, observa-se um diálogo entre diferentes abordagens, enriquecendo as interpretações sobre os desafios e as transformações da Educação no Brasil. Essa diversidade analítica contribui para um entendimento mais aprofundado das políticas educacionais e de seus efeitos na sociedade, o que nos leva a entender que “os fundamentos teóricos e epistemológicos de uma pesquisa em política educacional devem permitir a compreensão de um objeto de estudo e não meramente a descrição” (Tello; Mainardes, 2015, p. 155).

5.2 Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre expansão do Ensino Superior

Nas últimas décadas, o Ensino Superior no Brasil passou por transformações estruturais impulsionadas pela ascensão do neoliberalismo como paradigma econômico e político. O processo de mercantilização e financeirização do Ensino Superior se consolidou por meio de políticas públicas que favoreceram a expansão do setor privado, a adoção de modelos gerenciais na administração universitária e a crescente dependência de financiamento estudantil, como o FIES e o ProUni.

Paralelamente, universidades públicas passaram por processos de expansão territorial e aumento das matrículas, como no caso do Reuni, sem, contudo, receberem investimentos proporcionais em infraestrutura e valorização docente. Diante desse cenário, os estudos compreendidos entre Araújo (TE4) e Fachinetti (TE45) analisam, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, os impactos dessas transformações na estrutura universitária, nas condições de trabalho docente e na experiência discente. Ao analisarmos esse conjunto de

pesquisas composto por dez teses sobre a expansão do Ensino Superior, constatamos que grande parte delas, em um total de seis, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, adotando uma leitura crítica das reformas educacionais a partir da relação entre capital, Estado e Educação.

Além disso, algumas abordagens incorporam elementos da Análise do Discurso Crítica, assim como a Abordagem do Ciclo de Políticas e o Enfoque das Epistemologias da Política Educativa, especialmente nos estudos que investigam a construção de subjetividades no Ensino Superior e as estratégias discursivas que legitimam as mudanças institucionais. A presente análise comparativa examina os principais enfoques epistemológicos, os posicionamentos críticos e as perspectivas epistemológicas adotadas nesses estudos, destacando suas contribuições para a compreensão do avanço do neoliberalismo no Ensino Superior brasileiro.

A partir da leitura das pesquisas, emergem temas como a expansão e a financeirização da Educação, a precarização do trabalho docente e a influência de organismos transnacionais, apontando desafios e possibilidades de resistência diante do modelo educacional profissionalizado e com viés privatista. Assim, a análise aprofundada desses estudos busca evidenciar os principais debates e as principais tendências identificados nas pesquisas, contribuindo para a reflexão crítica sobre o presente e o futuro do Ensino Superior no Brasil.

Quadro 7 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre expansão do Ensino Superior

<i>Teses</i>	<i>Perspectiva epistemológica</i>	<i>Posicionamento epistemológico</i>	<i>Enfoque epistemológico</i>	<i>Principais temas</i>
<i>TE4 – Suêlde de Araújo</i>	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Expansão da educação à distância no Brasil.
<i>TE5 – Moacir Gubert Tavares</i>	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica (Estudo de Caso)	Institutos federais e disputa entre ensino público e privado.
<i>TE8 – Cristiane Hoffmann Moreira</i>	Marxista	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Regulação e otimização da expansão universitária.
<i>TE13 – Maize Sousa Virgolino de Araújo</i>	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Expansão do Ensino Superior e desafios institucionais.
<i>TE15 – André Moura Blundi Filardi</i>	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Expansão do Ensino Superior no Brasil e influência do capital.
<i>TE22 – Diego Bechi</i>	Marxista	Crítico	Enfoque das Epistemologias da Política Educativa EEPE	Políticas públicas e financiamento do Ensino Superior.

TE25 – Elourdie Macena Correa de Lima	Marxista	Crítico	Abordagem do Ciclo de Políticas	Analisa o Programa Universidade para Todos (ProUni), que se insere na temática das políticas de expansão e acesso ao Ensino Superior.
TE34 – Oreste Preti	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Educação à distância e cooperação Sul-Sul.
TE41 – Edilene Souza da Silva Neves	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Expansão do Ensino Superior privado via financiamento público.
TE45 – Tamiris Aparecida Fachinetti	Marxista	Crítico	Análise do Discurso Crítica	Expansão universitária via Reuni e índices de evasão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos estudos compreendidos entre Araújo (TE4) e Fachinetti (TE45), demonstrados no Quadro 7, revela uma predominância de posicionamentos críticos voltados à compreensão das transformações no Ensino Superior no contexto da expansão. Por meio de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, os trabalhos de Tavares (TE5), Filardi (TE15) e Lima (TE25) analisam em sequência a criação e implantação dos institutos federais, a expansão das universidades públicas e privadas dentro de um contexto histórico e a inserção do ProUni na temática das políticas de expansão. Já o estudo de Neves (TE41) tende a discutir a expansão do Ensino Superior privado no Brasil, expondo essa forma de expansão como política social associada ao financiamento público, “criando uma relação social dialética derivada de uma relação contratual” (Neves, 2021, p. 220).

Os estudos defendidos por Araújo (TE4), Moreira (TE8) e Araújo (TE13) possuem similaridade em seus objetivos, visto que apontam o processo de expansão do Ensino Superior em instituições públicas. Essas pesquisas evidenciam desde a criação de um novo curso à distância (TE4), passando pela expansão de uma instituição de ensino (TE13) até a análise de leis que viabilizam suas implantações (TE8), enquanto marco legal e temporal na regulação da política de expansão do Ensino Superior. O estudo desenvolvido por Preti (TE34) analisa um programa criado pelo Brasil em parceria com Moçambique, país localizado no continente africano, que visava à formação de professores moçambicanos para atuação em escolas públicas. A parceria fazia parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, mesmo sob a tutela da CAPES, não se transformou em política de Estado, acabou fragilizada e a parceria foi encerrada de forma unilateral pelo Brasil em 2014 (Preti, 2020, p. 457).

As análises feitas por Bechi (TE22) e Fachinetti (TE45) abordam a formação da subjetividade dos professores do Ensino Superior dentro do contexto de crescimento do

neoliberalismo dominante. Elas também levantam questões sobre as condições de infraestrutura e corpo docente nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, evidenciando a deterioração das condições de trabalho dos docentes e suas repercussões (Bechi, 2019; Fachinetti, 2022).

Outro ponto importante destacado nas pesquisas é a precarização das atividades docentes no Ensino Superior, especialmente em instituições privadas. Bechi (TE22) e Fachinetti (TE45) discutem a intensificação do trabalho dos professores, ressaltando o aumento das demandas administrativas, a flexibilização das relações de emprego e a maior dependência de plataformas digitais. Preti (TE34) também enriquece essa conversa ao investigar as estratégias retóricas que as instituições educacionais empregam para validar a adoção de novos modelos de gestão, complementando com a transferência de saberes e tecnologias que impõem a necessidade de um aprendizado mais ágil e qualificado.

Indo ao encontro dessas constatações, Peixoto, Araujo e Zientarski (2018, p. 145) afirmam:

Na contramão desta teoria, deve-se compreender que a lógica do “investimento em si mesmo” conduz ao engodo de que o indivíduo é o responsável exclusivo por seu sucesso ou fracasso em um sistema excludente como o capitalista. Este princípio afirma a lógica da mercantilização do próprio homem, visto como capital, o que assevera a ideia de que o *Capital Humano* agudiza a crescente precarização educacional com os princípios de *reprodução societal* marcada pela individualidade egoísta.

Embora haja variações, em todos os estudos sobre a expansão do Ensino Superior, quanto às abordagens específicas, observa-se um eixo comum de crítica à subordinação, quase que compulsória, do Ensino Superior aos interesses do capital, tanto público (Governo Federal) quanto privado (fundos de investimento internacionais).

Do ponto de vista epistemológico, a maioria dos estudos se fundamenta no materialismo histórico-dialético, evidenciando um viés marxista na análise das políticas educacionais e das relações sociais no Ensino Superior. Isso é evidente em pesquisas como as de Tavares (TE5), Moreira (TE8), Araújo (TE13) e Filardi (TE15), que examinam a expansão do Ensino Superior sob a ótica da acumulação de capital. Por outro lado, alguns trabalhos incorporam elementos da Análise do Discurso Crítica (ADC), como os de Preti (TE34) e Lima (TE25), que analisam as justificativas discursivas utilizadas para a legitimação da financeirização e oligopolização do Ensino Superior.

Em termos de posicionamento epistemológico, os estudos demonstram um forte viés crítico às reformas educacionais neoliberais, destacando os efeitos da privatização, da regulação

estatal em prol do mercado e da precarização das condições de ensino e trabalho. O estudo de Neves (TE41), por exemplo, investiga a relação entre o ordoliberalismo¹ e a financeirização do Ensino Superior, argumentando que a estrutura regulatória favorece a concentração de capital no setor educacional privado. Da mesma forma, Bechi (TE22) e Fachinetti (TE45) analisam como as mudanças na gestão universitária resultam na intensificação do trabalho docente, alinhando-se a tendências de precarização do ensino.

Em relação aos procedimentos metodológicos, há uma diversidade de abordagens. Estudos como os de Tavares (TE5) e Filardi (TE15) utilizam uma análise documental, histórica e estatística, centrada na legislação educacional e em questões políticas e econômicas inerentes ao setor público e ao setor privado educacional. Por conseguinte, Moreira (TE8) se utiliza de um estudo de caso, associado à pesquisa documental e descritiva, e Araújo (TE13) combina métodos qualitativos, como revisão bibliográfica, análise documental e métodos quantitativos, associados às entrevistas semiestruturadas para examinar a expansão das universidades e dos institutos federais.

A influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, na formulação de políticas educacionais também é amplamente debatida. Estudos como os de Preti (TE34) e Neves (TE41) demonstram que tais instituições promovem um modelo de Ensino Superior baseado em eficiência, competitividade e alinhamento com as demandas do mercado, muitas vezes em detrimento da função social e emancipatória da Educação. O estudo de Preti (TE34) foca na cooperação educacional Brasil-Moçambique e nos discursos de desenvolvimento adotados por países latino-americanos ao implementarem reformas inspiradas em diretrizes internacionais.

Além das preocupações sobre estruturas e finanças, algumas pesquisas focam na análise das vivências e da subjetividade dos indivíduos envolvidos no Ensino Superior, sejam eles professores ou alunos. A pesquisa de Fachinetti (TE45) apresenta as opiniões da administração acadêmica sobre as alterações institucionais em relação à evasão escolar e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), enquanto Araújo (TE4) e Moreira (TE8) investigam como os alunos experienciam a expansão universitária e suas repercussões na qualidade do aprendizado, especialmente em instituições de ensino público federal. A ampliação do Ensino Superior no Brasil, em especial através de iniciativas como o Reuni e o FIES, também é um tópico amplamente debatido.

¹ O prefixo ordo- expressa “ordem interna” em oposição à forma de “ordem de fora”. Este último é considerado pressuposto do liberalismo clássico quanto à concepção do mercado como uma “ordem natural” da sociedade, uma concepção naturalista que adentra o campo analítico da Economia Política clássica (Neves, 2021, p. 63).

As pesquisas de Araújo (TE13) e Filardi (TE15) mostram que, embora essas políticas tenham facilitado o acesso ao Ensino Superior, não foram seguidas de investimentos adequados em infraestrutura e valorização do trabalho dos professores, resultando em uma degradação da formação e um aumento na evasão de alunos. Essa crítica é especialmente notável nas dissertações de Neves (TE41), que consideram como a dependência de financiamento privado pode afetar a autonomia das universidades, acentuando as desigualdades no acesso ao Ensino Superior e trazendo consequências indesejáveis para a comunidade universitária.

A análise dos estudos de Araújo (TE4) ao de Fachinetti (TE45) revela um conjunto robusto de pesquisas que convergem para a crítica ao modelo neoliberal de Ensino Superior. A predominância do materialismo histórico-dialético, da perspectiva marxista e da Análise do Discurso Crítica reflete o compromisso dessas pesquisas com uma leitura estruturada das transformações educacionais, considerando tanto as dinâmicas econômicas quanto os efeitos da expansão do Ensino Superior no Brasil. O aprofundamento dessas análises sugere que as universidades brasileiras enfrentam um dilema entre a expansão do acesso e a sustentabilidade de um modelo que preserve a qualidade e a autonomia acadêmicas.

Por fim, os estudos indicam que a resistência às políticas neoliberais no Ensino Superior ainda é um campo em disputa. Algumas pesquisas sugerem que há brechas para a construção de alternativas ao modelo mercadológico de Educação, que condicionou as políticas educacionais aos moldes da racionalidade financeira, como apontado nas teses de Bechi (TE22) e de Preti (TE34), que defendem a importância da autonomia universitária e de políticas públicas inclusivas para garantir uma Educação democrática e de qualidade. Nesse sentido, os trabalhos evidenciam que a luta por uma Educação emancipatória segue como um dos desafios centrais para a pesquisa e a atuação no campo acadêmico.

5.3 Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior

As transformações no Ensino Superior brasileiro a partir do final do século XX foram fortemente impactadas pela ascensão do modelo neoliberal, caracterizado pela financeirização, mercantilização, expansão e precarização das condições de trabalho acadêmico. Nesse contexto, observa-se a ampliação da lógica empresarial na administração das universidades, a conversão da Educação em mercadoria e a crescente influência do capital financeiro na gestão e no financiamento do setor educacional. Políticas públicas como o FIES e o ProUni foram determinantes para a expansão do Ensino Superior privado, favorecendo a consolidação de

grandes conglomerados educacionais e aprofundando a dependência dos estudantes em relação ao crédito estudantil. Paralelamente, a intensificação do trabalho docente e a adoção de modelos de governança corporativa alteraram profundamente a dinâmica universitária, impondo novas exigências burocráticas, produtivistas e avaliativas aos professores.

Diante desse cenário, os estudos de Andrade (TM2) a Coelho (TM11), no Quadro 8, analisam criticamente processos de reestruturação produtiva com propósito de manutenção do sistema capitalista, aprofundando o discurso sobre o reconhecimento e a valorização do profissional docente do Ensino Superior, investigando impactos na estrutura educacional, na formação acadêmica e na autonomia universitária. Envolto em uma mesma linha de pensamento, Kohls (TM5), em uma questão mais humanista, confrontando interesses mercadológicos e de formação humana, e Neto (TM7), ressaltando a formação inicial de professores atrelada à gestão de custos, enfatizam os efeitos da financeirização e da mercantilização do Ensino Superior. Coelho (TM11) traz um olhar sobre a formação docente e as possibilidades de resistência à lógica neoliberal. Acrescenta-se, também, que tais pesquisas, fundamentadas em abordagens como o materialismo histórico-dialético, a hermenêutica, a Análise do Discurso Crítica (ADC) e a Teoria Histórico-Cultural, contribuem significativamente para a compreensão das contradições do Ensino Superior contemporâneo. Dessa forma, essa análise acurada busca sistematizar os principais achados desses estudos, destacando as tendências observadas, os desafios impostos pela reestruturação neoliberal nas instituições de Ensino Superior e as possíveis alternativas para a construção e o desenvolvimento de um ensino democrático e socialmente alicerçado.

Quadro 8 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior

<i>Teses</i>	<i>Perspectiva epistemológica</i>	<i>Posicionamento epistemológico</i>	<i>Enfoque epistemológico</i>	<i>Principais temas</i>
TM2 – Márcia Irene Pereira Andrade	Marxista	Crítica à mercantilização da Educação e precarização do trabalho docente.	Análise do Discurso Crítica	Trabalho docente no curso de Serviço Social e impactos da mercantilização.
TM4 – Isaura Maria Longo	Pluralista	Crítica às transformações das universidades comunitárias sob a lógica do mercado.	Abordagem do Ciclo de Políticas	Identidade das universidades comunitárias no Ensino Superior brasileiro.
TM5 – Rosana Cristina Kohls	Humanista	Crítica à crise das humanidades e à instrumentalização do Ensino Superior.	Análise do Discurso Crítica	Ensino Superior, democracia e importância das humanidades.
TM7 – Vicente Batista dos	Marxista	Crítica à EaD na formação docente e à	Análise do Discurso Crítica	Formação inicial de professores à distância e políticas da

<i>Santos Neto</i>		precarização da Educação pública.		Universidade Aberta do Brasil (UAB).
<i>TM11 – Grasiela Maria de Sousa Coelho</i>	Marxista	Crítica ao esvaziamento da formação docente e à instrumentalização da Educação.	Análise do Discurso Crítica	Formação docente e relação entre trabalho e desenvolvimento humano.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os estudos compreendidos entre Andrade (TM2) e Coelho (TM11), demonstrados no Quadro 8, analisam criticamente as transformações estruturais no Ensino Superior brasileiro, com ênfase nos impactos da financeirização, da mercantilização e da precarização do trabalho docente. A partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, essas pesquisas investigam a influência do capital no Ensino Superior (Andrade TM2, Kohls TM5, Neto TM7), a precarização da docência e a intensificação do trabalho acadêmico (Longo TM4, Neto TM7, Coelho TM11) e a expansão do Ensino Superior privado (Andrade TM2, Kohls TM5). Em comum, os estudos destacam o papel do Estado na viabilização da Educação como mercadoria, discutindo os efeitos das reformas institucionais sobre a qualidade da formação acadêmica, a autonomia universitária e as condições de trabalho dos professores. Em resumo, pode se constatar que por detrás desse vasto “mercado educacional” existe a presença do Estado, constituindo-se no agente mais forte dessa relação, um agente político, manejado “em prol dos interesses mercantis dos capitalistas que atuam no setor educacional” (Leher, 2021, p. 15).

No que se refere à perspectiva epistemológica, a maioria dos trabalhos segue uma abordagem materialista histórico-dialética, evidenciando uma leitura crítica das relações entre capital, Estado e Educação. A perspectiva epistemológica predominante nos estudos de Andrade (TM2), Neto (TM7) e Coelho (TM11), que examinam o processo de expansão do Ensino Superior e o consequente reflexo no trabalho docente, especificamente na valorização e no reconhecimento profissionais, é de cunho marxista. A tese de Coelho (TM11), por sua vez, traz um diferencial ao utilizar a Teoria Histórico-Cultural², enfatizando a relação entre trabalho pedagógico, desenvolvimento humano e politização da prática docente. Ao diversificarem suas pesquisas sobre a mercantilização da Educação, Longo (TM4) e Kohls (TM5) lançam um novo olhar ao abordarem uma perspectiva pluralista e humanista, respectivamente, em seus estudos. Essa fusão de olhares sobre a mercantilização da Educação nos ajuda a compreender o

² A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Lev Semionovitch Vigotski (2001), leva em consideração aspectos relacionados à interação, à linguagem, ao contexto histórico do indivíduo, às particularidades individuais, às vivências, às experiências, aos aspectos biológicos e às condições materiais. Esse teórico afirma que o homem já nasce com aptidões e capacidades tipicamente humanas de aprender a cultura e transmiti-las às futuras gerações, já que é um ser histórico-cultural (Ferreira; Schlickmann, 2022).

conhecimento científico, imbricado na fronteira entre a Ciência e a Filosofia, fazendo-nos superar os limites teóricos das nossas investigações e assimilar melhor a realidade (Tonieto, 2018).

O posicionamento epistemológico das pesquisas analisadas é predominantemente crítico ao neoliberalismo e à financeirização da Educação, apontando as consequências da adoção de um modelo de ensino gerencialista, padronizado e direcionado para um propósito mercadológico. O estudo de Andrade (TM2) traz a ideia de que o Ensino Superior passou a ser tratado como um ativo financeiro, resultando na formação de monopólios privados e na maximização dos lucros em detrimento da qualidade acadêmica e do trabalho docente. Por um outro prisma, os estudos de Longo (TM4), Neto (TM7) e de Coelho (TM11) concentram-se na precarização da carreira docente, demonstrando como a intensificação do trabalho e as novas formas de gestão universitária afetam a autonomia dos professores e a qualidade do ensino, a partir da intrincada rede de relações sociais, históricas e culturais que interfere diretamente na questão formação-trabalho. Em resumo, demonstram uma diminuição das atividades educativas críticas e reflexivas relacionadas ao aprendizado, privilegiando uma adaptação do ensino uniformizada para obter resultados determinados, que são do interesse tanto do governo quanto de parceiros privados, ignorando as verdadeiras necessidades dos estudantes e o ambiente social em que estão inseridos (Consaltér, 2021).

A precarização do trabalho docente e a intensificação do trabalho acadêmico podem ser consideradas como o aspecto central abordado nas teses que abordam a mercantilização da Educação. Longo (TM4) e Neto (TM7) analisam como a lógica neoliberal impôs novos modelos de avaliação e produtividade aos professores, reduzindo sua autonomia e aumentando as exigências burocráticas. Esses estudos indicam que as universidades passaram a operar com metas de desempenho similares às do setor corporativo, exigindo dos docentes um volume crescente de publicações, participação em projetos e cumprimento de carga horária flexível, independentemente de sua categoria administrativa, seja pública federal, estadual, municipal, privada particular, comunitária, confessional ou filantrópica.

A análise das metodologias de pesquisa adotadas revela a predominância de abordagens qualitativas, documentais e discursivas. O método utilizado por Andrade (TM2) é composto por um questionário com questões abertas, que, em suas palavras, “exigia avançar do abstrato ao concreto” (Andrade, 2017, p. 14). Já Longo (TM4) optou por uma pesquisa documental aliada a um trabalho de campo com entrevistas com gestores de instituições de ensino. Para uma melhor leitura sobre sua pesquisa, Kohl (TM5) optou por um referencial em textos clássicos na busca por uma reflexão e compreensão mais aprofundadas e baseadas nos

fundamentos da hermenêutica. Do mesmo modo, Neto (TM7) rendeu-se a uma pesquisa bibliográfica, porém baseada em obras que dissertavam sobre a educação à distância e podendo ser classificada de uma natureza aplicada e de cunho qualitativo. O estudo de Coelho (TM11) contempla uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo coletivo, articulando discussões sobre a formação docente com categorias como atividade pedagógica, desenvolvimento humano e resistência política.

Por último, as pesquisas examinadas ressaltam que a oposição às políticas neoliberais no Ensino Superior ainda enfrenta obstáculos estruturais, embora haja possibilidades para a criação de alternativas. As dissertações de Longo (TM4) e Neto (TM7) ressaltam a relevância das lutas sindicais e da união dos professores na busca por melhores condições de trabalho. Além disso, a pesquisa de Coelho (TM11) sugere uma reflexão sobre a politização na formação dos docentes e a elaboração de práticas pedagógicas que promovam a emancipação, enfatizando o papel da Educação como meio de transformação social. Simultaneamente, as investigações destacam que a luta contra a mercantilização do ensino deve ser complementada por ações que assegurem um Ensino Superior público, democrático e socialmente consciente, capaz de formar indivíduos críticos e engajados na mudança social da realidade.

5.4 Posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre financeirização do Ensino Superior

Desde 1990, o sistema de Ensino Superior no Brasil tem passado por transformações significativas estimuladas pelo crescimento do neoliberalismo, levando a um processo permanente de financeirização, comercialização e reconfiguração administrativa das instituições de ensino. A crescente atuação do capital financeiro nas universidades particulares e a implementação de práticas de gestão corporativa demonstram uma alteração importante na função social da Educação, que começa a ser entendida como um produto e não mais como um direito essencial (Mocarzel, 2019). Nesse contexto, políticas públicas como o FIES e o ProUni foram fundamentais para ampliar o acesso ao Ensino Superior, ampliando seu processo de democratização, mas também consolidando a lógica de transferência de recursos públicos para conglomerados privados, favorecendo a transferência do setor educacional para as mãos de grandes grupos empresariais privados (Miranda; Azevedo, 2020).

Diante desse cenário, os estudos demonstrados no Quadro 9 analisam criticamente essas transformações, abordando a relação entre Educação e capital sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Os estudos discutem temas centrais, como a influência dos

investidores no setor educacional de nível superior, a precarização do trabalho docente, a padronização da formação acadêmica e as contradições das políticas públicas voltadas à democratização do Ensino Superior. Dessa forma, a presente análise busca evidenciar os principais argumentos e as principais contribuições dessas pesquisas, destacando seus impactos para a compreensão das dinâmicas atuais do Ensino Superior no Brasil e as possibilidades de resistência a esse modelo de Educação orientado pela lógica da financeirização do Ensino Superior.

Quadro 9 – Demonstrativo sobre posicionamentos, perspectivas e enfoques epistemológicos nas teses sobre financeirização do Ensino Superior

<i>Tese</i>	<i>Perspectiva epistemológica</i>	<i>Posicionamento epistemológico</i>	<i>Enfoque epistemológico</i>	<i>Principais temas</i>
<i>TF1 – Fábio Luciano Oliveira Costa</i>	Marxista	Crítica à financeirização e mercantilização do Ensino Superior.	Abordagem do Ciclo de Políticas	Financeirização do Ensino Superior privado e influência do capital financeiro.
<i>TF2 – Pedro Henrique de Sousa Tavares</i>	Marxista	Crítica à monopolização do Ensino Superior por conglomerados financeiros.	Abordagem do Ciclo de Políticas	Oligopolização da Educação e papel do Estado na expansão da Kroton.
<i>TF3 – Allan Kenji Seki</i>	Marxista	Crítica à regulamentação do Ensino Superior e ao papel do Estado na financeirização.	Abordagem do Ciclo de Políticas	Oligopólio da Educação privada e financeirização do fundo público.
<i>TF4 – Claudia Dourado de Salces</i>	Marxista	Crítica à precarização do trabalho docente no Ensino Superior privado.	Análise do Discurso Crítica	Condições de trabalho e identidade docente no Ensino Superior privado.
<i>TF5 – Samantha Castro Vieira de Souza</i>	Marxista	Crítica à financeirização e atuação de grupos estrangeiros no Ensino Superior.	Abordagem do Ciclo de Políticas	Oligopolização e internacionalização do Ensino Superior privado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O conjunto de estudos compreendidos entre Costa (TF1) e Souza (TF5), no Quadro 9, analisa criticamente as mudanças ocorridas no Ensino Superior brasileiro sob a influência do neoliberalismo, sendo este, conforme Dardot e Laval (2016, p. 7), considerado “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida”. Os trabalhos de Costa (TF1), Tavares (TF2) e Souza (TF5) investigam a financeirização e mercantilização da Educação, consequência da atuação direta de grupos empresariais estrangeiros no setor educacional. No trabalho de Seki (TF3) é investigada a oligopolização do Ensino Superior no Brasil, como a máxima ampliação

do capital estrangeiro no ensino privado. Salces (TF4) direciona seus estudos para uma formação de professores, em um conglomerado educacional privado, que afeta, de forma prejudicial, sua constituição como profissionais. Os estudos demonstram que as transformações recentes no Ensino Superior foram impulsionadas por políticas públicas que capitalizaram o setor privado, pela adoção de modelos de governança corporativa nas instituições acadêmicas e pela subordinação da formação acadêmica às demandas do mercado, tornando o Ensino Superior “uma atraente mercadoria a ser transacionada” e um negócio altamente rentável no Brasil (Chaves; Santos; Kato, 2020, p. 16).

Em termos de perspectiva epistemológica, todos os trabalhos seguem uma abordagem materialista histórico-dialética, fundamentando suas análises na teoria marxista para compreender as relações entre capital e Educação. Essa perspectiva é central nos estudos de Costa (TF1), Tavares (TF2) e de Souza (TF5), que examinam o avanço do capital financeiro sobre o Ensino Superior no setor privado e suas consequências para a autonomia universitária, no que tange à infiltração no sistema acadêmico de conglomerados educacionais com viés mercantilista. Na verdade, cabe aqui uma afirmação de Peroni (2021, p. 20), quando a autora diz que esse pode ser considerado um “processo de correlação do forças” entre capital e Educação, particularmente “influenciados por interesses de cunho mercantil”.

O posicionamento epistemológico dos estudos é predominantemente crítico às reformas educacionais neoliberais, enfatizando os impactos da privatização, da regulação estatal favorável ao mercado e da precarização do ensino e da pesquisa. As pesquisas de Costa (TF1) e de Souza (TF5) destacam como as universidades passaram a ser geridas sob uma lógica empresarial, voltada para o crescimento da lucratividade e para a maximização de receitas por meio da captação de estudantes via programas de financiamento estudantil. Os estudos de Tavares (TF2) e Salces (TF4), por outro lado, apontam que o Estado desempenha um papel central na viabilização desse modelo, seja por meio de incentivos fiscais, seja por meio de legislações que flexibilizam a regulação do setor, ou seja, paralelamente à aplicação das leis, cabe ao Estado prover a Educação à sociedade (Sodré, 2012).

Quanto aos métodos de pesquisa utilizados, os estudos combinam análises estatísticas, documentais e discursivas para mapear as transformações estruturais e os processos de ensino e aprendizagem voltados para o Ensino Superior, movidos por agentes do Estado e por agentes não estatais. As teses de Costa (TF1) e de Tavares (TF2) utilizam abordagens quantitativas e qualitativas para avaliar o impacto da financeirização do Ensino Superior privado. Por sua vez, a tese de Salces (TF4) adota uma abordagem mais quantitativa aliada a uma abordagem qualitativa, quando traz para estudo um conjunto de 46 professores, designados para responder

a uma pesquisa sobre formação docente, que trabalham em um conglomerado educacional privado. Já para Seki (TF3), a densa investigação contempla abordagens qualitativas e quantitativas moldadas para explicar e exemplificar modelos de oligopolização atrelados à financeirização do Ensino Superior. Souza (TF5) aborda de forma qualitativa e quantitativa processos de fusões e aquisições de instituições de ensino, direcionando sua pesquisa à análise de um grupo privado internacional em específico.

No que concerne ao enfoque epistemológico, as teses de Costa (TF1), de Tavares (TF2), de Seki (TF3) e de Souza (TF5) aplicam a Abordagem do Ciclo de Políticas para examinar a oligopolização aliada à internacionalização do Ensino Superior como justificativa às mudanças no setor educacional brasileiro. Outro estudo, o de Salces (TF4), incorpora elementos da Análise do Discurso Crítica (ADC), focando na construção de narrativas que legitimam a financeirização e a exploração da mão de obra docente no Ensino Superior privado. A constituição de um corpo de estudo composto por tais enfoques epistemológicos o torna frutífero, pois, com base em diferentes perspectivas e limites de caráter metanalítico, torna clara a forma como o investigador desenvolve sua pesquisa, alicerçada em suas hipóteses e em um arcabouço teórico metodológico (Moreira, 2017)

A financeirização do Ensino Superior é um dos eixos temáticos centrais nos estudos analisados. As teses de Costa (TF1) e de Souza (TF5) demonstram como grandes conglomerados educacionais, financiados por fundos de investimento, na sua maioria estrangeiros, e bancos privados transformaram as instituições de Ensino Superior privadas em ativos financeiros altamente lucrativos. Já o estudo de Tavares (TF2) complementa essa discussão ao examinar o papel das políticas públicas na viabilização desse modelo, destacando que programas como o FIES e o ProUni não apenas ampliaram o acesso ao Ensino Superior, mas também facilitaram a concentração do setor educacional nas mãos de grandes grupos privados, além de destacar a contradição entre o discurso de democratização do Ensino Superior e as barreiras estruturais que perpetuam desigualdades no setor. Comunga desse mesmo pensamento o autor Leher (2021, p. 15), ao relatar que o vasto mercado educacional existe pela contribuição do Estado, liberando um “imenso espaço para negócios educacionais” lastreado por “robustas isenções tributárias” e “imensos repasses de verbas públicas”, criando condições próprias para uma concorrência predatória e excludente.

A atuação de grupos empresariais no Ensino Superior também é um ponto significativo em investigações como as de Seki (TF3) e de Souza (TF5), que analisam a estrutura de governança das instituições privadas e a influência de investidores na definição de políticas públicas voltadas para a academia. Esses estudos demonstram que as decisões institucionais

passaram a ser guiadas por critérios direcionados para a rentabilidade e o retorno financeiro, quase que exclusivo para esse fim, resultando na padronização do ensino e rotinas de trabalho, na redução dos investimentos em pesquisa e na intensificação e diminuição da qualidade e eficiência do trabalho docente. Souza (TF5), em particular, discute o impacto da internacionalização do Ensino Superior e a entrada de conglomerados estrangeiros no mercado educacional brasileiro, destacando a influência de redes empresariais globais no setor. Os trabalhos de Seki (TF3) e de Souza (TF5) demonstram que a lógica empresarial adotada por muitas instituições privadas leva à adoção de modelos pedagógicos mais simplificados, com foco na empregabilidade e na adaptação às demandas do mercado, em detrimento da formação crítica e cidadã. Essas pesquisas evidenciam que a racionalização do ensino imposta pelas grandes redes educacionais tem resultado na eliminação de disciplinas consideradas pouco rentáveis, no aumento da carga horária em modalidades à distância e na desvalorização das disciplinas voltadas às Ciências Humanas e Sociais, com o intuito de formar sujeitos laborais, tratando de “formar estudantes para determinados empregos, domesticando corpos e formando mentes que se adaptem aos requisitos de flexibilidade e mudança do mundo do trabalho” (Fávero; Trevisol, 2020, p. 6).

Outro aspecto relevante evidenciado nos estudos é a precarização do trabalho docente e a intensificação das atividades acadêmicas. Tais processos nos permitem “resgatar e compreender, por meio destas metamorfoses do trabalho docente”, os mecanismos capitalistas utilizados para alavancar a produtividade acadêmica (Fávero; Bechi, 2020, p. 12). Os pesquisadores Salces (TF4) e Souza (TF5) analisam como as mudanças na governança das universidades privadas resultaram na flexibilização das condições de trabalho dos professores, incluindo a substituição de contratos estáveis por regimes temporários e a ampliação das exigências administrativas e produtivistas impostas aos docentes. Esses estudos indicam que a sobrecarga de trabalho, aliada à instabilidade contratual, tem impacto direto na qualidade da formação acadêmica e na autonomia universitária. Além disso, defendem a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a universidade pública e garantam a valorização do trabalho docente.

A análise dos estudos de Costa (TF1) e Souza (TF5) demonstra que o Ensino Superior brasileiro tem sido profundamente impactado pela financeirização, mercantilização e reestruturação gerencial das instituições educacionais. A predominância do materialismo histórico-dialético aliada a uma perspectiva marxista denota o esforço analítico dos pesquisadores em compreender como o Ensino Superior se tornou um espaço de acumulação de capital, com implicações negativas em seus papéis social e político. Ao mesmo tempo, os

estudos apontam que a resistência a esse modelo ainda é um campo de disputa, sendo essencial a criação de alternativas que garantam um Ensino Superior público, democrático e de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social.

Por fim, os estudos analisados sugerem que a resistência às políticas neoliberais no Ensino Superior ainda enfrenta desafios significativos, mas que há caminhos para a construção de alternativas, e apontam que a luta por um Ensino Superior democrático e acessível deve ser acompanhada de uma reflexão crítica e uma ação direta sobre as estratégias de financiamento adotadas pelo Estado.

6 ANÁLISE DA REDE DE AUTORES MAIS CITADOS NAS TESES SOBRE A TEMÁTICA QUE ENVOLVE A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O objetivo deste capítulo é apresentar de forma panorâmica os referenciais teóricos que aparecem nas teses selecionadas e com isso criar uma rede mostrando as conexões dos autores que se situam nas pesquisas sobre neoliberalismo, expansão do Ensino Superior, financeirização e mercantilização do Ensino Superior. Um estudo mais aprofundado sobre esse tema pode ser objeto de pesquisa futura, visto que investigações sobre redes abrangem diversas áreas do conhecimento, mas ainda possuem pouca aderência quando o assunto é Ensino Superior.

Conhecer as interações entre indivíduos ou classes de indivíduos partindo de um conjunto de dados qualitativos ou quantitativos pode partir de uma ferramenta utilizada para analisar redes sociais. Essa ferramenta nos induz a seguir uma série de técnicas que permitem colocar em ordem as interações entre os indivíduos transformando-as em um gráfico ou uma rede, constituindo-se em uma representação ilustrativa e de fácil visualização.

Entretanto, uma ilustração elucidativa nem sempre é sinônimo de autossuficiência para se analisar em profundidade as interações entre os indivíduos ou as classes de indivíduos em uma rede. Por isso, torna-se necessário a utilização de instrumentos matemáticos específicos para análise de redes sociais e softwares que permitam criar indicadores capazes de explicar a estrutura de uma rede, no conjunto ou individualmente, assim como UCINET e NetDraw (Alejandro; Norman, 2006).

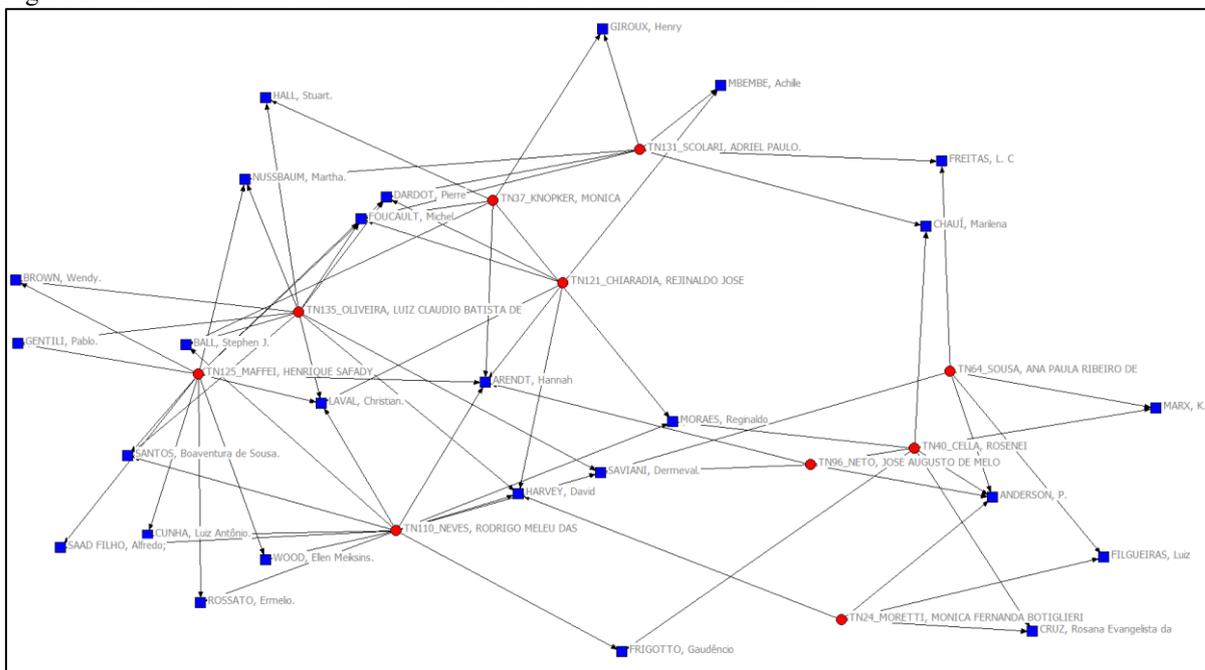
6.1 Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre neoliberalismo

Após uma análise teórica e quantitativa das teses, apresentada nos Capítulos 4 e 5 deste estudo, busca-se agora prover uma análise com foco nos autores referenciados em cada tese sobre o neoliberalismo e na quantidade de citações desses autores no conjunto das teses. Esse modelo de análise visa contemplar de uma forma mais nítida a interação entre os sujeitos formadores da rede, pois demonstra suas relações entre autores das teses, autores referenciados e a temática sobre o neoliberalismo.

A Figura 2 representa o mapa da rede, organizada de forma a contemplar as dez teses (nós vermelhos) que têm como tema principal o neoliberalismo e os 26 autores (nós azuis) que foram citados em duas ou mais teses. Essa análise quantitativa dos dados visa identificar o

tamanho da rede, em termos de quantidade de referências autorais envolvida em cada tese estudada, visando, assim, contribuir para uma melhor visibilidade dos autores.

Figura 2 – Análise da rede de autores citados nas teses sobre neoliberalismo



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Ao analisarmos a Figura 2, constatamos que a quantidade total de autores (26) está ramificada no conjunto total de teses (dez). Ao visualizarmos com maior profundidade, percebemos que os autores que mais foram referenciados nas teses sobre o neoliberalismo (Apêndice I) foram Michel Foucault, nos estudos TN37, TN121, TN125, TN131 e TN135, e Hannah Arendt, nos estudos TN37, TN96, TN110, TN121 e TN125, com cinco referências cada. Autores como Pierre Dardot e Christian Laval, David Harvey, Christian Laval e Dermeval Saviani também se destacaram nos estudos, sendo que cada autor foi citado em quatro teses (Apêndice J).

As obras de Michel Foucault *Nascimento da biopolítica*, *Vigiar e punir* e *Microfísica do poder* nos levam a entender como o neoliberalismo extrapola os limites de um regime econômico se constituindo em uma forma de domínio que regula condutas, interioriza lógicas mercantis e reprime movimentos contrários aos seus preceitos. Já os escritos de Hannah Arendt, como *Entre passado e futuro*, *A condição humana* e *O que é política?* não analisam diretamente os conceitos sobre liberalismo, mas, sim, os seus impactos como forma de problematização desse modelo ao investir sobre a Educação como forma de se utilizar das universidades para formação ao mercado de trabalho.

Ao nos depararmos com a quantidade total de autores citados nas teses, ou seja, o total de 26 autores, e como eles estão distribuídos entre as teses, notamos que as teses que se utilizaram de um arcabouço teórico maior foram as teses de Neves (TN110) e de Maffei (TN125), que, do total de 26 autores, fizeram uso de 12 em suas pesquisas. As teses de Moretti (TN24) e de Neto (TN96) foram as que apresentaram a menor quantidade citações entre o conjunto de 26 autores, tendo mencionado apenas quatro.

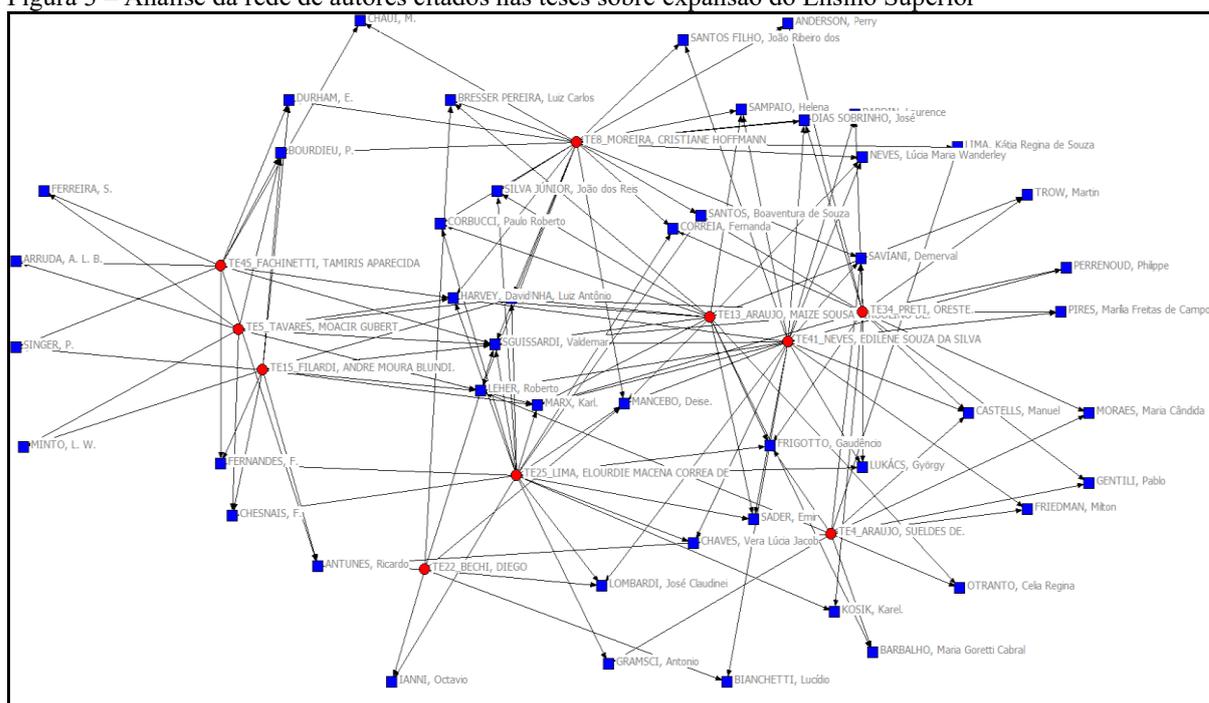
Essa rede apresenta uma dispersão teórica, ou seja, é composta de muitos autores, o que sugere uma busca por convergência teórica lastreada em diversos conhecimentos, ao contrário de buscar um pensamento único ou referencial dominante. A utilização de diversos autores para a composição da base teórica plural pode ser resultado do amadurecimento investigativo, em que o pesquisador busca integrar vários cenários e várias bases teóricas a fim de encontrar respostas para seu problema de pesquisa e sua ampliação do seu escopo analítico.

A análise da teoria que compõe a rede evidencia um ambiente acadêmico caracterizado por uma forte influência da teoria crítica contemporânea, com especial atenção para os processos de dominação, resistência e subjetivação. O conjunto teórico diversificado inserido nas teses, associado a vínculos interdisciplinares, revela uma produção acadêmica sólida e inovadora, que dialoga com os principais debates internacionais no campo das Ciências Humanas e Sociais, quando o objeto de debate é o neoliberalismo.

6.2 Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior

A Figura 3 em análise representa uma rede de citações entre teses de doutorado (dez nós vermelhos) e os respectivos autores citados (47 nós azuis), configurando um campo epistêmico que evidencia os principais referenciais teóricos mobilizados nas produções acadêmicas consideradas. Essa rede nos permite compreender, de maneira visual e relacional, as conexões entre os trabalhos analisados e suas matrizes teóricas, evidenciando tanto as convergências discursivas quanto as polarizações paradigmáticas no interior do campo educacional.

Figura 3 – Análise da rede de autores citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A rede apresenta características de um sistema complexo e denso, no qual determinados nós exercem função de espaços intelectuais, conectando múltiplas teses por meio de autores recorrentes e amplamente reconhecidos nos debates educacional e social, quando o assunto em voga é a expansão do Ensino Superior. Destacam-se, nesse sentido, autores como Karl Marx, David Harvey, Pierre Bourdieu, György Lukács, Manuel Castells, Boaventura de Sousa Santos e Dermeval Saviani, cuja visibilidade na rede indica a recorrência de suas obras como fundamentos teóricos e analíticos (Apêndice K).

Karl Marx é o autor mais estruturante para os estudos críticos sobre a expansão do Ensino Superior, uma vez que sua análise do modo de produção capitalista fornece a base teórica para compreender a inserção da Educação no processo de reprodução do capital. Em textos como *O capital* e *Manuscritos econômico-filosóficos*, que foram os mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior, Marx enfatiza a expansão do Ensino Superior em uma dinâmica de acumulação de capital em que a Educação se torna uma mercadoria, porém nos levando a pensar a Educação como um instrumento de luta política e soberana.

David Harvey é um dos autores mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior, especialmente por sua análise crítica do neoliberalismo e das transformações espaciais do capitalismo. Em textos como *A condição pós-moderna* e *O neoliberalismo: história e implicações*, Harvey descreve como as reconfigurações econômicas e culturais impactam diretamente as instituições sociais, entre elas a universidade. Aplicado ao contexto

educacional, isso significa compreender a universidade como espaço de disputa entre o projeto mercantil de formação para o mercado e a necessidade de preservação de suas funções pública e emancipatória.

A obra de Pierre Bourdieu constitui referência central nos estudos sobre a expansão do Ensino Superior por oferecer ferramentas analíticas que permitem compreender a universidade como um espaço social atravessado por disputas simbólicas e materiais. Ao discutir *A miséria do mundo* e *Os usos sociais da ciência*, Bourdieu denuncia a reprodução de mecanismos de exclusão e legitimação das hierarquias sociais que operam dentro da própria lógica acadêmica. No contexto brasileiro, sua teoria possibilita interpretar como a expansão do Ensino Superior, apesar de ampliada em termos quantitativos, não eliminou as barreiras sociais que restringem a democratização plena.

As obras de György Lukács, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, *Narrar ou descrever* e *Para uma ontologia do ser social 2*, aparecem como referência central para compreender o Ensino Superior na perspectiva ontológica do sujeito social e da crítica marxista. Ao comporem o campo teórico com as obras de Lukács, as teses enfatizam que a expansão do Ensino Superior leva à alienação, visto que o processo de mercantilização inserido nessa expansão é uma forma de impor limites à formação crítica do acadêmico.

Manuel Castells contribui com uma leitura da universidade a partir da lógica das redes informacionais e da reestruturação global do capitalismo na era digital. Em obras como *A sociedade em rede* e *A era da informação*, o autor explicita como a economia, a cultura e o poder passam a ser organizados em fluxos transnacionais mediados pelas tecnologias da informação. A expansão do Ensino Superior visto pelo prisma da construção de redes pode demonstrar a construção do conhecimento como uma força produtiva vinculada a uma função estratégica de formação de profissionais.

Boaventura de Sousa Santos destaca-se por suas análises sobre a universidade no século XXI e sua defesa de um projeto democrático e emancipatório para o Ensino Superior. Em sua obra *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória*, o autor propõe uma crítica ao modelo hegemônico de universidade, marcado pela mercantilização, abordando temas como a descapitalização da universidade pública, a transnacionalização do mercado universitário e a produção do conhecimento científico no ambiente universitário, assim como apresenta ideias para uma reforma universitária criativa, democrática e independente.

Dermeval Saviani é autor referência nas pesquisas sobre a Educação brasileira, sobretudo pelas análises sobre a Política Educacional. Suas obras, como *Educação: do senso*

comum à consciência filosófica, Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações e História das ideias pedagógicas no Brasil, oferecem um arcabouço teórico potente para compreender a relação entre Estado, política e Educação. Em seus escritos, Saviani realça que a expansão do Ensino Superior no Brasil ocorreu por influência direta do setor privado e do mercado, resultando em contradições entre acesso ampliado ao ensino, precarização e qualidade.

Ao nos depararmos com uma análise mais quantitativa, do total das dez teses analisadas, o autor Valdemar Sguissardi foi citado em nove delas (TE5, TE8, TE13, TE15, TE22, TE25, TE34, TE41 e TE45), fazendo com que, na amostra, esse autor se torne uma referência ao tratarmos sobre o tema da expansão do Ensino Superior (Apêndice K). Uma análise mais aprofundada, em que pese a quantidade de autores por teses, podemos perceber que Moreira (TE8) e Neves (TE41) referenciam em seus estudos, do total de 47 autores, as obras de 21 e 20 autores, respectivamente, tornando essas teses as mais densamente conectadas à rede, portanto as mais influenciadas pela diversidade de autores.

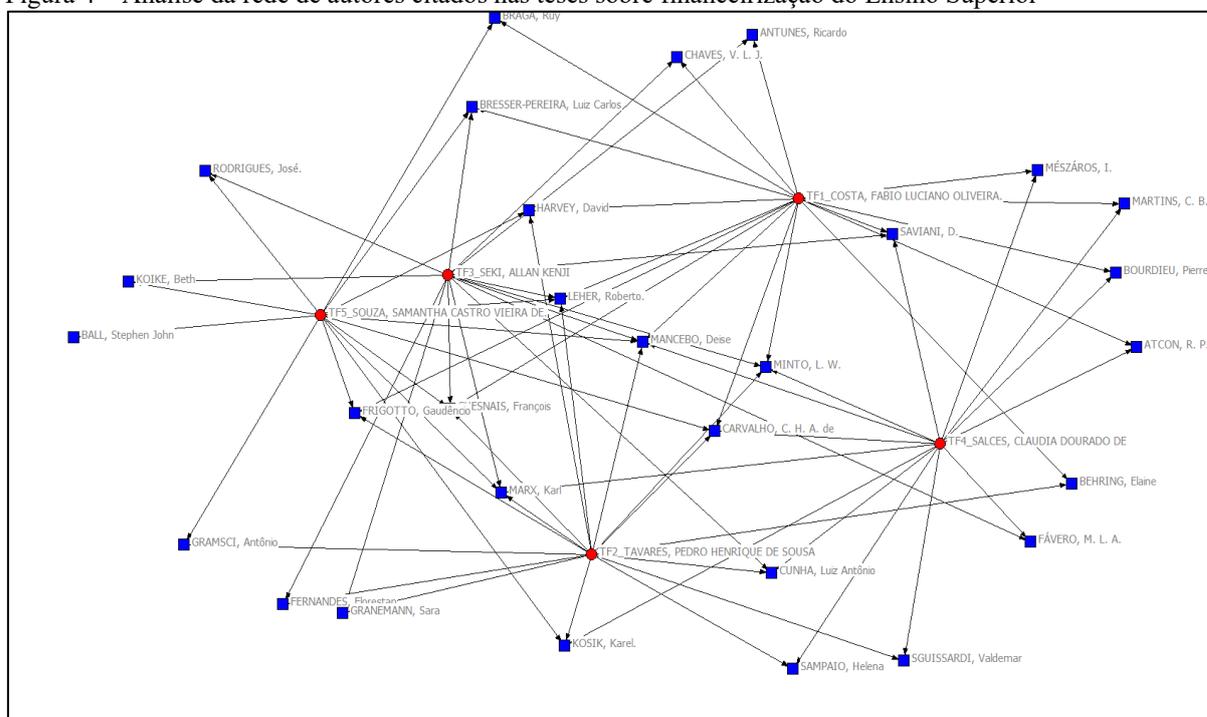
A quantidade de autores citados em suas teses não garante a qualidade da escrita, mas a massificação de autores referenciados pode garantir uma melhor exposição e oxigenação de ideias, demonstrando, também, que o autor da tese pode ser detentor de um bom senso de pesquisa científica, o que possibilita o diálogo entre diferentes linhas de pensamento e a aproximação de modelos de críticos distintos. Nesse sentido, a atuação das editoras desempenha um papel estratégico, na medida em que viabiliza a circulação e a acessibilidade das obras que fundamentam os referenciais teóricos das pesquisas. Essa parceria entre pesquisadores e editoras como Vozes, Paz e Terra, Loyola, Boitempo, Nova Cultural, Abril, Cortez e Xamã, que fazem parte do portfólio utilizado nas teses sobre expansão do Ensino Superior, auxilia na difusão da pesquisa científica com a ampliação de um conhecimento mais democrático, permitindo que obras clássicas e contemporâneas atinjam comunidades científicas mais diversificadas, além de uma discussão mais crítica e interdisciplinar.

Em síntese, face à diversidade de autores, a rede evidencia uma série de abordagens, tanto clássicas como contemporâneas, o que reflete produções acadêmicas que integram múltiplos fundamentos teóricos que podem levar à compreensão de questões acadêmicas em um contexto baseado em uma sociedade capitalista e privatista, lastreado por um crescimento (des)ordenado do mercado educacional.

6.3 Análise da rede de autores mais citados nas teses sobre financeirização e mercantilização do Ensino Superior

A Figura 4 apresenta uma rede de referências teóricas construída a partir da análise de cinco teses de doutorado (representadas por nós vermelhos), destacando os 29 autores mais citados em cada uma delas (nós azuis). A visualização permite identificar os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por seus autores, revelando os principais fundamentos epistemológicos e os campos de influência intelectual que estruturam a produção acadêmica analisada, com tema centrado na financeirização do Ensino Superior.

Figura 4 – Análise da rede de autores citados nas teses sobre financeirização do Ensino Superior



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Ao buscarmos uma análise mais aprofundada, podemos perceber que os trabalhos identificados do TF1 ao TF5 compartilham mutuamente diversos autores, demonstrando de modo significativo que as teses possuem uma interatividade, intertextualidade e convergência teórica. A autora que foi citada em todas as teses, Deise Mancebo, pode ser considerada, dentro da amostra, como uma referência ao explorarmos o tema sobre financeirização do Ensino Superior (Apêndice L). A produção de Deise Mancebo se alicerça como uma referência central para a compreensão e discussão sobre a financeirização do Ensino Superior no Brasil ao fazer análises criteriosas sobre as políticas educacionais na atualidade. As produções de Deise Mancebo intituladas *Políticas de educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios* e

Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado mercantil: o caso da UNESA põem em evidência os efeitos nocivos da financeirização ao fazer a metamorfose do conhecimento para mercadoria e impor condições de subordinação ao capital, muitas vezes especulativo.

Os demais autores que se destacam na análise da rede, Cristina Helena Almeida de Carvalho, François Chesnais, Roberto Leher, Karl Marx e Lalo Watanabe Minto, foram citados em quatro das cinco teses, o que permite que sejam caracterizados como autores-chave para uma escrita em que o assunto a ser abordado seja a financeirização do Ensino Superior. Isso configura uma relevante contribuição como sustentação teórica nas teses citadas e nos programas de pós-graduação das instituições de Ensino Superior em que estão lotados (Apêndice L).

Cristina Helena Almeida de Carvalho, em seus textos *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas* e *Educação superior privada no Brasil: concentração de mercado e financeirização em simbiose*, demonstra a articulação entre o capital financeiro, o setor privado educacional e o consequente resultado da formação de oligopólios e da servidão às políticas de mercado. Ela apresenta uma visão crítica do novo modelo sistêmico educacional em que pesa a financeirização do Ensino Superior em favor do aumento das desigualdades sociais.

François Chesnais, em suas obras *A mundialização do capital* e *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*, demonstra que a acumulação de capital financeiro se consolidou como o eixo principal da economia globalizada. O autor insiste em suas obras que a independência do setor financeiro mundial, embora seja real, na sua visão, é relativa. Suas análises a respeito da financeirização fazem com que o autor se constitua em um dos principais referenciais teóricos sobre esse tema.

Uma das vozes que levantam críticas ao analisarem o Ensino Superior no Brasil, especialmente envolvendo o contexto em que os protagonistas são o papel do Estado e a influência dos órgãos e das instituições internacionais, Roberto Leher ganha destaque nos mundos acadêmico e social. Obras como *Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo* e *Autoritarismo contra a universidade: desafio de popularizar a defesa da educação pública* tendem a demonstrar o quão influentes são os organismos internacionais ao adentrarem no mercado da Educação e ao remodelarem e reconfigurarem as instituições de Ensino Superior privadas e quais são os focos de resistência em defesa de uma Educação com fim social.

Lalo Watanabe Minto, em seu escrito *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*, tende a examinar a relação entre as transformações do Ensino Superior e o desenvolvimento capitalista no Brasil. Ele foca, também, no comparativo entre os desenvolvimentos brasileiro e global sob o ponto de vista do modo de produção capitalista. Por fim, traça uma linha do tempo sobre particularidades no campo da Educação desde a ditadura militar até os tempos atuais.

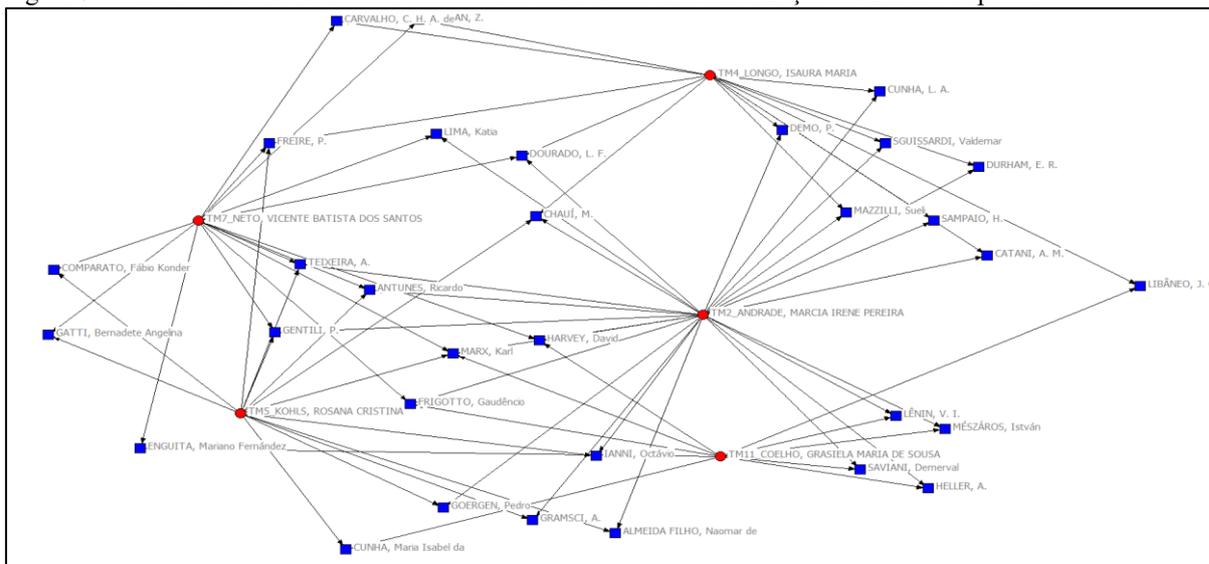
Em um contexto em que pese a quantidade de referências teóricas, levando em consideração o total dos 29 autores que foram citados duas ou mais vezes entre as teses, pode-se constatar que a tese que possui a maior quantidade é a de Costa (TF1), que citou 17 autores. Observa-se também que, dos seis autores mais referenciados entre todas as teses, o estudo de Tavares (TF2) foi o que contemplou, na sua base teórica, a totalidade desses autores, a saber: Cristina Helena Almeida de Carvalho, François Chesnais, Roberto Leher, Deise Mancebo, Karl Marx e Lalo Watanabe Minto (Apêndice L). Tal constatação evidencia não apenas o esforço de fundamentação teórica densa por parte desses autores, mas também sua inserção em um campo crítico consolidado, cujas referências compartilham diagnósticos comuns acerca da reconfiguração do Ensino Superior no contexto neoliberal. A convergência em torno desses autores sugere um nexos teórico entre as teses, ao exercerem uma crítica à mercantilização do Ensino Superior, à financeirização das políticas educacionais e à intensificação das desigualdades estruturais.

Por fim, a rede revela ainda autores que, embora possuam uma menor conectividade entre as teses, geram valor teórico aos escritos em teses mais específicas, como Beth Koike, Helena Sampaio, Ricardo Antunes, Stephen Ball, Pierre Bourdieu e Valdemar Sguissardi. Esses autores funcionam como pontos de referência basilares, cujas contribuições conceituais são mobilizadas em contextos analíticos particulares, muitas vezes relacionados a temáticas críticas da Educação, como desigualdades sociais, relações de poder e políticas educacionais. Sua menor conectividade na rede não implica irrelevância, mas reflete a natureza ímpar de suas influências, que se inserem em abordagens teóricas fortes e, por vezes, transversais ao objeto de estudo principal. Assim, eles ampliam o escopo interpretativo das teses, enriquecendo os marcos teóricos adotados, mesmo sem formar os núcleos que reflitam uma maior aderência relacional.

A Figura 5 apresentada representa uma rede de autores, em um total de 32, referenciados em cinco teses acadêmicas que contemplam o tema sobre a mercantilização do Ensino Superior, evidenciando as conexões entre pesquisadores e referenciais teóricos mobilizados por cinco trabalhos distintos: TM2 (Andrade, Márcia Irene Pereira), TM4 (Longo, Isaura Maria), TM5

(Kohls, Rosana Cristiana), TM7 (Neto, Vicente Batista dos Santos) e TM11 (Coelho, Grasiela Maria de Sousa). A análise da rede permite identificar os autores centrais e os núcleos de concentração teórica mais relevantes para cada tese, revelando uma perspectiva de rede que nos leva a compreender fenômenos sociais derivados de relações individuais entre os autores e as teses.

Figura 5 – Análise da rede de autores citados nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A tese TM2 (Andrade) destaca-se por apresentar o maior número de conexões entre o total de autores referenciados, perfazendo um total de 24 referências. Essa diversificação teórica potente representa um esforço do autor da tese em expandir o horizonte crítico e interpretativo do assunto abordado. A tese de Andrade (TM2) movimenta um conjunto bem construído de autores, dentre os quais se destacam nomes como Dermeval Saviani, Antônio Gramsci, David Harvey, Karl Marx e Octávio Ianni, o que sugere um entrelaçamento de pensamentos na busca pela melhor abordagem teórica em relação ao problema de pesquisa (Apêndice M). Esse leque de autores pode ser compreendido como o reflexo de uma estrutura analítica muito bem construída, a fim de se buscar compreender o tema da mercantilização do Ensino Superior em diversos contextos educacionais.

As obras que dissertam sobre a mercantilização do Ensino Superior colocam em evidência o ponto de vista de autores que acabam por se tornarem clássicos em sua área do conhecimento. Dermeval Saviani com *A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades*, Antonio Gramsci com *Concepção dialética*, David Harvey com *17 contradições e o fim do capitalismo*, Karl Marx com *O capital: crítica da economia política* e Octávio Ianni

com a obra *A era do globalismo* refletem sobre a inserção do capital privado sobre a Educação, tornando-a uma mercadoria que, assim, sujeita-se às demandas de mercado, como a oferta e a procura, enfatizando a precarização do trabalho e as dificuldades da democratização do ensino, revelando seus limites e suas capacidades.

No caso da tese TM7 (Neto), o autor faz uso de 14 referências teóricas de um total de 32 estudiosos que foram citados duas ou mais vezes em todas as cinco teses selecionadas. A utilização de uma menor quantidade de autores que se destacam quanto ao tema sobre mercantilização da Educação não significa que os estudos realizados por Neto (TM7) possam ser menos significativos em relação aos demais estudos, pois a relação entre quantidade de autores e temas por eles estudados pode vir a ser uma escolha do próprio autor da tese, tanto pela intimidade com o tema proposto quanto pela experiência do autor em termos de pesquisa científica em bases de dados.

Sob uma ótica semelhante, porém com vistas à quantidade de vezes que um mesmo autor é citado no total das teses, verifica-se que filósofo alemão Karl Marx é referenciado em quatro das cinco teses selecionadas (Apêndice M). As teses de Andrade (TM2), Kohls (TM5), Neto (TM7) e Coelho (TM11) evidenciam em seus estudos as teorias voltadas a materialismo histórico, lutas de classe, críticas ao capitalismo, entre outros temas. Soma-se a isso o fato de que Marx será sempre uma referência ao tratarmos de assuntos que fazem alusão ao mercado, principalmente quando nos reportarmos ao mercado educacional.

Ao analisarmos a composição estrutural da rede, podemos também nos atentar para detalhes intrínsecos como os que compõem, além de autores e teses, as editoras pelas quais os autores mais referenciados divulgam suas obras. Editoras e revistas acadêmicas desempenham um papel estratégico na difusão das ideias críticas dos autores, assim como apoiam a formação de um campo para o aprofundamento do debate intelectual, tanto nacional como internacionalmente. Editoras como Boitempo, Civilização Brasileira, Loyola, Cortez e Autores Associados têm se consolidado como espaços de publicação de obras reconhecidas, bem como editoração de publicações de cunho nacional. Uma linha editorial em consonância com o pensamento marxista e reflexões sobre transformações sociais pode ser considerada um elo intelectual e de reprodução teórica entre elas.

Por fim, a estrutura da rede permite inferir que, embora cada tese possua suas especificidades em termos de referências e abordagens, há intersecções importantes entre os referenciais teóricos utilizados, especialmente em torno do pensamento crítico do filósofo Karl Marx. Tais intersecções não apenas revelam convergências epistemológicas, mas também apontam para uma certa coesão teórica entre as cinco produções acadêmicas analisadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como escopo central analisar os enfoques epistemológicos, as perspectivas e os posicionamentos epistemológicos das teses defendidas entre 2013 e 2022 nos programas de pós-graduação em Educação no Brasil, cujas temáticas abordam a financeirização do Ensino Superior. A linha de investigação adotada permitiu não apenas a sistematização de um referencial teórico robusto, mas também possibilitou a identificação das principais teorias críticas presentes na produção acadêmica nacional sobre financeirização, mercantilização, expansão do Ensino Superior e neoliberalismo. Os resultados apontam para um campo em crescimento, amplo e denso analiticamente, revelando a preocupação da academia, incluindo docentes, pesquisadores e discentes, com os impactos das políticas neoliberais no setor educacional.

Estudar e aprofundar os conceitos que envolvem a financeirização do Ensino Superior, assim como produzir pesquisas que cercam esse tema, nos programas de pós-graduação e que de modo específico possuem linhas de pesquisa vinculadas às políticas educacionais, visam contribuir nacional e internacionalmente para pesquisas que englobam o tema. Os estudos sobre financeirização buscam atingir várias áreas do conhecimento, não somente a da Educação, abrindo, assim, um leque de oportunidades para quem busca conectar seus estudos com o assunto em voga, assumindo um conceito de interdisciplinaridade do tema. A tese também busca contribuir com o portfólio de pesquisas da *Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Políticas Educacionais (ReLePe)*, visando, com isso, a uma maior abrangência de leitura e relevância do estudo. A *ReLePe* se constitui “a partir do interesse de pesquisadores pela perspectiva epistemológica para a análise de políticas educacionais em seus diversos aspectos: produção de conhecimento, história do campo, entre outras áreas de pesquisa” (*Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Políticas Educacionais*, 2025).

O enfrentamento da problemática de pesquisa consiste em responder à seguinte pergunta: quais são os posicionamentos, as perspectivas e os enfoques epistemológicos das teses defendidas nos programas de pós-graduação em Educação (2013-2022) sobre a financeirização do Ensino Superior no Brasil? Para comportar um estudo de caráter relevante para o campo dos estudos em políticas educacionais e para o campo acadêmico em geral, foi construída uma estrutura teórica composta por um objetivo geral e quatro objetivos específicos. A importância da construção de uma densa base teórica é essencial para que o estudo não se baseie em uma análise empírica superficial. Assim, rompe-se a linha tênue que separa o

fenômeno social do educacional. Uma base teórica fundamentada em uma leitura crítica vinculada à realidade tende a não ficar restrita às suposições, mas, sim, demonstrar uma visão clara de todas as teorias envolvidas no estudo.

O objetivo geral da tese é analisar os enfoques, as perspectivas e os posicionamentos epistemológicos das teses defendidas entre 2013-2022 na área da Educação, nos programas de pós-graduação em Educação que tratam da financeirização do Ensino Superior. Os estudos sobre a financeirização da Educação não ficam restritos somente à instituições de Ensino Superior, mas também envolvem todo um contexto acadêmico e uma reconfiguração de todos os trâmites que contemplam a lógica educativa. Para tanto, torna-se necessária uma compreensão de sua estrutura, com um olhar mais apurado quanto aos mecanismos financeiros que possuem ação direta nas abordagens pedagógicas, na gestão e na construção dos currículos. É sensível também explorar a tensão exercida sobre a lucratividade e a função social da Educação, a precarização do trabalho docente, a transformação de estudantes em alunos-clientes e o conseqüente aumento das dívidas dos estudantes. A partir desse contexto, moldado por uma lógica mercantilista, construíram-se quatro objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico consistiu na construção de um referencial teórico que elucidasse os conceitos de neoliberalismo, mercantilização, financeirização e expansão do Ensino Superior. Para tanto, foi necessário explorar as transformações históricas das políticas educacionais e os desdobramentos econômicos que inserem a Educação no escopo do mercado, aumentando a dimensão de venda e tornando a Educação uma mercadoria com grande potencial de venda. O estudo demonstrou que o neoliberalismo, ao redefinir o papel do Estado e impor uma lógica mercantil à Educação, ou, como Dardot e Laval (2016, p. 14) definem, “uma nova racionalidade e a razão do capitalismo contemporâneo”, legitima práticas de financeirização, privatização e mercantilização da Educação, fragilizando sua finalidade que é a de manter seu caráter público, emancipador e social. Ao abordarmos o tema neoliberalismo, ficou claro tratar-se de um tema interdisciplinar, visto que, ao buscarmos um conceito mais amplo, a mescla entre Ciências Sociais, Economia e Educação se fez necessária para a devida compreensão e mensuração desse tema.

O segundo objetivo buscou inventariar as teses defendidas entre 2013 e 2022 que tratam dos temas financeirização, neoliberalismo, expansão e mercantilização na área da Educação no Brasil. Foram selecionadas 30 teses com base em descritores previamente definidos e análise de aderência a esses temas. Esse levantamento teórico revelou uma concentração temática significativa em programas de pós-graduação de instituições públicas, totalizando 24 teses, defendidas em IES estaduais e federais, abrangendo as cinco regiões do Brasil, refletindo uma

preocupação latente dos pesquisadores com as transformações oriundas de um sistema capitalista no Ensino Superior. Acrescenta-se, também, a diversidade de abordagens e de linhas de pesquisa, demonstrando a grandiosidade dos temas e a necessidade de um aprofundamento e uma compreensão das alternativas a serem discutidas pela pesquisa acadêmica na área da Educação.

O terceiro objetivo tratou da análise dos posicionamentos, das perspectivas e dos enfoques epistemológicos das teses selecionadas, a partir das categorias produzidas pelo referencial teórico. Observou-se que a maioria das pesquisas adota um posicionamento crítico e uma perspectiva epistemológica marxista, destacando a relação entre as formas de dominação econômica nas universidades e os processos de precarização do ensino oriundo das ações mercantilistas projetadas sobre as instituições de Ensino Superior. A adoção do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), como enfoque epistemológico nesta tese, foi assertiva para identificar como as teses selecionadas articulam teorias e métodos, desvendando um compromisso com o social, mas principalmente com a preocupação e o alerta sobre as desigualdades promovidas pela financeirização do Ensino Superior no Brasil. A utilização do EEPE permite a extensão das análises aos demais pesquisadores da área, pois, além de não ser um instrumento que ensina como fazer pesquisa, demonstra um esquema flexível, capaz de promover uma reflexividade sobre os processos de pesquisa, buscando maior solidez teórica e epistemológica na investigação (Tello; Mainardes, 2015).

O quarto e último objetivo específico visou à produção de uma cartografia crítica que produzisse uma síntese das teses analisadas contendo os referenciais teórico/ epistemológicos que fundamentam a pesquisa sobre a temática investigada. A utilização de ferramentas de análise de redes, como o software UCINET e NetDraw, permitiu a visualização das conexões entre os autores mais citados, indicando convergências teóricas entre as teses. Essa cartografia revelou uma predominância de autores críticos, como Karl Marx, Apple e Bourdieu, reforçando a centralidade das abordagens que questionam a mercantilização do Ensino Superior e a transformação da Educação em um ativo financeiro negociável no mercado. Reforçando essa ideia de financeirização, Oliveira (2009, p. 739) afirma que “é cabível falar em financeirização da educação, posto que é o setor financeiro que assume a hegemonia na educação privada no país”.

Foi possível perceber, ao longo do estudo, que financeirização e mercantilização possuem uma proximidade, porém, com o aprofundamento das discussões, notou-se que ambas possuem especificidades teóricas e empíricas diferentes, o que vem a demonstrar a atenção diferenciada no tocante ao desmembramento do tema em espaços dispares de escrita. Enquanto

a mercantilização pode ser vista pelo prisma que nos remete à transformação da Educação em mercadoria, a financeirização refere-se à crescente dominação capitalista permeada por lógicas financeiras inseridas nas práticas institucionais e nas políticas públicas. Partindo dessas considerações, ao investigarmos as teses analisadas sobre esses dois temas, pudemos constatar o avanço dessas dinâmicas neoliberais, impulsionadas por grupos econômicos nacionais e internacionais, sobretudo no Ensino Superior privado, com consequências marcantes sobre a qualidade, a formação e (des)valorização docentes, o acesso e a autonomia das instituições de ensino.

A construção da pesquisa, desenhada com base em procedimentos como a metapesquisa, reforça a relevância do uso de análises sistemáticas de outras pesquisas sobre determinado tema (pesquisa sobre pesquisas), como estratégia para qualificar o debate acadêmico. O uso de categorias como perspectiva, posicionamento e enfoque epistemológico revelou que os pesquisadores da área de Educação estão atentos à necessidade de produzir conhecimento crítico e um pensamento mais fluido, focado em expor as injustiças sociais e as contradições dentro de um cenário eminentemente capitalista. Nesse sentido, a pesquisa sobre pesquisas oferece uma importante contribuição ao campo da Educação, ao propor um modelo analítico que se opõe aos modelos atóricos e descritivos ainda presentes na área, ao mesmo tempo em que pode abranger outras áreas do conhecimento, como Administração e Economia, pois engloba temas como gestão e ativos econômico-financeiros em sua base de análise.

Um dos aspectos discutidos na tese foi a necessidade de explicitação dos fundamentos epistemológicos por parte dos autores das teses analisadas, visto que são os alicerces do conhecimento científico, os quais nos levam a conhecer, compreender e questionar a natureza desse conhecimento, tonando-se um pilar para a prática da Ciência. A ausência ou fragilidade epistemológica pode comprometer a coerência interna dos trabalhos e dificultar a compreensão e os alcances do sentido crítico das análises. Assim, ficou evidenciada, no decorrer da tese, a importância de se buscar uma formação epistemológica na pós-graduação, tornando-a uma condição indispensável para a produção de um conhecimento fundamentado e alinhado às demandas da sociedade.

Além disso, a pesquisa apresentou contribuições metodológicas relevantes, ao articular a metapesquisa com a análise de conteúdo e a análise de redes sociais. Tal combinação permitiu uma abordagem abrangente, complexa e multifacetada do *corpus* empírico, possibilitando uma leitura profunda e contextualizada das teses. A proposta metodológica poderá servir de referência para futuras investigações que pretendam compreender a produção científica em

Educação e em outras áreas do conhecimento, e que se proponham a inovar no método científico, buscando sempre a diferenciação e qualificação dos seus escritos.

Dessa forma, a presente tese alcançou de forma satisfatória os objetivos propostos, ao oferecer uma análise crítica, fundamentada e inovadora sobre as pesquisas acadêmicas que discutem a financeirização do Ensino Superior no Brasil. Ao construir um referencial teórico sólido, mapear a produção científica relevante, analisar as escolhas epistemológicas dos pesquisadores e sistematizar os achados em um modelo de rede, a tese teve a pretensão de contribuir para o fortalecimento do campo da Educação e apresentar argumentos para fortalecer posturas de resistência contra os processos de subordinação do ensino aos interesses do capital financeiro. Este estudo não objetiva encerrar essa discussão, mas, sim, fornecer subsídios para sua ampliação, na busca de soluções ou alternativas para mitigar os efeitos nocivos do neoliberalismo sobre o Ensino Superior no Brasil no âmbito das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; GRACIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisetel. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação & sociedade*, Campinas, v. 30, p. 799-818, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>. Acesso em: 3 set. 2025.
- AGOSTINI, Camila Chiodi. *O neoliberalismo e o docente empreendedor: para onde vai o professor universitário em tempos de pós-pandemia?* 2024. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2024. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2784>. Acesso em: 3 set. 2025.
- ALEJANDRO, Velázquez Álvarez O.; NORMAN, Aguilar Gallegos. *Manual introdutório à análise de redes sociais: exemplos práticos com UCINET 6.109 e NetDraw 2.28*. Tradução de Maria Luísa Lebres Aires, Joanne Brás Laranjeiro e Sílvia Cláudia de Almeida Silva. Toluca, MX: Universidad Autónoma del Estado de México, 2006. 41 p.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. *Prouni sob balanço: avanços e limites à luz de experiências estudantis na cidade de São Paulo: o negócio da educação a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho D’agua, 2017.
- ÁLVAREZ-HEVIA, David Menéndez; HERNÁNDEZ-CASTILLA, Reyes. La mercantilización de la Educación Superior a través del modelo universitario inglés: elementos clave, críticas y posibilidades. *Revista Española de Educación Comparada*, [s. l.], n. 37, p. 234-255, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/reec.37.2021.27592>. Acesso em: 2 set. 2025.
- ALVES-MAZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], n. 113, p. 39-50, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200002>. Acesso em: 6 set. 2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDRADE, Márcia Irene Pereira. *Entre sombras e luzentes: o trabalho docente no curso de serviço social em tempos de intensa mercantilização do ensino superior*. 2017. 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6142>. Acesso em: 3 set. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. *Revista da ABET*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 6-14, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25698>. Acesso em: 3 set. 2025.
- ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. *Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social*. 2019. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28360>. Acesso em: 3 set. 2025.

- ARAÚJO, Stéfany Isabelle *et al.* Formação profissional e mundo do trabalho: síntese da pesquisa sobre os currículos de EMI de um campus do IFMG. *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFMG*, 9., 2021, Betim. *Anais [...]*. Betim: IFMG, 2021. p. 1-7. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-anteriores/resumos-2021/ciencias-humanas/formacao-profissional-e-mundo-do-trabalho-sintese-da-pesquisa-sobre-os-curriculos-de-emi-de-um-campus-do-ifmg.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- AZEVEDO, Debora. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos. *Working paper*, 2016. Disponível em: <https://unisinus.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers>. Acesso em: 6 set. 2025
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Teoria do capital humano, bem público e mercadorização da educação. *In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de Charter School?*. Maringá: EDUEM, 2021. p. 101-137. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786587626062.0006>. Acesso em: 3 set. 2025.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALL, Stephen John. *Educação global SA: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, Stephen John. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: Network governance and the ‘competition state’. *Journal of education policy*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 83-99, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680930802419474>. Acesso em: 3 set. 2025.
- BARBOSA, Ana Clarisse Alencar *et al.* *Curso de pedagogia EaD e a constituição da docência com crianças*. 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10923687. Acesso em: 06 set. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 2011. v. 70.
- BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Luiz Bezerra. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.29044>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 217, p. 1-23, mar. 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.
- BECHI, Diego. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 33, n. 1, p. 139-147,

2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v33i1.11580>. Acesso em: 3 set. 2025.

BECHI, Diego. *A subjetivação capitalística como mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior brasileira*. 2019. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2271>. Acesso em: 3 set. 2025.

BERTOLIN, Júlio César Godoy. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia dos sistemas em tempos de mercantilização. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 351-383, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/312>. Acesso em: 3 set. 2025.

BERTOLIN, Júlio César Godoy. *Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização: período 1994-2003*. 2007. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10339>. Acesso em: 3 set. 2025.

BITTAR, Mariluce. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia Mara Stapani. Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios: hegemonia do privado mercantil. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n29.3736>. Acesso em: 3 set. 2025.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei 9.394: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Lei Federal n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Constituição. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Financiamentos concedidos. Gov, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora_ies/financiamentos-concedidos. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministro da Educação homologa resolução com novas diretrizes para educação superior à distância. *Portal MEC*, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/34641-ministro-da-educacao-homologa-resolucao-com-novas-diretrizes-para-educacao-superior-a-distancia>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação a Distância: credenciamento de instituições será revisado e aprimorado. *Portal MEC*, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/73511-credenciamento-de-instituicoes-sera-revisado-e-aprimorado>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | INEP. Ministério da Educação. *Educação Superior*: sinopses estatísticas da educação superior por município. Gov, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Resultado da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Gov, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: Inep apresenta resultados do censo superior 2020 ao CNE. *Gov*, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-apresenta-resultados-do-censo-superior-2020-ao-cne>. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Catálogo de Teses e Dissertações. *Capes*, c2023a. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Observatório da Pós-Graduação. *Plataforma Sucupira*, 2023b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/#busca_observatorio. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Desonerações instituídas: 2006-2010. *Gov*, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-bases-efetivas/desoneracoes-instituidas-2023.xlsx/view>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. *Metodologia de cálculo de gastos tributários*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023d. 181 p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-ploa/dgt-2023.pdf/@@download/file>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Financiamentos concedidos. *Gov*, 2023e. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora_ies/financiamentos-concedidos. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: 2023. Brasília: Inep, 2024a. 81 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal único de acesso ao ensino superior: Fies. *Gov*, c2024b. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Portal único de acesso ao ensino superior: ProUni. *Gov*, c2024c. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni/duvidas#prouni-fies>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e planejamento econômico*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/883>. Acesso em: 3 set. 2025.

BUSH, Vannevar. Ciencia, la frontera sin fin: Un informe al presidente, julio de 1945. *Redes*, [s. l.], v. 6, n. 14, p. 91-137, 1999. Disponível em: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/715>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 487-501, set./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000300003>. Acesso em: 3 set. 2025.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; MARTINS, Francine; LOURENÇO, Henrique da Silva; MORAES, Raquel de. Terceirização na educação superior: o trabalho docente por meio de cooperativas de mão-de-obra. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 189-212, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i1.1057>. Acesso em: 3 set. 2025.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; LOURENÇO, Henrique da Silva. Ensino superior particular: terceirização e exploração do trabalho docente. *Ponto-e-Vírgula*, [s. l.], n. 5, p. 65-83, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14062/10363>. Acesso em: 3 set. 2025.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>. Acesso em: 3 set. 2025.

CARVALHO, Geraldo do Nascimento. *Programas de expansão e reestruturação das universidades federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016*. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8942049. Acesso em: 6 set. 2025.

CASSEL, Cássio; SILVA, Rose Mari Ribeiro da; ADAMS, Telmo. Terceirização na educação: perspectivas sobre o projeto de regulamentação dos serviços terceirizados. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15., 2013, Mar del Plata. *Anais [...]*. Mar del Plata: UFSC, 2013. p. 1-10. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/30411804.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

CELLA, Rosenei. *A influência neoliberal no processo de aprovação da Emenda Constitucional n. 95 e o financiamento da educação brasileira*. 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2002>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CHARLOT, Bernard. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, n. 4, p. 129-136, 2007. Disponível em: <https://moodle.passofundo.ifsul.edu.br/login/index.php>. Acesso em: 6 set. 2025.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 14, n. 8, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v14i0.70063>. Acesso em: 3 set. 2025.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 7-28, 2001. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/wp->

content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

CHIARADIA, Rejinaldo José. *A educação sob a lógica do Discurso Capitalista e seus efeitos na produção da subjetividade neoliberal*. 2021. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-01122021-165349>. Acesso em: 25 fev. 2025.

COELHO, Grasiela Maria de Sousa. *Trabalho docente e atividade pedagógica: a prospecção da liberdade-felicidade na trama da formação contínua do campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)*. 2020. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.554>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS – COMUNG. Sobre o Comung: o maior sistema de educação superior do Rio Grande do Sul. *Comung*, s.d. Disponível em: <https://comung.org.br/sobre/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CONSALTÉR, Evandro. *A indefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação básica: da liquefação progressiva da ideia de escola republicana e do conhecimento como um bem comum à necessidade de instituição dos comuns na educação*. 2021. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2157>. Acesso em: 3 set. 2025.

COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. *REAd – Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 25, p. 6-35, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.251.89569>. Acesso em: 3 set. 2025.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. *Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)*. 2016. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2017.tde-22122016-105623>. Acesso em: 3 set. 2025.

COSTA, Leandro da. *A formação do Homo Oeconomicus neoliberal na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise foucaultiana do plano de desenvolvimento institucional (pdi)*. 2021. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11093936. Acesso em: 06 set. 2025.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Capital e poder a serviço da globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 23, p. 848-868, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300016>. Acesso em: 3 set. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 376 p.

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. Tradução de Teresa Cristina Silveira da Mota. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 153 p.

DINIZ, Márcia Jucá Teixeira; DINIZ, Marcelo Bentes. Trajetória recente do sistema de educação superior no Brasil: Alguns resultados de um ciclo virtuoso entre 1990 e 2015. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 125, p. 182-211, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202300010010>. Acesso em: 3 set. 2025.

ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (org.). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 156 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9197-mudanca-demografica-no-brasil-no-inicio-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida. *Expansão e evasão na universidade federal do estado de São Paulo: uma análise sobre o Reuni*. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/17052>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição: tudo é história*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FÁVERO, Altair Alberto; BECHI, Diego. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, [s. l.], v. 28, n. 13, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4891>. Acesso em: 3 set. 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro; TONIETO, Carina. A lógica do mercado e suas implicações nas políticas e processos de avaliação da educação superior. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, p. e74384, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.74384>. Acesso em: 6 set. 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; SANTOS, Antonio Pereira dos. A liberdade de escolha no Novo Ensino Médio: a percepção de gestores escolares quanto à proposta de flexibilização curricular. *Espaço Pedagógico*, [s. l.], v. 30, p. e14414, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14414>. Acesso em: 3 set. 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; TREVISOL, Marcio Giusti. Quando a educação se torna um negócio: ideologia neoliberal na educação e a cristalização do novo senso comum pedagógico. *Educação Unisinos*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 1-19, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.19585>. Acesso em: 3 set. 2025.

FERREIRA, Tarciana Cecília de Souza; SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira. A teoria histórico-cultural e a educação escolar numa perspectiva humanizadora. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 643-660, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.15753>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FILARDI, André Moura Blundi. *A expansão do ensino superior no Brasil: da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização na década de 1980*. 2019. 238 f. Tese (Doutorado em

Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/11826>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Conjuntura Actual, 2021. 273 p. (Clássicos da economia).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>. Acesso em: 3 set. 2025.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066>. Acesso em: 3 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GLASER, B.; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine, 1967

GOMEZ, Margarita Victoria. Reivindicando as contribuições pedagógicas de Paulo Freire frente à financeirização da educação. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 269-286, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-45192011000100016>. Acesso em: 3 set. 2025.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaios FEE*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2188/2580#>. Acesso em: 3 set. 2025.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; GASPAROTTO, Geovana Prante. Política de Educação Mercantilizada: quais os seus rumos? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 132-144, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.20172>. Acesso em: 3 set. 2025.

HAAS, Celia Maria; PARDO, Rosangela da Silva. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, p. 718-740, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300008>. Acesso em: 6 set. 2025.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

INSTITUTO SEMESP. *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. 14. ed. São Paulo: SEMESP, 2024. 316 p. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

JESUS, Wellington Ferreira de. Do Valor/Aluno/Ano ao Custo-Aluno-Qualidade-Inicial: o controle social na consolidação dos fundos constitucionais como política de estado. *Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 38, p. 215-225, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2012.v21.n38.p%25p>. Acesso em: 6 set. 2025.

KARPOV, Alexander. The Commodification of Education. *Russian Education & Society*, [s. l.], v. 55, n. 5, p. 75-90, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/RES1060-9393550506>. Acesso em: 3 set. 2025.

KOHL, Rosana Cristina. *Ensino superior, crise das humanidades e a fragilidade democrática: inquietações, desafios e possibilidades a partir do pensamento de Martha Nussbaum*. 2019. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/1818>. Acesso em: 06 fev. 2025.

KNÖPKER, Mônica. *Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”*: um estudo sobre a atuação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos na forma(ta)ção docente. 2018. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/182610>. Acesso em: 29 jan. 2025.

KROTON EDUCACIONAL. Arquivos: demonstrações financeiras (ITR/DFP). *Cogna*, 2007. Disponível em: <https://11nq.com/9k2Ro>. Acesso em: 13 mar. 2024.

KROTON EDUCACIONAL. Arquivos: demonstrações financeiras (ITR/DFP). *Cogna*, 2022. Disponível em: <https://s11nk.com/4XTFb>. Acesso em: 13 mar. 2024.

KROTON EDUCACIONAL. Histórico de cotações. *Cogna*, s.d. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/informacoes-ao-mercado/historico-de-cotacoes/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

LAGOA, Maria Izabel. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira. *HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 19, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653195>. Acesso em: 3 set. 2025.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Mariana Echalar. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. *Contrapontos*, Itajaí, v. 2, n. 5, p. 237-250, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/145>. Acesso em: 3 set. 2025.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em*

Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21792>. Acesso em 6 set. 2025

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43851>. Acesso em: 3 set. 2025.

LIMA, Elourdiê Macena Corrêa de. *O Programa Universidade para Todos (Prouni) no contexto das políticas públicas de acesso ao ensino superior na cidade de Manaus/AM*. 2021. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9048>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LOCKMANN, Kamila. *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=526204. Acesso em: 06 set. 2025.

LONGO, Isaura Maria. *Identidade das universidades comunitárias no contexto das políticas educacionais para ensino superior*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7761657#. Acesso em: 6 fev. 2025.

LOPES, Maura Corcini *et al.* Universidade em questão: as instituições comunitárias e a dimensão formativa da gestão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, p. e273389, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.273389>. Acesso em: 3 set. 2025.

LOPES, Pedro Isaac Ximenes. *Avaliação e regulação da Educação Superior: intenções e tensões na proposta de criação do instituto nacional de supervisão e avaliação da educação superior (insaes)*. 2019. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7672964. Acesso em: 6 set. 2025.

MACHADO, Fernanda de Camargo. *Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes*. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Sant Maria, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2346918. Acesso em: 06 set. 2025.

MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha. Financialization: an introduction. MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha (ed.). *In: The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon: Routledge, 2020. p. 1-16.

MAFFEI, Henrique Safady. *Tempos neoliberais e a universidade: brechas no horizonte de uma formação insurgente*. 2021. 380 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234546/001136275.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Comentários sobre o texto de Stephen J. Ball. In: PEREIRA, M.Z.C.; PORTO, R. C. C.; BARBOSA, S. W. X.; DANTAS, V. X.; ALMEIDA, W. G. (Org.). *Diferença nas políticas de currículo*. João Pessoa: UFPB, 2010. v. 1, p. 47-56.

MAINARDES, Jefferson. *A pesquisa sobre política educacional no Brasil: aspectos teórico-epistemológicos*. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED – ANPED SUL, 11., 2016, Curitiba-PR. *Anais [...]*. Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2016. p. 1-7. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wpcontent/uploads/2015/11/Jefferson-Texto-Anped-sul-2016.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS n. 510/2016. *Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26878>. Acesso em: 03 set. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>. Acesso em: 03 set. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da Política Educacional: elementos conceituais e metodológicos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59762>. Acesso em: 03 set. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Contribuições da perspectiva ético-ontoepestemológica para a pesquisa do campo da Política Educacional. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, [s. l.], v. 30, n. 146, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7436>. Acesso em: 03 set. 2025.

MARQUES, Ronualdo; GONZALEZ, Carlos Eduardo Fortes. Ensino superior e a teoria da reprodução escolar. *Revista Missioneira*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 15-23, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31512/missioneira.v24i2.881>. Acesso em: 03 set. 2025.

MARQUES, Waldemar. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 01, p. 69-83, mar. 2013. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2024.

MARTINS, André Luiz de Miranda. A marcha do "capitalismo universitário" no Brasil nos anos 1990. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, p. 733-743, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/9yqzq9GJ6jzn3TFCjw6YMbn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2025.

MARTINS, André Silva; CASTRO, Luiger Franco de. A concepção de trabalho educativo do Sebrae: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo. *Germinal: Marxismo e*

Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 152-179, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43737>. Acesso em 13 ago. 2021.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: SILVA JUNIOR, Celestino Alves da et al. (org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. *Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos*. Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

MEIRELLES, Jorge Luís Faria; PIMENTA JÚNIOR, Tabajara; REBELATTO, Daisy Aparecida do Nascimento. Venture capital e private equity no Brasil: alternativa de financiamento para empresas de base tecnológica. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 15, p. 11-21, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2008000100003>. Acesso em: 03 set. 2025.

MELO NETO, José Augusto de. *O mito de Sísifo e o contexto de influência na formulação de políticas nacionais para o uso das tecnologias digitais no sistema público educacional e suas consequências no Amazonas: 2014-2019*. 2020. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7842>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Lula e "reforma universitária": presença e controle do capital no ensino superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1246-1249, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400015>. Acesso em: 03 set. 2025.

MIRANDA, Paula Roberta; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? *Educ. Form.*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. e1421, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, p. e0216625, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019216625>. Acesso em: 3 set. 2025.

MONTANUCI, Rosimeire. *Influência, texto e prática: os contextos de produção das políticas de formação continuada de professores no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de mato grosso - ifmt (2008 -2018)*. 2020. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10754640. Acesso em: 6 set. 2025.

MOREIRA, Cristiane Hoffmann. *Políticas de expansão e de regulação do ensino superior brasileiro e a otimização nas universidades federais: reverberações na UFPEL*. 2016. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/7741?show=full&locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 4 fev. 2025.

MOREIRA, Joao Flavio de Castro. *As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina (1989-2009)*. 2013. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=804099. Acesso em: 06 set. 2025.

MOREIRA, Laélia Portela. Enfoques e abordagens para a análise de políticas educacionais: primeiras aproximações. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [s. l.], v. 2, p. 1–14, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10493>. Acesso em: 18 set. 2024.

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. *O banco mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/9302>. Acesso em: 24 jan. 2025.

NAÍM, Moisés. O consenso de Washington ou a confusão de Washington. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 118, p. 1-11, 2000. Disponível em: <https://www.funccex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/64-Consenso%20de%20Wash-MN.PDF>. Acesso em: 3 set. 2025.

NEVES, Edilene Souza da Silva. *A expansão do ensino superior privado via financiamento público como dispositivo da racionalidade ordoliberal*. 2021. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/15819>. Acesso em: 4 fev. 2025.

NEVES, Rodrigo Meleu das. *Fundo de financiamento estudantil (fies) como política pública: implementação e transformações para a educação brasileira (1999-2020)*. 2020. 526 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214240>. Acesso em: 29 jan. 2025.

NOVAES, Jamile. Eleições 2022: quais foram as universidades federais criadas no governo Lula? *FDR*, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/08/29/eleicoes-2022-quais-foram-as-universidades-federais-criadas-no-governo-lula/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Cláudio Batista de. *A educação superior nos labirintos do neoliberalismo: percepções de estudantes de graduação sobre os sentidos da formação universitária*. 2022. 246 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3147>. Acesso em: 29 jan. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: 3 set. 2025.

PEIXOTO, Francisca Valéria de Sales; ARAUJO, Jessika Candido; ZIENTARSKI, Clarice. A teoria do capital humano: a mercadoria educação na ordem da mundialização do capital. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE MAPA, 3.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA EDUCACIONAL E EMANCIPAÇÃO, 1., 21-23 nov. 2018, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Unoesc, 2018. p. 141-146. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41106>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PEREIRA, Vanessa de Oliveira. A teoria do capital humano e suas contradições à luz da educação marxista na compreensão de educação superior. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA*, 4., 2019, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2019. v. 1, p. 1-12. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/2019#apresenta>. Acesso em: 21 out. 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. *Políticas Educativas–PolEd*, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/121220>. Acesso em: 3 set. 2025.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, p. 185-215, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000100010>. Acesso em: 3 set. 2025.

POPPER, Karl Raimund. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte. Itatiaia: Universidade de São Paulo, 1975.

PRETI, Oreste. *Cooperação internacional em educação superior a distância: a experiência da universidade aberta do Brasil em Moçambique*. 2020. 591 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3988>. Acesso em: 04 fev. 2025.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Teoria crítica e pensamento marxista na pesquisa em educação. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 62-73, 04 jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/19648>. Acesso em: 29 out. 2024.

RAMOS, Marilú Dascanio; DRI, Wisllyne Ivellyze de Oliveira. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 34, n. 01, p. 71-80, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012012000100008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 3 set. 2025.

REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Início. *ReLePe*, 2025. Disponível em: <https://www.relepe.org/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

REGALO, Carlos Alberto. *Educação, escola e sociedade no Brasil: matrizes históricas, determinações políticas e estigmas institucionais da reforma neoliberal (1996-2006) e de suas implicações pedagógicas e curriculares*. 2013. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://11nk.dev/W9ZwD>. Acesso em 6 set. 2025.

RESENDE, Pauliane Rodrigues; OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de; FLORES, Layla Karoline Alves Teixeira. Mercantilização versus formação humana no ensino superior: notas

sobre a produção acadêmica. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, [s. l.], v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/210932.8.1-15>. Acesso em: 3 set. 2025.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Acesso em: 3 set. 2025.

ROSA, Gregory Luis Rolim; TROJAN, Rose Meri. A Política Educacional como disciplina: revisão de literatura. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [s. l.], v. 4, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.013>. Acesso em: 6 set. 2025.

SALCES, Claudia Dourado de. *Ser professor formador de professores na Educação Superior privada contemporânea*. 2020. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2020.tde-04032021-154714>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SAMPAIO, Leonardo. Privatização e interesses em conflito: uma análise econômica em contexto eleitoral. *O Eco da Graduação*, [s. l.], v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/137>. Acesso em: 3 set. 2025.

SANTOS NETO, Vicente Batista dos. *A formação inicial de professores a distância no Brasil: os contornos e trajetórias do sistema universidade aberta do Brasil na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 2013 a 2018*. 2019. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28623>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. *Em Aberto*, Brasília, v. 16, n. 70, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.16i70.2076>. Acesso em: 3 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Revista Poíesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>. Acesso em: 3 set. 2025.

SCHULTZ, Theodore William. *O valor econômico da educação*. Tradução de P. S. Werneck. Revisão técnica de Calogeras A. Pajuaba. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 53 p.

SCOLARI, Adriel Paulo. *Para além da formação neoliberal de capital humano: Nussbaum e a formação enquanto cultivo da humanidade*. 2022. 145 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2416>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SEKI, Allan Kenji. *Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)*. 2020. 438 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://hal.science/tel-02984343/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Acesso em 6 set. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. *Teoria e Prática da Educação*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 38-56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/tpe.v22i3.51381>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, Antônio João Hocayen da. *Metodologia de pesquisa: conceitos gerais*. Unicentro, Paraná, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/118>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, Isabela Dutra Correa da. *Infantocracia: deslocamentos nas formas de compreender e viver o exercício do governo infantil na racionalidade neoliberal*. 2018. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6374381. Acesso em: 6 set. 2025.

SILVA, Sandra Cristina Vanzuita da. *Mercantilização da formação de pedagogos no Brasil*. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2644863. Acesso em: 06 jun. 2025.

SILVEIRA, Claudivan; SOUZA, Julio Cezar Moura; SANTANA, Priscilla Rodrigues. Efetividade e razão da lei de diretrizes e bases da educação exigir a formação de cidadania. *Unificando Saberes*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 32-49, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifio.br/psicologia/article/view/1465>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SODRÉ, Muniz. Financeirização do mundo e educação. *Revista Científica de Información y Comunicación*, Sevilha, v. 9, p. 49-60, 2012. Disponível em: <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/download/238/235/504>. Acesso em: 3 set. 2025.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de. *Democratização do ensino superior em tempos neoliberais: análise do processo de expansão e interiorização da UFMA a partir do Reuni*. 2019. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14652>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SOUZA, Iael de; PIOLLI, Evaldo. *A pedagogia gerencialista do capital: neoliberalismo, empresariamento e mercadorização da educação pública estatal (Fundação Lemann, Instituto Unibanco e estado do Piauí 2003/2017)*. 2020. 606 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1129197>. Acesso em: 3 set. 2025.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de. *A financeirização e a atuação de grupos estrangeiros no ensino superior privado no Brasil: o caso da Adtalem Global Education/Wyden educacional*. 2022. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará,

Belém, 2022. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/tesesamantha.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

TAVARES, Moacir Gubert. *A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do Ensino Superior no Brasil: o caso do IFC campus Rio do Sul*. 2014. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1167>. Acesso em: 28 jan. 2025.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. *Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional*. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tPedro%20Henrique%20de%20Sousa%20Tavares.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TEIXEIRA, Jhaimes Souza; LIMA, Iracema Oliveira. Neoliberalismo e privatização da educação no Brasil. *Colóquio do Museu Pedagógico*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 1800-1805, 2019. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/8890>. Acesso em: 3 set. 2025.

TELLO, César Gerônimo. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. *Praxis educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003>. Acesso em: 3 set. 2025.

TELLO, César. Las epistemologías de la Política Educativa: notas históricas y epistemológicas sobre el campo. In: TELLO, César. *Epistemologías de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques*. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 23-68.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>. Acesso em: 3 set. 2025.

TONIETO, Carina. *Características epistemológicas das teses de Política Educacional no triênio 2010-2012*. 2018. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/1487>. Acesso em: 3 set. 2025.

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto. A pesquisa em Política Educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010-2012). *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14901.030>. Acesso em: 3 set. 2025.

TREVISOL, Marcio Giusti. *A educação superior no contexto da sociedade contemporânea: os sentidos e intencionalidades da internacionalização no pnpq (2011-2020)*. 2020. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10375735. Acesso em: 6 set. 2025.

ULRICH, Fernando. Revisitando a Definição de Moeda. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 433-440, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.30800/mises.2013.v1.497>. Acesso em: 3 set. 2025.

VASCONCELOS, Carolina de Moura; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 58, p. e10726, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.10726>. Acesso em: 4 abr. 2024.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, Campo Grande, v. 11, p. 137-148, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>. Acesso em: 3 set. 2025.

VIEIRA, Pedro Antonio. As especificidades da mercadoria-força de trabalho: Marx revisitado. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 193-204, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/18632/pdf/>. Acesso em: 3 set. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

XAVIER, Antônio Roberto *et al.* Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2021.4627>. Acesso em: 3 set. 2025.

XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. *Das necessidades formativas aos sentidos e significados da formação continuada de professoras da educação infantil: um estudo de caso dos centros municipais de educação infantil de Goiânia (2013-2019)*. 2020. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10558402. Acesso em: 6 set. 2025.

YAKOVLEVA, Nataliya G. Financeirização da Educação: uma síntese do problema. *Revista Fim do Mundo*, Marília, v. 3, n. 7, jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2022.v3n7.p29-46>. Acesso em: 3 set. 2025.

APÊNDICE A – Relação das teses sobre mercantilização do Ensino Superior

IDENTIFICADOR	ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	LINHA DE PESQUISA	EIXO TEMÁTICO	ENFOQUE EPISTEMETODOLÓGICO	PERSPECTIVA	POSICIONAMENTO	ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO
TM2	2017	ANDRADE, MARCIA IRENE PEREIRA	SOMBRA E LUZENTES: o trabalho docente no curso de Serviço Social em tempos de intensa mercantilização do Ensino Superior	UFAM UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Norte	Educação, Políticas públicas e desenvolvimento regional	Mercantilização da Educação	Análise do discurso crítica	marxista	crítico	
TM5	2019	KOHL, ROSANA CRISTINA.	ENSINO SUPERIOR, CRISE DAS HUMANIDADES E A FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA - INQUIETAÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DO PENSAMENTO DE MARTHA NUSSBAUM	UPF Universidade de Passo Fundo	Sul	Fundamentos da Educação	Mercantilização da Educação	Análise do discurso crítica	humanista	crítico	materialismo histórico-dialético
TM7	2019	NETO, VICENTE BATISTA DOS SANTOS	A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO BRASIL: os contornos e trajetórias do Sistema Universidade Aberta do Brasil na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 2013 a 2018	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Sudeste	Estado, políticas e gestão da educação	Mercantilização da Educação	Análise do discurso crítica	marxista	crítico	materialismo histórico-dialético
TM4	2019	LONGO, ISAURA MARIA	IDENTIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ENSINO SUPERIOR ITAJAÍ (SC) 2019	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Sul	Políticas para a educação básica e superior	Mercantilização da Educação	Abordagem do Ciclo de Políticas	pluralista	crítico	hermenêutico

APÊNDICE B – Relação das teses sobre financeirização do Ensino Superior

IDENTIFICADOR	ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	LINHA DE PESQUISA	EIXO TEMÁTICO	ENFOQUE	PERSPECTIVA	POSICIONAMENTO	ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO
TF1	2016	COSTA, FABIO LUCIANO OLIVEIRA	Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)	USP Universidade de São Paulo	Sudeste	Estado, Sociedade e Educação	Financeirização do Ensino Superior	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialista histórico-dialético
TF2	2019	TAVARES, PEDRO HENRIQUE DE SOUSA	Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional	UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sudeste	Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais	Financeirização do Ensino Superior	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialista histórico-dialético
TF3	2020	SEKI, ALLAN KENJI	Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	Política Educacional	Financeirização do Ensino Superior	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialista histórico-dialético
TF4	2020	SALCES, CLAUDIA DOURADO DE	Ser professor formador de professores na Educação Superior privada contemporânea	USP Universidade de São Paulo	Sudeste	Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares	Financeirização do Ensino Superior	Análise do Discurso Crítica	marxista	crítico	materialista histórico-dialético
TF5	2022	SOUZA, SAMANTHA CASTRO VIEIRA DE.	A financeirização e a atuação de grupos estrangeiros no ensino superior privado no Brasil: o caso da Adtalem Global	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Norte	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	Financeirização do Ensino Superior	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialista histórico-dialético

APÊNDICE C – Relação das teses sobre expansão do Ensino Superior

IDENTIFICADOR	ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	LINHA DE PESQUISA	EIXO TEMÁTICO	PERSPECTIVA	POSICIONAMENTO	ENFOQUE	ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO
TES	2014	TAVARES, MOACIR GUBERT.	A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do Ensino Superior no Brasil: o caso do IFC – Campus Rio do Sul	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Sul	HISTÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAIS	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ESTUDO DE CASO)	materialista histórico-dialético
TES	2016	MOREIRA, CRISTIAN E HOFFMAN N.	POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A OTIMIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: REVERBERAÇÕES NA UFPEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Sul	FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	Abordagem do Ciclo de Políticas (Estudo de caso)	descritivo-analítico
TE13	2019	ARAÚJO, MAIZE SOUSA VIRGOLINO DE.	UM ESTUDO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO IFPB: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E ALCANCE SOCIAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Nordeste	EDUCAÇÃO, POLÍTICA E PRÁXIS EDUCATIVAS	Expansão	marxista	CRÍTICO	análise do discurso CRÍTICA	materialista histórico-dialético
TE15	2019	FILARDI, ANDRE MOURA BLUNDI.	A expansão do ensino superior no Brasil: da reforma de 1968 ao anteprojeto e internacionalização na década de 1980	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Sudeste	ESTADO, POLÍTICA E FORMAÇÃO HUMANA	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	análise do discurso CRÍTICA	histórico-dialético
TE34	2020	PRETL, ORESTE.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	Centro-oeste	ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	análise do discurso CRÍTICA	materialista histórico
TE41	2021	NEVES, EDILENE SOUZA DA SILVA	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO VIA FINANCIAMENTO PÚBLICO COMO DISPOSITIVO DA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Sudeste	EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	análise do discurso CRÍTICA	materialista histórico-dialético
			RACIONALIDADE ORDO LIBERAL								
TE25	2020	LIMA, ELOURDIE MACENA CORREA DE.	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE MANAUS-AM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Norte	EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	Abordagem do Ciclo de Políticas (Estudo de caso)	materialista histórico-dialético
TE45	2022	FACHINETI, TAMIRIS APARECIDA	EXPANSÃO E EVASÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UMA ANÁLISE SOBRE O REUNI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Sudeste	ESTADO, POLÍTICA E FORMAÇÃO HUMANA	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	análise do discurso CRÍTICA	materialista histórico-dialético
TE4	2014	ARAÚJO, SUELDES DE.	CANTOS, ENCANTOS E DESENCANTOS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Nordeste	EDUCAÇÃO, POLÍTICA E PRÁXIS EDUCATIVAS	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA	materialista histórico-dialético
TE22	2019	BECHI, DIEGO.	A SUBJETIVAÇÃO CAPITALÍSTICA COMO MECANISMO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Sul	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	Expansão	MARXISTA	CRÍTICO	Enfoque das Epistemologias da Política Educativa EEPE	hermenêutico-analítico

APÊNDICE D – Relação das teses sobre neoliberalismo

IDENTIFICADOR	ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	LINHA DE PESQUISA	EIXO TEMÁTICO	ENFOQUE	PERSPECTIVA	POSICIONAMENTO	ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO
TN121	2021	CHIARADI A, REJINALDO JOSE	A educação sob a lógica do Discurso Capitalista e seus efeitos na produção da subjetividade neoliberal	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Sudeste	NÃO INFORMADA	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	pós-estruturalista	crítico	qualitativo, psicanalítico e discursivo
TN131	2022	SCOLARI, ADRIEL PAULO.	PARA ALÉM DA FORMAÇÃO NEOLIBERAL DE CAPITAL HUMANO: NUSSBAUM E A FORMAÇÃO ENQUANTO CULTIVO DA HUMANIDADE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Sul	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	humanista	crítico	hermenêutico-dialético
TN135	2022	OLIVEIRA, LUIZ CLAUDIO BATISTA DE	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS LABIRINTOS DO NEOLIBERALISMO: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO SOBRE OS SENTIDOS DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	Centro-oeste	EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	marxista/humanista	crítico	qualitativa/fenomenológico/crítico
TN125	2021	MAFFEI, HENRIQUE SAFADY	Tempos neoliberais e a universidade: Brechas no horizonte de uma formação insurgente	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Sul	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	pós-estruturalista	crítico	hermenêutico-dialético
TN110	2020	NEVES, RODRIGO MELEU DAS	FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (Fies) COMO POLÍTICA PÚBLICA: Implementação e transformações para a educação brasileira (1999 -2020)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Sul	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Neoliberalismo	Abordagem do Ciclo de Políticas	positivista/pluralista	crítico	misto(quantitativo-qualitativo)
TN24	2017	MORETTI, MONICA FERNANDA	O BANCO MUNDIAL, O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Sudeste	ESTADO, POLÍTICA E FORMAÇÃO HUMANA	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	marxista	crítico	materialismo histórico-dialético
		BOTGLIERI									
TN37	2018	KNOPKER, MONICA	FAZENDO O NEOLIBERALISMO FUNCIONAR “DENTRO DE NÓS” – UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS NA FORMA(TA)ÇÃO DO DOCENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Sul	CULTURA, CURRÍCULO E SOCIEDADE	Neoliberalismo	Análise do Discurso Crítica	pós-estruturalista	crítico	pós-estruturalista e análise do discurso foucaultiano
TN40	2019	CELLA, ROSENEI	A influência neoliberal no processo de aprovação da emenda constitucional nº95 e o financiamento da educação brasileira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Sul	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	Neoliberalismo	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialismo histórico-dialético
TN64	2019	SOUSA, ANA PAULA RIBEIRO DE	“DEMOCRATIZAÇÃO” DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UFMA A PARTIR DO REUNI	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Sudeste	POLÍTICAS, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E SOCIEDADE	Neoliberalismo	Abordagem do Ciclo de Políticas	marxista	crítico	materialismo histórico-dialético
TN96	2020	NETO, JOSE AUGUSTO DE MELO	O mito de Sisifo e o contexto de influência na formulação de políticas nacionais para o uso das tecnologias digitais no sistema público educacional e suas consequências no Amazonas: 2014-2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Norte	FORMAÇÃO E PRÁTICAS DO EDUCADOR FRENTE AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS	Neoliberalismo	Abordagem do Ciclo de Políticas	pluralista	crítico	materialismo histórico-dialético

APÊNDICE E – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede de teses sobre expansão do Ensino Superior

TE4_ARAUJO, SUELDES DE.	TE5_TAVARES, MOACIR GUBERT	TE8 MOREIRA, CRISTIANE HOFFMANN	TE13_ARAUJO, MAIZE SOUSA VIRGOLINO DE.	TE15_FILARDI, ANDRÉ MOURA BLUNDI.	TE22_BECHI, DIEGO	TE25_LIMA, ELOURDIE MACENA CORREA DE	TE34_PRETI, ORESTE.	TE41_NEVES, EDILENE SOUZA DA SILVA	TE45_FACHINETTI, TAMIRIS APARECIDA
ANTUNES, Ricardo	ARRUDA, A. L. B.	ANDERSON, Perry	BARBALHO, Maria Goretti Cabral	ANTUNES, R.	ANTUNES, Ricardo		ANDERSON, Perry	BARDIN, Laurence	ANTUNES, R.
BARBALHO, Maria Goretti Cabral	CHESNAIS, F.	BARDIN, Laurence	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.	BOURDIEU, P.	BIANCHETTI, Lucidio		BALL, Stephen John	BIANCHETTI, Lucidio	ARRUDA, A. L. B.
CASTELLS, Manuel	CUNHA, L. A.	BOURDIEU, P.	CORBUCCI, Paulo Roberto	CHESNAIS, F.	BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos		BARDIN, Laurence	CASTELLS, Manuel	BOURDIEU, P.
CASTRO, Aida Maria Duarte Araújo	FERREIRA, S.	BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	CUNHA, Luiz Antônio	CUNHA, L. A.	IANNI, Octavio		CASTELLS, Manuel	CHAVES, Vera Lúcia Jacob	CHAUÍ, M.
CHAVES, Vera Lúcia Jacob	HARVEY, D.	CHAUÍ, M.	FRIGOTTO, Gaudêncio	DURHAM, E.	LOMBARDI, José Claudinei		CORREIA, Fernanda	DALE, Roger	DURHAM, E.
FRIEDMAN, Milton	LEHER, R.	CORBUCCI, Paulo Roberto	HARVEY, David	FERNANDES, F.	MANCEBO, Deise.		CUNHA, Luiz Antônio	DIAS SOBRINHO, José	FERNANDES, F.
FRIGOTTO, Gaudêncio	MARX, K.	CORREIA, Fernanda	MANCEBO, Deise	LEHER, R.	PALHARES, Isabela		DIAS SOBRINHO, José	FRIEDMAN, Milton	FERREIRA, S.
GENTILI, Pablo	MINTO, L. W.	CUNHA, Luiz Antônio	MARX, K.	MARX, K.	SGUISSARDI, Valdemar		FRIGOTTO, Gaudêncio	HARVEY, David	HARVEY, D.
GRAMSCI, Antonio	SGUISSARDI, V.	DIAS SOBRINHO, José	NEVES, Lúcia Maria Wanderley	MINTO, L. W.			GENTILI, Pablo	LEHER, Roberto	SGUISSARDI, V.
LEHER, Roberto		HARVEY, David	OTRANTO, Celia Regina	SGUISSARDI, V.			KOSIK, Karel.	LOMBARDI, José Claudinei	SINGER, P.
LIMA, Kátia Regina de Souza		DURHAM, E.	SADER, Emir	SINGER, P.			LUKÁCS, György	LUKÁCS, György	
MOORE, Michael		LEHER, Roberto	SAMPAIO, Helena				MARX, Karl.	MANCEBO, Deise	
MORAES, Maria Cândida		LIMA, Kátia Regina de Souza	SGUISSARDI, Valdemar				MORAES, Maria Cândida	MARX, Karl.	
OTRANTO, Celia Regina		MANCEBO, Deise	SILVA JÚNIOR, João dos Reis				PERRENOUD, Philippe	NEVES, Lúcia Maria Wanderley	
SAVIANI, Dermeval		NEVES, Lúcia Maria Wanderley	TROW, Martin				PIRES, Marília Freitas de Campos	PERRENOUD, Philippe	
		SAMPAIO, Helena					SANTOS, Boaventura de Souza	PIRES, Marília Freitas de Campos	
		SANTOS, Boaventura de Souza					SAVIANI, Demerval	SADER, Emir	
		SAVIANI, Dermeval					SGUISSARDI, Valdemar	SAMPAIO, Helena	
		SGUISSARDI, V.					TROW, Martin	SANTOS FILHO, João Ribeiro dos	
		SILVA JÚNIOR, João dos Reis						SAVIANI, Demerval	
								SGUISSARDI, Valdemar	

APÊNDICE F – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede de teses sobre financeirização do Ensino Superior

TF1_COSTA, FABIO LUCIANO OLIVEIRA.	TF2_TAVARES, PEDRO HENRIQUE DE SOUSA	TF3_SEKI, ALLAN KENJI	TF4_SALCES, CLAUDIA DOURADO DE	TF5_SOUZA, SAMANTHA CASTRO VIEIRA DE.
ATCON, R. P.	BEHRING, Elaine	ANTUNES, Ricardo	ATCON, R. P.	BALL, Stephen John
BOURDIEU, Pierre	CARVALHO, C. H. A. de	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos	BOURDIEU, Pierre	BRAGA, Ruy
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos	CHESNAIS, François	CHAVES, V. L. J.	CARVALHO, C. H. A. de	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos
ANTUNES, Ricardo	CUNHA, Luiz Antônio	CHESNAIS, François	CUNHA, Luiz Antônio	CARVALHO, C. H. A. de
BALL, Stephen John	FERNANDES, Florestan	CUNHA, Luiz Antônio	FÁVERO, M. L. A.	CHESNAIS, François
BEHRING, Elaine	FRIGOTTO, Gaudêncio	FÁVERO, M. L. A.	KOSIK, Karel.	FRIGOTTO, Gaudêncio
BRAGA, Ruy	GRAMSCI, Antônio	FERNANDES, Florestan	MANCEBO, Deise	GRAMSCI, Antônio
CARVALHO, C. H. A. de	GRANEMANN, Sara	GRANEMANN, Sara	MARTINS, C. B.	HARVEY, David
CHAVES, V. L. J.	HARVEY, David	KOIKE, Beth	MARX, Karl	KOIKE, Beth
CHESNAIS, François	KOSIK, Karel.	LEHER, Roberto.	MÉSZÁROS, I.	KOSIK, Karel.
FRIGOTTO, Gaudêncio	LEHER, Roberto.	MANCEBO, Deise	MINTO, L. W.	LEHER, Roberto.
HARVEY, David	MANCEBO, Deise	MARX, Karl.	SAMPAIO, Helena	MANCEBO, Deise
LEHER, Roberto.	MARX, Karl	MINTO, L. W.	SAVIANI, D.	MARX, Karl.
MANCEBO, Deise	MINTO, L. W.	RODRIGUES, José.	SGUISSARDI, Valdemar	RODRIGUES, José.
MARTINS, C. B.	SAMPAIO, Helena	SAVIANI, D.		
MÉSZÁROS, I.	SGUISSARDI, Valdemar			
MINTO, L. W.				
SAVIANI, D.				

APÊNDICE G – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede sobre mercantilização do Ensino Superior

TM2_ANDRADE, MARCIA IRENE PEREIRA	TM4_LONGO, ISAURA MARIA	TM5_KOHL, ROSANA CRISTINA	TM7_NETO, VICENTE BATISTA DOS SANTOS	TM11_COELHO, GRASIELA MARIA DE SOUSA
ALMEIDA FILHO, Naomar de	DURHAM, E. R.	ALMEIDA FILHO, Naomar de	ANTUNES, Ricardo	CUNHA, Maria Isabel da
ANTUNES, Ricardo	FREIRE, P.	ANTUNES, Ricardo	BAUMAN, Z.	ENGUITA, Mariano Fernández
CATANI, A. M.	BAUMAN, Z.	CHAUÍ, M.	CARVALHO, C. H. A. de	FRIGOTTO, Gaudêncio
CHAUÍ, M.	CARVALHO, C. H. A. de	COMPARATO, Fábio Konder	COMPARATO, Fábio Konder	HARVEY, David
CUNHA, L. A.	CATANI, A. M.	CUNHA, Maria Isabel da	DOURADO, L. F.	HELLER, A.
DEMO, P.	CHAUÍ, M.	FREIRE, P.	ENGUITA, Mariano Fernández	LÊNIN, V. I.
DOURADO, L. F.	CUNHA, L. A.	GATTI, Bernadete Angelina	FREIRE, P.	LIBÂNEO, J. C.
DURHAM, E. R.	DEMO, P.	GENTILI, P.	FRIGOTTO, Gaudêncio	MARX, Karl
FRIGOTTO, Gaudêncio	DOURADO, L. F.	GOERGEN, Pedro	GATTI, Bernadete Angelina	MÉSZÁROS, István
GENTILI, P.	LIBÂNEO, J. C.	GRAMSCI, A.	GENTILI, P.	SAVIANI, Demerval
GOERGEN, Pedro	MAZZILLI, Sueli	IANNI, Octávio	HARVEY, David	
GRAMSCI, A.	SAMPAIO, H.	MARX, Karl	LIMA, Katia	
HARVEY, David	SGUISSARDI, Valdemar	TEIXEIRA, A.	MARX, Karl	
HELLER, A.			TEIXEIRA, A.	
IANNI, Octávio				
LÊNIN, V. I.				
LIMA, Katia				
MARX, Karl				
MAZZILLI, Sueli				
MÉSZÁROS, István				
SAMPAIO, H.				
SAVIANI, Demerval				
SGUISSARDI, Valdemar				

APÊNDICE H – Base de dados com os autores mais citados utilizada para a confecção da rede sobre neoliberalismo

TN24_MORET TI, MONICA FERNANDA BOTIGLIERI	TN37_KNOPKE R, MONICA	TN40_CELL A, ROSENEI	TN64_SOUS A, ANA PAULA RIBEIRO DE	TN96_NET O, JOSE AUGUSTO DE MELO	TN110_NEVE S, RODRIGO MELEU DAS	TN121_CHIARADI A, REJINALDO JOSE	TN125_MAFF EI, HENRIQUE SAFADY	TN131_SCOLA RI, ADRIEL PAULO.	TN135_OLIVEIR A, LUIZ CLAUDIO BATISTA DE
ANDERSON, Perry	ARENDT, Hannah	ANDERSON , Perry	ANDERSON, P.	ANDERSO N, P.	ARENDT, Hannah	ARENDT, Hannah	ARENDT, Hannah	CHAUÍ, Marilena	BALL, Stephen J.
CRUZ, Rosana Evangelista da	BALL, Stephen J.	CHAUÍ, Marilena	FILGUEIRA S, Luiz	ARENDT, Hannah	BALL, Stephen J.	DARDOT, Pierre;	BROWN, Wendy.	DARDOT, Pierre	BROWN, Wendy.
FILGUEIRAS, Luiz	FOUCAULT, Michel	CRUZ, Rosana Evangelista da	FREITAS, L. C	MARX, K.	CUNHA, Luiz Antônio.	FOUCAULT, Michel.	CUNHA, Luiz Antônio.	FOUCAULT, Michel	DARDOT, Pierre
HARVEY, David	GIROUX, Henry	FRIGOTTO, Gaudêncio	MARX, K.	SAVIANI, D.	FRIGOTTO, Gaudêncio	HARVEY, David	DARDOT, Pierre;	FRIGOTTO, Gaudêncio	FOUCAULT, Michel.
	HALL, Stuart.	MORAES, Reginaldo	SAVIANI, D.		HARVEY, David.	LAVAL, Christian.	FOUCAULT, Michel.	FREITAS, L. C	GENTILI, Pablo.
	MORAES, Reginaldo				LAVAL, Christian.	MBEMBE, Achille	GENTILI, Pablo.	GIROUX, Henry	HALL, Stuart.
					MORAES, Reginaldo		LAVAL, Christian.	MBEMBE, Achille	HARVEY, David.
					ROSSATO, Ermelio.		NUSSBAUM, Martha.	NUSSBAUM, Martha.	LAVAL, Christian.
					SAAD FILHO, Alfredo;		ROSSATO, Ermelio.		NUSSBAUM, Martha.
					SANTOS, Boaventura de Sousa.		SAAD FILHO, Alfredo;		SANTOS, Boaventura de Sousa.
					SAVIANI, Dermeval.		SANTOS, Boaventura de Sousa.		SAVIANI, Dermeval.
					WOOD, Ellen Meiksins.		WOOD, Ellen Meiksins.		

APÊNDICE I – Autores mais referenciados nas teses sobre neoliberalismo

TN37 -FAZENDO O NEOLIBERALISMO FUNCIONAR “DENTRO DE NÓS” – UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS NA FORMA(TA)ÇÃO DOCENTE

FOUCAULT, Michel. Est-il donc important de penser? In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV (1980-1988)*. Paris: Galimard, 2006a. p. 178-182.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012a.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012c. p. 129-142.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012d.

TN121 - A educação sob a lógica do Discurso Capitalista e seus efeitos na produção da subjetividade neoliberal

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos III*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298. Disponível em:

https://www5.pucsp.br/cps/downloads/biblioteca/2016/foucault__m__o_que_e_um_autor_.pdf. Acesso em: 9 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2020.

TN125 - Tempos neoliberais e a universidade: Brechas no horizonte de uma formação insurgente

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In.*: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

TN131 - PARA ALÉM DA FORMAÇÃO NEOLIBERAL DE CAPITAL HUMANO: NUSSBAUM E A FORMAÇÃO ENQUANTO CULTIVO DA HUMANIDADE

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 41. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TN135 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS LABIRINTOS DO NEOLIBERALISMO: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO SOBRE OS SENTIDOS DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TN37 – FAZENDO O NEOLIBERALISMO FUNCIONAR “DENTRO DE NÓS” – UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS NA FORMA(TA)ÇÃO DOCENTE

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

TN96 – O MITO DE SÍSIFO E O CONTEXTO DE INFLUÊNCIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NACIONAIS PARA O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO SISTEMA PÚBLICO EDUCACIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO AMAZONAS: 2014-2019

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TN110 – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (Fies) COMO POLÍTICA PÚBLICA: Implementação e transformações para a educação brasileira (1999 - 2020)

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: EDUSP, 1981.

TN121 - A educação sob a lógica do Discurso Capitalista e seus efeitos na produção da subjetividade neoliberal

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

TN125 - Tempos neoliberais e a universidade: Brechas no horizonte de uma formação insurgente

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

APÊNDICE J – Autores que se destacaram nas teses sobre neoliberalismo

Dardot, Pierre

TN121 - DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016a.

TN125 - DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

TN131 - DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão de mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

TN135 - DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. – São Paulo: Boitempo, 2016.

Harvey, David

TN24 - HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TN110 - HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

TN121 - HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

TN135 - HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. Tradução de Adail Sobral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

Laval, Christian

TN110 - LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019a.

TN121 - LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. *Blog da Boi Tempo*, 30 set. 2019b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TN125 - LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

TN135 - LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Maria Luiza m. de Carvalho e Silva. Londrina, PR: Planta, 2004.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2020.

LAVAL, Christian. In: ANDRADE, Daniel Pereira, OTA, Nilton Ken. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 288, 2015. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103367/101821>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Saviani, Dermeval

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez. 2017.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação*, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. esp. 100, p. 1231-1255, out. 2007a.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 2007b.

SAVIANI, D. Educação e trabalho: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007c.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007d.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 131-152, 2002.

TN96 - SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: SAVIANI, D. *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil: o Papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino*. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação*. Campinas: Autores Associados, 2017.

TN110 - SAVIANI, Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. Da (ed.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados; HistedBR; Unisal, 2005. p. 167-176.

SAVIANI, Dermeval. Universidade hoje: mutações de uma instituição milenar. In: MACIEL, Adriana Moreira Rocha (Ed.). *Universidade hoje: o que precisa ser dito?* Santa Maria: UFSM, 2012. p. 169-182.

TN135 - SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

APÊNDICE K – Autores mais citados nas teses sobre expansão do Ensino Superior

Bourdieu, Pierre

TE8 - BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TE15 - BOURDIEU, P. *Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003a.

TE45 - BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003b. 747p.

Castells, Manuel

TE4 - CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TE34 - CASTELLS, Manuel. *A era da informação*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

TE41 - CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Harvey, David

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 252 p.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Lukács, György

TE25 - LUKÁCS, György. *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

TE34 - LUKÁCS, György. Narrar ou descrever? In: LUKÁCS, György. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1965. p. 43-94.

TE41 - LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social 2*. Tradução de Nélcio Schneider e Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl

TE5 – MARX, K. Prefácio de para a crítica da economia política. *In: MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II, Tomo2. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural. 1985c.

MARX, K. Subsunção formal do trabalho ao capital, e subsunção real do trabalho ao capital. *In: MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital – Resultado do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, 1985d. p. 87-108.

TE13 - MARX, K. *O capital (livro III, 2º tomo)*. São Paulo: Abril, 1983.

TE15 - MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TE34 - MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos: para a crítica da economia política (1859)*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

TE41 - MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Glosas críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse. *Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer Nélio Schneider e Alice Helga Werner Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Santos, Boaventura de Sousa

TE8 - SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

TE34 - SANTOS, Boaventura de Souza. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.

Saviani, Dermeval

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da Inovação em educação. *In: GARCIA W. E. (org.). Inovação Educacional no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.

SAVIANI, Demerval. Competência política e compromisso técnico ou (o pomo da discórdia e o fruto proibido). *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 15, p. 111-143, 1983.

SAVIANI, Dermival. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo: Cortez, 1987.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência crítica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermival. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira estrutura e sistema*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008b.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação PUC*, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008c.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. *Poésis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010a.

SAVIANI, Demerval (org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010b.

SAVIANI, Dermeval. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Demerval (org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010c.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Sguissardi, Valdemar

TE5 - SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a Educação Superior: revisando teses e posições? *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 66-77, 2000a.

SGUISSARDI, V. *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000b. v. 1. 246 p.

SGUISSARDI, V. Educação Superior: o Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política? In: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. (org.). *1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Câmara Federal, 2001, p. 272-308.

SGUISSARDI, V. Tendências atuais na política de Educação Superior no Brasil. In: GÓMEZ, R. R. (org.). *Reformas en los Sistemas Nacionales de Educación Superior*. La Coruña, Es: Netbiblo, 2002. v. 1, p. 291-320.

SGUISSARDI, V. Universidade Pública Estatal: entre o público e privado/mercantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005a.

SGUISSARDI, V. Educação Superior: Restrição do público e expansão do privado. In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. (org.). *Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento - aproximações*. São Paulo; Santa Cruz do Sul: Cortez; EdUNISC, 2005c. v. 1, p. 274-288.

SGUISSARDI, V. Que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior? *Avaliação*, Campinas, v. 11, p. 69-91, 2006a.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil - 1995-2005: precária trajetória, incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, p. 1021-1056, 2006b.

SGUISSARDI, V. Universidade no Brasil - dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, M. (org.). *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Inep, 2006c, v. 1, p. 353-370.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009a. v. 1. 344 p.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, V. (org.). *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009b. v. 1, p. 15-54.

SGUISSARDI, V. A universidade como espaço público no Brasil - traços, desafios e perspectivas. In: SERVETTO, A.; SAUR, D. (org.). *Sentidos de la universidad*. Córdoba, Ar: Editorial Universidad Nacional de Córdoba, 2011. v. I, p. 177-210.

TE13 - SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 275-289.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio Privado/Mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set/dez 2008.

SGUISSARDI, Valdemir. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul.-set. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, p. 867-889, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Acesso em: 12 abr. 2018.

TE15 - SGUISSARDI, V. *Universidade, Fundação e Autoritarismo*. São Carlos; São Paulo: EDUFSCar; Liberdade, 1993.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. D. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

TE22 - SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1019, set.-dez. 2008.

TE25 - SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SGUISSARDI, V. *Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. R. A Nova Lei da Educação Superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, maio/ago. 2005.

TE34 - SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil, 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul./set. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. *Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil: 2002-2012*. Brasília: Edital n. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional (OEI); Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

TE41 - SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. *Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012*. Brasília: Edital n. 051/2014; Projeto de Organismo Internacional (OEI); Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. *O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições?* Piracicaba: Anped, 2000.

TE45 - SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. esp. 96, p. 1021-1056, out. 2006.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

APÊNDICE L – Autores mais referenciados nas teses sobre financeirização

MANCEBO, Deise

TF1 - MANCEBO, D. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. *In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (org.). Ensino superior no Brasil: 10 anos pós-LDB. Brasília: Inep, 2008. p 55-70.*

TF2 - MANCEBO, Deise. Políticas de educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. *In: CHAVES, Vera; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma. Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.*

MANCEBO, Deise; VALE, Andrea. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado mercantil: o caso da UNESA. *Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, 2013.*

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, out./dez. 2017.*

TF3 - MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. *Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, mar. 2013.*

TF4 - MANCEBO, Deise; FRANCO, Maria Stela Dal Pai. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. *In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (org.). Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo, 2003, p. 191-204.*

TF5 - MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 23, n. 2, p. 73-91, 2010. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13987/10570>. Acesso em: 1 jun. 2022.*

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de

TF1 - CARVALHO, C. H. A. de; LOPREATO, F. L. C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o ProUni no governo Lula. *Impulso, Piracicaba, v. 16 n. 40, p. 93-104, 2005. Disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp40art06.pdf. Acesso em: 22 mar. 2013.*

TF2 – CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-801, 2013a.*

TF3 - CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, set. 2013b.*

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do Ensino Superior privado no Brasil (1964-1984). 2002. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TF5 - CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade? 2011. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Educação superior privada no Brasil: concentração de mercado e financeirização em simbiose. *In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (org.). Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise.* Campinas: Mercado das Letras, 2017. p. 99-118.

CHESNAIS, François

TF1 - CHESNAIS, F. *A mundialização do capital.* Tradução de S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.* Tradução de C. C Cacciaccaro; L. Leiria; S. Foá; V. C. da Paz. São Paulo: Xamã, 1998. 334p.

CHESNAIS, F. (org.) *A finança mundializada.* Tradução de Rosa Maria Marque e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005a. 255p.

TF2 - CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. *In: CHESNAIS, François; DUMENIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel (org.). Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In: CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005b.

TF3 - CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump.* Leiden: Brill, 2016.

LEHER, Roberto

TF1 - LEHER, R. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. *In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (org.). Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.* São Paulo; Goiânia: Xamã; Alternativa, 2003. p. 81-93.

TF2 - LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto. A sociedade civil contra a esfera pública. *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 129-156, 2005.

LEHER, Roberto. *Brasil: agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais.* *Revista del Observatorio Social de América Latina*, [s. l.], n. 33, maio 2013. p. 95-110.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* (org.). *Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico*. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out./dez. 2012.

LEHER, Roberto. Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente. In: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Morula, 2014a.

LEHER, Roberto; SILVA, Simone. A universidade sob o céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 22, p. 6-17, 2014b.

LEHER, Roberto. *Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado*. Processo: 456770/2014-3 – CNPq/APQ, 2018a.

TF3 - LEHER, Roberto. *Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b. 216 p.

TF5 - LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl

TF2 - MARX, Karl. *O Capital*. Livro I: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

TF3 - MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

TF5 - MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (O processo de produção do capital, livro I).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINTO, Lalo Watanabe

TF2 - MINTO, Lalo. *O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 1990*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006a. 307 p.

MINTO, Lalo Watanabe. MEC-USAID. *HistedBr*, 2006b. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TF4 - MINTO, Lalo W. *A educação da “miséria”*: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TF3 - MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria*: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 400 p.

APÊNDICE M – Autores mais referenciados nas teses sobre mercantilização do Ensino Superior

Gramsci, Antonio

TM2 - GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TM5 - GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Harvey, David

TF2 - HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TM7 - HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

TM11 - HARVEY, David. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Ianni, Octávio

TM2 - IANNI, Octávio. *A era globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

TM5 - IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Marx, Karl

TM2 - MARX & ENGELS. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política – livro I, VII*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 329.

MARX, Karl. *Elementos fundamentais para a crítica da economia política: V. I e II*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante, 1997.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital*. 10. ed. Algés: DIFEL – Difusão Editorial S.A., 1985.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TM5 - MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

TM7 - MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fones, 1998.

TM11 - MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III – O processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Saviani, Dermeval

TM2 - SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Poíesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia: O Espaço da Educação na Universidade. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

TM11 - SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 152-165, 2007.